

# ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO/ARQUIVO ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1991)



BRUNO MATOS SARAIVA

# ANÁLISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO/ARQUIVO ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1991)

DOCENTES: DRA. MANUELA PINTO; DR. JÚLIO RAMOS  
DISCENTE: BRUNO MATOS SARAIVA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

2º ANO ARQUIVO – CADEIRA DE ARQUIVOLOGIA

COIMBRA 2005

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos aqueles que tornaram possível este trabalho, com a sua colaboração, presença e atenção, a saber: no Arquivo Distrital de Aveiro, onde tudo começou, um obrigado especial para a sua Directora, Dra. Maria Fernanda Amorim Coelho, pela disponibilidade permanente e as facilidades no acesso à documentação; à restante equipa do Arquivo Distrital, Dra. Anabela, D. Gracinda, Eneida, Isabel, Esmeraldina, Rosa Maria e Dra. Lucinda Santos o meu obrigado pela paciência e amabilidade.

Na Associação de Municípios da Ria (AMRia), gostaríamos de agradecer à prestável e simpática D. Maria del Cielo Adrian, secretária da AMRia e da Assembleia Distrital de Aveiro – a única funcionária ainda em funções daquela circunscrição distrital – e ao atencioso administrador-delegado da AMRia, Eng.º Rocha Galante, pelas informações preciosas que nos deram. Ainda em Aveiro, o nosso obrigado também para o Secretário do Governo Civil de Aveiro, Dr. Artur da Graça e Cunha, pela prontidão que nos recebeu e as informações que nos prestou.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra queremos referir os nossos colegas da Especialização pela entreaajuda e atenção, em especial as amigas Mara Rita, Eliana e Carina Tavares; a competente e incansável funcionária do Instituto de Expansão, D. Conceição França, nossa querida amiga destas e doutras gestas; ao Prof. Doutor João Marinho dos Santos, um dos nossos mestres e coordenador do Centro de História da Sociedade e da Cultura, um grande obrigado pela oportunidade que nos deu e pela confiança que depositou em nós; ainda na Faculdade, o nosso muito obrigado à Dra. Manuela Pinto e ao Dr. Júlio Ramos, nossos orientadores, pela sua disponibilidade, sabedoria e ajuda. No Arquivo da Universidade de Coimbra, gostaríamos de agradecer o contributo da Dra. Ludovina Capelo, pela forma objectiva como nos orientou durante a fase inicial desta pesquisa.

Lá em casa, um profundo obrigado aos meus pais por tudo o que fizeram e representam para mim; à Carina Miguel e à Renata, o meu reconhecimento por todo o apoio e carinho que me deram; à “co-responsável” por esta investigação e por todas as outras ainda, Zita, pela paciência, carinho e suporte ao longo deste difícil caminho, um grande beijo e o meu mais sentido obrigado. A todos um bem-haja.

## INTRODUÇÃO

O estudo do sistema de informação/arquivo Assembleia Distrital de Aveiro teve a sua génese no ano de 2003, quando, após terminada a licenciatura em História, fomos confrontados com a necessidade de adquirir alguma experiência profissional. Ponderámos o futuro e tomámos decisões que acabaram por sortir resultados, de que é exemplo a pesquisa que se encontra nestas páginas. Mas ela é, enfim, apenas o encerrar de um ciclo, marcando o início de outros. A ideia de fazer um estudo sobre a Assembleia distrital surgiu no início do segundo ano do curso de especialização em Ciências Documentais, no seguimento do trabalho<sup>1</sup> que havíamos desenvolvido – no Verão/Outono de 2003 – com esta documentação, no Arquivo Distrital de Aveiro.

À altura da passagem por aquele Arquivo e, mesmo, pelo primeiro ano da especialização não fazíamos grande ideia do que nos esperava. Durante o segundo ano da especialização foi sendo desenvolvida a presente investigação, em estreito contacto com os docentes da cadeira de Arquivologia, Dr.<sup>a</sup> Manuela Pinto e Dr. Júlio Ramos. Só aí é que foi perceptível a dimensão e a exigência que um trabalho desta natureza pode assumir. O que se seguiu foi muito trabalho, persistência, sistematização e, finalmente, muita satisfação pela intensidade do processo de aprendizagem e da aplicação dos conhecimentos adquiridos.

O estudo de caso que agora apresentamos não se trata, de modo algum, de uma resenha histórica da Assembleia Distrital de Aveiro complementada por uma apresentação descritiva do respectivo sistema de informação/arquivo (inventário). É, sim, através do contacto com a realidade objectivada, uma abordagem operacional, uma formatação de dados convenientemente estruturada, com vista à organização e apresentação dos dados com a representação do objecto de estudo, onde não foi descurada a exposição do processo investigativo.

Assim, a análise orgânico-funcional da Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991) teve a sua base na recolha sistemática de legislação, regulamentos e outros textos de orientação interna. Foi, pois, através da análise dos elementos normativos capazes de caracterizar a instituição que conseguimos modelar a sua estrutura orgânica e definir as áreas

---

<sup>1</sup> Procedemos, então, à inventariação de uma parte desse sistema de informação/arquivo, supervisionados por uma das técnicas superiores do Arquivo Distrital de Aveiro, Dr.<sup>a</sup> Anabela Coelho.

de actuação e funções dos diversos órgãos e serviços.<sup>2</sup> A obstar a esta operação, encontrámos, por um lado, a inexistência de quaisquer estudos sobre a temática das Assembleias distritais e, por outro, a desorganização em que se encontrava a informação produzida pela organização quando foi incorporada no Arquivo Distrital de Aveiro.

É que a organicidade do sistema de informação/arquivo<sup>3</sup> da Assembleia distrital aveirense sofreu um rude golpe aquando das obras de beneficiação do edifício-sede, levadas a cabo pela Associação dos Municípios da Ria (AMRia) em 1999-2000, uma vez que a construtora que procedeu à intervenção desorganizou, quase por completo, a produção informacional da Assembleia distrital – que testemunhos fidedignos nos asseguraram haver sido devidamente organizada pelos respectivos produtores.

Foi nessa situação calamitosa que uma equipa de técnicas do Arquivo Distrital de Aveiro os achou, fazendo, em 2000, um recenseamento preliminar e inconclusivo, uma vez que a confusão em que se achava o arquivo da Assembleia distrital não permitia um melhor levantamento quantitativo da documentação. Em Janeiro de 2003 foi finalmente incorporado no Arquivo Distrital de Aveiro, por pedido do Presidente da AMRia.



*Figura A:* Pormenor da fachada do edifício da Assembleia Distrital de Aveiro. Além de sede desta organização, aqui laboram o Gabinete de Apoio Técnico de Aveiro (antigos Serviços Técnico de Fomento daquele organismo distrital) e a Associação de Municípios da Ria, como se pode observar nas três placas que ladeiam a porta de entrada

Ora, o principal objectivo deste trabalho é conhecer a estrutura orgânica e a componente funcional da entidade produtora, percebendo assim, como, onde e porquê foi

---

<sup>2</sup> Cf. **Organigramas e Quadros de Contexto**, Parte II desta pesquisa.

<sup>3</sup> Qualquer entidade (pessoas individuais ou colectivas) que produza informação pode ser denominada de sistema de informação. Por extensão, sistema de informação pode aplicar-se a todas as entidades que adquirem, armazenam e disponibilizam a informação.

produzida a informação. A caracterização do sistema Assembleia Distrital de Aveiro será complementada pelo inventário da informação produzida pela organização desde 1960 até, sensivelmente, finais da década de 1990. Em rigor, o inventário é a representação da estrutura orgânica da produção; para tal, cruzamos o recenseamento (levantamento das unidades físicas e de dados básicos da informação produzida pelo sistema) já trabalhado ao nível das séries informacionais com a representação da estrutura orgânica da organização.

Apesar de fornecermos representações objectivas e simplificadas (organigramas, quadros de contexto, gráficos, quadros organizacionais, inventário<sup>4</sup>) da análise que promovemos ao sistema de informação/arquivo Assembleia Distrital de Aveiro, consideramos indispensável – ainda que insuficiente – a reprodução integral da análise da estrutura, pela complexidade que o sistema encerra. Quer isto dizer que, embora importantes, as sínteses nunca conseguiriam retribuir fielmente os avanços e recuos, as particularidades que o processo investigativo sofreu, elementos que a análise orgânico-funcional e da evolução institucional do sistema poderá esclarecer, justamente pela descrição pormenorizada e, simultaneamente, global que promove através da análise exaustiva, conjugação e identificação dos elementos que estiveram na sua génese. Tais representações do objecto de estudo deverão ser consideradas, sempre, como complementares entre si e nunca de forma isolada.

Assim, os resultados da análise e do estudo realizados<sup>5</sup> consubstanciaram-se na representação da estrutura orgânica da Assembleia Distrital de Aveiro através de organigramas correspondentes aos dois “períodos” da organização aqui estudada, durante o espaço cronológico que vai desde a sua criação, em 1960, até 1991, altura em que se assiste a uma séria reformulação da sua estrutura e actividade.

Optámos por esta forma de representação, pela vantagem que tem em «ilustrar com clareza a componente estrutural, independentemente da sua complexidade e das relações laterais existentes no contexto da organização ou fora dele»<sup>6</sup>. Cada um dos organigramas

---

<sup>4</sup> Neste rol falta um instrumento importante, os fluxogramas, resultante da impossibilidade de contactar directamente com os produtores da informação, o que acaba por constituir um entrave à abordagem sistémica – não é observável a dinâmica da produção informacional.

<sup>5</sup> A sua concretização consta do preconizado para o pólo morfológico do método de investigação adequado, o método quadripolar. Teremos oportunidade de o ver, em pormenor, mais à frente neste trabalho.

<sup>6</sup> RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação de Arquivo*. Porto: Universidade do Porto, 2001, p. 46.

corresponde, *grosso modo*, a um diploma legislativo que reformulou a organização; aos textos legislativos juntaram-se os normativos internos de cada serviço (quando existentes) na sua elaboração. De qualquer forma, todas as representações têm por base a análise orgânico-funcional, excepto os gráficos.

À guisa de contextualização, optámos por colocar no intróito da nossa investigação uma breve caracterização do Distrito de Aveiro durante o período retratado pela análise orgânico-funcional do sistema de informação/arquivo Assembleia Distrital de Aveiro. O nosso propósito é evidente: dar a conhecer, sucintamente, o espectro espacial e o factor humano que serviram de “pano de fundo” às acções implementadas pela Junta Distrital de Aveiro/Assembleia Distrital de Aveiro, durante o período 1960-1991, no âmbito das competências que a Lei lhe atribuía.

O Distrito de Aveiro foi criado a 18 de Julho de 1835, sendo, então, composto por 53 concelhos. Entre aquela data e 1926, deram-se as mutações administrativas que lhe atribuíram a configuração actual, com 19 concelhos e 208 freguesias<sup>7</sup>. A área total do distrito ronda, actualmente, 2 911 km<sup>2</sup>. Integram o distrito os seguintes concelhos: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Sever do Vouga, Vagos e Vale de Cambra.

No plano económico, o Distrito de Aveiro foi, no período em análise, um dos primeiros do País em diferentes indicadores sócio-económicos: emprego, impostos, empresas, consumos, entre outros<sup>8</sup>.

No que concerne ao quadro humano, o Distrito de Aveiro era, em 1960, o quarto distrito mais populoso do País, com 522 227 almas, sendo apenas superado pelos distritos de Braga, Porto e Lisboa; Portugal tinha, nessa altura, 8 851 289 habitantes. Trinta e um anos mais tarde, Aveiro já tinha descido para o quinto distrito mais habitado (654 265 almas), suplantado por Setúbal, Braga, Porto e Lisboa; em 1991, o nosso País contava com 9 862 540 residentes<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Segundo números de 1995.

<sup>8</sup> Cf., entre outros, BAJOUCA, Arménio – *Distrito de Aveiro: quem somos do Douro ao Buçaco*. Aveiro: Governo Civil de Aveiro, 1995.

<sup>9</sup> *Estatísticas históricas portuguesas* / Nuno Valério (coord.). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001, pp. 57-58.

Quanto ao sistema propriamente dito, perscrutamos as origens das actuais Assembleias distritais no longínquo ano de 1822. Com o advento do Liberalismo e a Constituição de 1822, formou-se a ideia de divisão territorial do País em “distritos”, sendo prevista, no texto base da Nação, a criação de órgãos administrativos próprios em cada distrito, o Administrador Geral, por nomeação régia, e a Junta Administrativa, composta pelas Câmaras do distrito<sup>10</sup>. Porém, em 1832, Mouzinho da Silveira preconizou a criação, em detrimento daqueles órgãos, da figura de Perfeito e de uma organização chamada de “Junta Geral de Província”<sup>11</sup>.



Figura B: Placa comemorativa da (provável) construção e do restauro do edifício da Assembleia distrital, que ainda hoje ocupa

Essa divisão administrativa do país só se materializou após o estabelecimento da Carta Constitucional de 1834: então, o território nacional passou a estar dividido em distritos, concelhos e freguesias ou paróquias, tendo, à cabeça, o Governador Civil, apoiado por um corpo administrativo denominado Junta Geral do Distrito<sup>12</sup> e, ainda, por um Conselho de Distrito (órgão criado em 1836)<sup>13</sup>.

Em 1867 foi promulgada a Lei da Administração Civil, cujo teor versa, entre outros temas, sobre a criação de “províncias” (num total de 11), no lugar dos “distritos”, mantendo, porém, as designações de “Junta Geral do Distrito” e “Conselho do Distrito”<sup>14</sup>. Por sua vez, as Juntas Gerais de Distrito foram extintas em 1892, sendo então substituídas pelas Comissões Distritais, eleitas por delegados municipais<sup>15</sup>.

Ora, pelo Código Administrativo de 1900, foram novamente instituídas as Juntas Gerais de Distrito<sup>16</sup>. Mas, em 1936, criaram-se dois novos órgãos da administração regional: as

<sup>10</sup> *CONSTITUIÇÃO política da monarchia portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

<sup>11</sup> DECRETO nº 23, 16 de Maio de 1832.

<sup>12</sup> DECRETO de 18 de Julho de 1835.

<sup>13</sup> DECRETO de 8 de Janeiro de 1836.

<sup>14</sup> DECRETO de 26 de Junho de 1867.

<sup>15</sup> DECRETO de 6 de Agosto de 1892.

<sup>16</sup> *Código Administrativo e estatuto dos distritos autonomos das ilhas adjacentes* / Jaime Lopes Dias (ed.). Lisboa: Império, [19-?].



Juntas de Província e os Concelhos Provinciais<sup>17</sup> (funcionaram até 1960, data em que foram preteridos em favor das Juntas Distritais e Conselhos Distritais). Do que se seguiu daremos conta, de forma pormenorizada, nesta investigação.

---

<sup>17</sup> DECRETO-LEI nº 27424, 31 de Dezembro de 1936, I série, nº 306.

PARTE I  
TEORIA, MÉTODO E CONTEXTO

## PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O estudo orgânico-funcional da Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991) trata-se de um estudo de caso para o qual foi necessário definir, à partida, uma teoria e um método adequados, sem os quais não seria possível analisar o objecto de estudo de uma forma rigorosa e científica. Escorados na Arquivística que emerge do paradigma científico e pós-custodial (1980-...), encaramos como imprescindível, ao conhecimento da realidade holística e integradora que matiza os sistemas de informação/arquivos, «uma fundamentação teórica e uma postura interpretativa» capazes de retratar toda a sua «complexidade informacional»<sup>18</sup>.

A jeito de introdução à teoria e método adoptados, achamos indispensável traçar um breve esboço de um passado recente e do que é, à luz dos mais recentes avanços epistemológicos, a Arquivística enquanto disciplina.

A chamada “Fase Científica e Pós-Custodial” que acabámos de mencionar é, primeiramente, uma consequência da pós-industrialização, da sociedade da informação e da globalização económico-cultural. É, igualmente, a reacção a uma «concepção arquivística tradicional»<sup>19</sup>, fruto da precursora “Fase Técnica e Custodial” (1898-1980). Este paradigma pode ser retratado, essencialmente, através da enumeração dos seguintes axiomas: promoção de “arquivos históricos” e “arquivos intermédios”, fundamentação teórica assente na noção oitocentista de “fundo”, princípios ditos teóricos baseados na evidência e pragmatismo (o “princípio de respeito pelos fundos” e o “princípio da ordem original”), adopção de pretensas “teorias” como base de opções práticas meramente operatórias (a chamada *teoria das três idades* do documento, por exemplo), valorização excessiva da componente técnica (havia tendência a confundir operações e procedimentos).<sup>20</sup>

Porém, na década de 1980, deu-se o desenvolvimento de um novo paradigma arquivístico, que visava responder às novas necessidades informacionais de uma realidade extremamente competitiva, onde a informação passou a desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento e, até, a sobrevivência das organizações.

---

<sup>18</sup> RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional*, p. 27.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 27; cf. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, pp. 206-209.

<sup>20</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*, pp. 100-155.

Esse novo modelo, entendido como pós-custodial, dinâmico, informacional e científico, tem como características: a assunção da informação social<sup>21</sup> como objecto de estudo, o recurso à Teoria de Sistemas como ferramenta interpretativa/explicativa do fenómeno informação, o arquivo como um sistema (semi-)fechado de informação social, a aplicação de um método de investigação, a Arquivística e a Biblioteconomia como disciplinas aplicadas da jovem Ciência da Informação, a afirmação do incessante e natural dinamismo informacional (trinómio *criação-selecção natural-acesso/uso*).

A Ciência da Informação<sup>22</sup>, especificando, dedica-se ao estudo das propriedades gerais que regem a informação social e à análise dos fluxos e processos informacionais, visando a sua optimização ao serviço das organizações, dada a função estratégica da informação na gestão das instituições. É, necessariamente, uma área do saber científico inter e transdisciplinar, que mantém com outras ciências (Ciências da Comunicação, Ciências da Administração e Gestão, Informática, Sociologia, História, entre outras) uma fecunda troca de saberes e experiências<sup>23</sup>.

Ora, a informação tem um carácter social e tem de ser entendida como produto resultante das condições estruturais da sociedade. É produzida no tempo e no espaço e por eles influenciada, pelo que não pode fugir à sua própria historicidade. Mas como produto da acção humana, é cognoscível e passível de ser analisada, isto é, não está imune à subjectividade, mas também não está desprovida de objectividade.

Por seu termo, no modelo científico-informacional, o arquivo deixa de ser encarado como um conjunto documental (chamado de “fundo”), resultante de uma qualquer actividade de determinada pessoa colectiva ou individual e composto pela soma de duas valências: o “fundo” e o serviço, o que corresponde, na prática, à sobrevalorização do factor “memória”, desprezando a estrutura orgânica.

---

<sup>21</sup> Informação Social: «Conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registados num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes». Definição incluída em: SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica”. *Páginas: arquivos & bibliotecas*. 5, 2000, p. 67.

<sup>22</sup> Ciência matizada por «[...] uma unidade transdisciplinar indivisível formada a partir da confluência dinâmica de três disciplinas práticas ou aplicadas: a Arquivística, a Biblioteconomia (inclui a Documentação) e os Sistemas (Tecnológicos) de Informação» (SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica”, pp. 74-75).

<sup>23</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica”, pp. 74-76; cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, pp. 45-77.

Assim, no paradigma Científico e Pós-Custodial, o arquivo é considerado uma realidade holística e integradora: trata-se do arquivo total, entendido como sistema de informação cognoscível e passível de ser analisado, na sua plenitude, a partir do *Método Quadripolar*, método desenvolvido e aplicado em investigação qualitativa das Ciências Sociais e Humanas, de que daremos conta mais à frente.<sup>24</sup>

Por conseguinte, podemos definir a Arquivística como uma disciplina aplicada da Ciência da Informação, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente.<sup>25</sup> Como tal, o arquivo, consequência da actividade de uma qualquer entidade individual ou colectiva, consiste na informação estruturada em sistemas (semi-)fechados, materializada em qualquer tipo de suporte, sendo configurado por três factores essenciais: a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso), a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores<sup>26</sup>.

Os três factores que caracterizam o arquivo (organicidade, funcionalidade e memória) permitem defini-lo enquanto sistema de informação. Contudo, a análise do sistema de informação/arquivo realizar-se-á, essencialmente, em função dos dois primeiros factores, pois constituem a matriz para a inteligibilidade do caso a investigar<sup>27</sup>. Será, então, da combinação entre os três factores acima referenciados, especialmente dos dois primeiros, insistimos, que resultarão os diferentes tipos de arquivo, como daremos conta nas seguintes linhas.

Assim, quanto à *estrutura orgânica*, o arquivo, poderá assumir duas configurações distintas: *unicelular* (estrutura organizacional de reduzida dimensão) ou *pluricelular* (sistema que assenta numa média ou grande estrutura organizacional, incluindo subsistemas com uma

---

<sup>24</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*, pp. 217-226.

<sup>25</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*, pp. 213-214.

<sup>26</sup> PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – “Gestão integrada do Sistema de Informação Municipal: um estudo de caso”. *Páginas: arquivos & bibliotecas*. 12, 2003, pp. 98-99.

<sup>27</sup> «A permanente interacção dos dois factores [organicidade e funcionalidade] é um aspecto fundamental e, como tal, deve ser apreendido e compreendido, nunca esquecendo que a informação que flui no sistema contém a funcionalidade (existe para ser recuperada e transformada) e é moldada pela estrutura que a produziu, da qual será memória e recurso estratégico» (PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – “Gestão integrada do Sistema de Informação Municipal: um estudo de caso”, p. 100).

certa autonomia orgânico-funcional).<sup>28</sup> Acerca do nosso objecto de estudo, faremos a sua apreciação mais adiante, quando o classificarmos; o mesmo se verificará com as outras «diferenciações formais»<sup>29</sup> que os arquivos podem assumir, que, devido à sua importância, importa aqui esclarecer.

No que concerne à *função serviço/uso*, o arquivo pode assumir duas formas: *arquivo centralizado* (o controlo da informação é operado a partir de um único centro, onde se concentra materialmente toda a informação) e *arquivo descentralizado* (para obter maior eficácia, o sistema opta por um controlo da sua informação através da atribuição de autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais e aos subsistemas).<sup>30</sup>

Relativamente ao factor *memória*, podemos considerar os arquivos *activos* (nos casos em que existe um regular funcionamento ou actividade da respectiva entidade produtora) ou *desactivados* (todo o arquivo que já não pertence a um organismo em pleno funcionamento, devido ao cessar de actividade ou extinção da entidade produtora).<sup>31</sup>

Por fim, aos tipos mencionados terá de ser associado um outro ainda, os *arquivos especializados* ou *centros de arquivos*. Trata-se de um sistema pluricelular, criado especialmente para incorporar, salvaguardar e difundir o conteúdo de um qualquer arquivo desactivado ou ainda para incorporar informação sem interesse administrativo, proveniente de organismos em plena actividade. Esta forma de arquivo constitui-se, aplicando o que acabámos de descrever, como uma espécie de macro-sistema, formado por um conjunto ilimitado de sistemas unicelulares centralizados, pluricelulares centralizados e pluricelulares descentralizados, todos autónomos<sup>32</sup>.

Apresentados alguns dos pressupostos teóricos concernentes ao objecto da Arquivística (o sistema de informação/arquivo), passamos à descrição da metodologia aplicada na investigação em Ciência da Informação. O *método*, já o dissemos, é o *quadripolar*. Trata-se de «um dispositivo complexo de investigação que está longe de ser “unidimensional”, de ser desprovido de variáveis ou de ser circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos [...], e que, bem antes pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível

---

<sup>28</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*, pp. 214-215.

<sup>29</sup> Cf. *Idem*, p. 215.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>31</sup> *Ibidem*, pp. 215-216.

<sup>32</sup> *Ibidem*, pp. 216-217.

[...]»<sup>33</sup>, já que a «adequação do sujeito que conhece ao objecto que tem “em mãos” opera-se por uma dinâmica de permanente verificação/refutação (ou revisão) das leis ou princípios gerais, através do estudo sistemático de “casos” e variáveis»<sup>34</sup>. O método não se pode basear, definitivamente, na adopção de procedimentos – como acontecia no paradigma técnico e custodial; tem de se fundar em princípios teóricos sólidos e sustentados.

Assim, o *método arquivístico* é «afirmado, desenvolvido, consolidado e aperfeiçoado pela dinâmica de uma investigação quadripolar»<sup>35</sup>, em consonância com o modelo de investigação em Ciências Sociais proposto por P. de Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete. Este modelo topológico revela-se numa permanente interacção de quatro pólos, repetindo-se no respectivo campo de conhecimento, associando abordagens quantitativas (variáveis susceptíveis de observação, experimentação e mensura) com abordagens qualitativas (capacidade interpretativa/explicativa do sujeito em objectivar a modelação da realidade e consequente concretização em hipóteses/teorias).<sup>36</sup>

Deste modo, uma investigação arquivística, alicerçada neste modelo, implica interacção e interdependência constante e a abertura de quatro pólos, a saber:<sup>37</sup>

- o *pólo epistemológico* corresponde, *grosso modo*, à problematização científica indispensável que permite a acumulação de conhecimento associado ao objecto científico, ou seja, este pólo é o responsável pela permanente construção do objecto científico; programa, igualmente, os limites da problemática de investigação, orientando-a durante todo o processo<sup>38</sup>. Aplicando o exposto até aqui, será lícito afirmar que o modelo teórico que suporta e orienta a presente investigação é, precisamente, o paradigma científico e pós-custodial;

- o *pólo teórico* concentra a racionalidade indutiva do sujeito que conhece e aborda o objecto e respectiva realidade, bem como a postulação de leis, formulação

---

<sup>33</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica”, p. 78.

<sup>34</sup> RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional* (...), p. 29.

<sup>35</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*, p. 220.

<sup>36</sup> Cf. *idem*, pp. 217-220.

<sup>37</sup> Note-se que não é nossa pretensão tratar exaustivamente estas questões, antes indicar algumas das suas características, dada a sua importância para esta pesquisa.

<sup>38</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica”, p. 78.

de conceitos operatórios, hipóteses e teorias, assim como subsequente verificação ou refutação do “contexto teórico” elaborado. Neste pólo, são ainda enunciados os princípios subjacentes à investigação arquivística no paradigma científico-informacional<sup>39</sup>: *princípio da acção estruturante* (todo o Arquivo resulta de um acto fundador que condiciona a estrutura da organização e a sua especificidade informacional), *princípio da integração dinâmica* (o Arquivo mantém uma interligação com os sistemas que lhe estão correlacionados), *princípio da grandeza relativa* (o Arquivo desenvolve-se como uma estrutura orgânica simples ou complexa) e *princípio da pertinência* (o Arquivo tem por finalidade última disponibilizar, de forma eficiente e eficaz, a informação pertinente para a organização);

- o *pólo técnico* consiste na abordagem operacional do caso de estudo, aferindo-se, então, a capacidade de validação do dispositivo metodológico. Aqui desenvolvem-se operações fundamentais, como a *observação directa e indirecta de casos ou de variáveis*<sup>40</sup>, a *experimentação*<sup>41</sup> e a *análise/avaliação retrospectiva e prospectiva*<sup>42</sup>, com o objectivo de confirmar ou infirmar as leis avançadas, as teorias elaboradas e os conceitos operatórios formulados;

- o *pólo morfológico* é onde se materializam os resultados da investigação realizada, através da representação do objecto de estudo, assim como a apresentação de todo o processo de pesquisa e análise, devidamente crivados no pólo teórico e aferidos no pólo epistemológico.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> Este paradigma deixa cair os anteriores e infundamentados princípios da “proveniência”, da “ordem original” e do “respeito pelos fundos”.

<sup>40</sup> Trata-se da recolha exaustiva dos elementos histórico-institucionais, normativos e reguladores, da caracterização da natureza e funcionamento interno do sistema de informação e respectiva organização, através de técnicas como o inquérito, a entrevista, a observação participante, etc.

<sup>41</sup> Consiste na formulação clara de um problema, na descrição das técnicas em análise e apresentação dos instrumentos usados, dos equipamentos e meios científicos empregues; pode remeter para testes que verifiquem, por exemplo, modelos de recuperação de informação.

<sup>42</sup> Nesta operação sujeitam-se os resultados da *observação* e/ou da *experimentação* a um rigoroso exame que permita a formulação de generalizações e o estabelecimento de analogias científicas, Permitindo revelar e tipificar o essencial da estrutura de cada arquivo (avaliação retrospectiva), mas também antecipar situações (avaliação prospectiva), quer no que concerne ao contexto orgânico (produção), quer no que toca à sua orientação funcional (serviço).

<sup>43</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*, pp. 217-226.



Efectivamente, é a relação dinâmica que se estabelece entre os quatro pólos, agora apresentados, que possibilitará a acumulação de conhecimento com vista à compreensão do objecto de estudo. Concretizando, entre os pólos teórico e técnico verificamos a existência de uma troca intensa de dados – patente na elaboração e validação. O percurso de investigação é orientado, desde o primeiro instante, por um «modelo teórico superior, uma corrente de pensamento ou uma escola que, à medida que vão surgindo resultados da aplicação do método, vai evoluindo, numa reconstituição permanente do seu objecto científico»<sup>44</sup>, o que acaba por pesar, decisivamente, nos resultados obtidos, efectivados pela materialização conseguida no pólo morfológico.

---

<sup>44</sup> FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa: Gabinete de Estudos Arquivos & Bibliotecas, 2004, p. 27.

## CLASSIFICAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO NA PERSPECTIVA SISTÉMICA

O sistema de informação/arquivo, enquanto objecto de análise, pode assumir, como vimos, diversas configurações, de acordo com o factor estrutura e a função serviço/uso, em sintonia com os postulados da Teoria Sistémica e um dos seus principais pensadores, Piero Mella. Considerando que uma organização só pode ser compreendida quando for conhecida a sua estrutura, a sua organização, o ambiente e a interacção ambiental, a sua teia de processos e os programas operativos que os coordenam, avançamos de seguida com algumas noções importantes no âmbito da Teoria de Sistemas.<sup>45</sup>

O referido autor considera imperativo que, na definição operatória do sistema, seja percebida a estrutura como «um complexo unitário formado por uma pluralidade de elementos relacionados entre si», de maneira a que: «a) apresente características próprias, b) o estado de cada elemento dependa pelo menos de um outro e acabe condicionado pela estrutura toda, c) esta, se assumir ou modificar o próprio *estado*, afecta os seus elementos, assumindo cada um deles um dado estado ou sofrendo uma modificação de estado e d) todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura.»<sup>46</sup> Daqui decorre que «toda a estrutura é simultaneamente estruturada (o seu estado deriva dos elementos integrantes) e estruturante (o seu estado condiciona o dos elementos).»<sup>47</sup>

Mella explicita ainda que qualquer sistema, para ser teoricamente aplicável, deverá encaixar em três premissas fundamentais:

- ser observável como uma unidade durável, a fim de que, na combinação dos seus elementos, se apresente renovado e emergente;
- todos os elementos do sistema compõem uma entidade estruturada e estruturante, onde cada elemento concorre para a existência da entidade, em subordinação à existência do próprio sistema;

---

<sup>45</sup> Cf. MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997.

<sup>46</sup> MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*, p. 25 apud SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, p. 95.

<sup>47</sup> MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*, p. 26 apud SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, p. 95.

- existe uma correlação permanente entre a unidade (totalidade) e os elementos (partes), isto é, o sistema só tem sentido baseado na multiplicidade dos seus elementos, assim como estes apenas são essenciais em prol da unidade do sistema.<sup>48</sup>

Neste sentido, um subsistema pode ser caracterizado como um «sistema que se individualiza dentro do interior de um sistema maior (grandeza relativa), com o qual mantém relações mais ou menos fortes e de alguma dependência (integração dinâmica)». Deste modo, podemos encarar um subsistema como «um elemento, uma parte que compõe, que estrutura, o sistema principal»<sup>49</sup>.

Assim, um sistema é, resumindo, um todo organizado e complexo, uma combinação de elementos formando uma realidade complexa e unitária. O conceito central de sistema, reforçamos, é a ideia de um conjunto de elementos interligados para formar um todo, em que esse todo apresenta propriedades que não são localizáveis em nenhum dos elementos isolados, assim como as partes têm particularidades que não são perscrutáveis na unidade, pelo que se impõe, do princípio ao fim do processo investigativo, uma abordagem holística, científica e cientifizante, através do método que explicitámos anteriormente.

Estas matérias – teoria e método arquivístico – serão mais facilmente inteligíveis quando transpostas ao nosso estudo de caso, já que a teoria só faz sentido quando validada pela prática. Passemos, então, à justificação que o objecto de estudo carece, para que possa ser considerado, verdadeiramente, de sistema, à luz dos postulados avançados pela Teoria de Sistemas.

Quanto à primeira premissa, considerando as variadas e influentes mutações legislativas que a Assembleia Distrital de Aveiro sofreu desde a sua criação, na década de 1960, até aos nossos dias, podemos, ainda assim, encarar essas mudanças como momentos de sucessão de subsistemas. Trata-se de uma estrutura organizacional deveras complexa, que foi sendo alterada e corrigida ao sabor das sucessivas mudanças mentais, económicas e sociais que toldaram a evolução política portuguesa, num espaço de mais de cento e setenta anos. Mesmo

---

<sup>48</sup> MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*, p. 28 apud SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, p. 96.

<sup>49</sup> FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*, p. 39; para aferir outras classificações aplicáveis aos sistemas veja-se SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, pp. 96-103.

que só superficialmente tenhamos estudado a organização no período temporal anterior às datas que balizam cronologicamente a presente investigação, estamos em condições de asseverar que o sistema se apresentou como uma «unidade durável», uma vez que o campo e o objecto da sua actuação se manteve similar em todos os subsistemas (mais de seis), evidentemente com variações. No âmbito da nossa pesquisa, tanto a Junta Distrital de Aveiro, como a Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991), respeitam integralmente esta premissa, como teremos oportunidade de desenvolver na análise orgânico-funcional.

No que toca à segunda premissa, *princípio da acção estruturante*, verificamos que, dada a profundidade do caso em análise, não eram só as mudanças estruturais no sistema que tinham consequências (por exemplo, na produção informacional), uma vez que os seus sub-subsistemas possuíam relativa autonomia. Contudo, essas mutações – estruturais ou localizadas – não impediram que houvesse continuidade, nem, muito menos, provocaram qualquer tipo de ruptura no ciclo informacional. Mais, as alterações legais provocadas no sistema de informação Assembleia Distrital de Aveiro foram no sentido do respectivo subsistema precedente ser naturalmente assimilado, facto que a «continuidade física e mental que se materializa na manutenção de muitas séries entre subsistemas»<sup>50</sup> comprova.

Por último, a análise à terceira premissa indica-nos a efectividade da correlação entre totalidade (sistema de informação Assembleia Distrital de Aveiro) e partes (subsistema Junta Distrital de Aveiro, incluindo, necessariamente, os sub-subsistemas respectivos). Deste modo, o sistema de informação Assembleia Distrital de Aveiro tem as suas raízes, com as devidas distâncias, no Administrador Geral (1832), embora só possua existência legal a partir de 1960, fruto da reformulação da Junta Distrital de Aveiro que, por sua vez, foi resultante da dissolução e descentralização das estruturas e competências da Junta de Província da Beira Litoral.

Apesar de chegar aos nossos dias mais ou menos activa e com a mesma designação, a Assembleia Distrital de Aveiro sofreu, em 1991, uma reestruturação que foi, lentamente, extinguindo a sua acção. Daremos desenvolvimento a esta questão na análise da evolução institucional e orgânico-funcional daquela estrutura. Enfim, temos um sistema que teve a sua origem em 1960, com a instituição legal da Juntas distritais; foi reformulado em 1977,

---

<sup>50</sup> FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*, p. 40; cf. inventário do subsistema Junta Distrital de Aveiro e do sistema Assembleia Distrital de Aveiro.

transformando-se em Assembleia distrital, designação que ainda possui, apesar da alteração legal de 1991. Porém, estamos em crer que a sua unidade e interdependência, ao longo do período 1960-1991, se encontra aqui explicitada.

Uma das vantagens da análise orgânico-funcional, que mais à frente apresentaremos na íntegra, é a capacidade de aferirmos a configuração da natureza orgânica do sistema de informação/arquivo, na presente pesquisa considerado como *pluricelular*, devido à estrutura complexa que apresenta, contendo e integrando dinamicamente vários subsistemas, sub-subsistemas, secções e subsecções.

Mas, o estudo orgânico-funcional permite-nos também a apreensão do factor serviço/uso no sistema Assembleia Distrital de Aveiro, que se afigura *descentralizado*, uma vez que a gestão, o processamento e o tratamento da informação das diversas secções orgânico-funcionais e dos diversos sub-subsistemas tem carácter autónomo.

Trata-se, ainda, de um sistema activo, porque a entidade produtora continua a sua actividade, embora de forma bastante intermitente e nunca como no período 1960-1991, já que todos os sub-subsistemas – Colégio Distrital Dr. Alberto Souto e Serviços Técnicos de Fomento – bem como as secções que dele faziam parte (menos a Secretaria, embora em formato muito reduzido) foram sendo desactivadas ou extintas de forma gradual após 1991, como veremos na análise orgânico-funcional. Por fim, quer o subsistema Junta Distrital de Aveiro, quer o sistema Assembleia Distrital de Aveiro (pré 1991) – os respectivos arquivos, entenda-se –, encontram-se desactivados, encontrando-se o respectivo acervo no Arquivo Distrital.

**PARTE II**  
**ANÁLISE ORGÂNICO-FUNCIONAL E ARQUIVÍSTICA**

# ANÁLISE ORGÂNICO-FUNCIONAL E DA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO/ARQUIVO ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1991)

## 1. SUBSISTEMA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1977)

A Junta Distrital de Aveiro surgiu em consequência da extinção da Junta de Província da Beira Litoral<sup>51</sup> que, juntamente com a Junta Distrital de Coimbra e a Junta Distrital de Leiria, herdou, nos termos das disposições dos artigos 3º, 6º e 8º do Decreto-Lei nº 42536, de 28 de Setembro de 1959<sup>52</sup>, as estruturas e as funções que aquela organização deteve entre 1936 e 1959<sup>53</sup>. Após a aprovação do Decreto-Lei nº 42536, de 28 de Setembro de 1959, foi restabelecida a autonomia administrativa do distrito, introduzindo profundas alterações ao Código Administrativo<sup>54</sup>, pelo que se impunha a reforma das estruturas de actuação ao nível do distrito.

O referido diploma justificava tais modificações como indispensáveis, visando para os serviços de âmbito distrital uma eficiência maior à conseguida pelas Juntas de Província<sup>55</sup>. Mais tarde, com a queda da ditadura em Abril de 1974, prefigurou-se a regionalização administrativa do País, sendo extintas, logo em 1975, as Juntas Distritais; aos Governadores Civis, representantes da tutela pertencente ao Ministério do Interior, competia, então, a gerência dos interesses das Juntas<sup>56</sup>. Esta gerência do Governador Civil funcionou até 1977, data em que são criadas as Assembleias Distritais<sup>57</sup>, matéria de que nos ocuparemos mais à frente.

---

<sup>51</sup> O sistema de informação/arquivo dito da Junta de Província da Beira Litoral (século XIX – década de 1970) encontra-se, no seu grosso, sob custódia legal do Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>52</sup> DECRETO-LEI nº 42536, 28 de Setembro de 1959, I série, nº 223.

<sup>53</sup> A propósito das Juntas de Província, veja-se *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia* / César Oliveira (dir.). [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996, pp. 310-311, 316-318.

<sup>54</sup> Pouco antes daquele Decreto-Lei, havia sido aprovada a LEI nº 2100, de 29 de Agosto de 1959, que revia a Constituição de 1933. No artigo 28º, indicava-se já as Juntas distritais como um dos três corpos administrativos da Nação, juntamente com as câmaras municipais e as juntas de freguesia.

<sup>55</sup> DECRETO-LEI nº 42536, 28 de Setembro de 1959, preâmbulo.

<sup>56</sup> DESPACHO do Ministro da Administração Interna de 31 de Janeiro de 1975. 8 de Fevereiro de 1975, II série, nº 33.

<sup>57</sup> LEI nº 79/77, 25 de Outubro, I série, nº 247.

Então, a administração do distrito passava pelo Conselho do Distrito e a Junta Distrital (Mesa). Aquele era composto pelos procuradores de todo e cada concelho do distrito, eleitos (quadrienalmente) aquando da constituição das câmaras municipais. Competia-lhes<sup>58</sup>: eleger (também de quatro em quatro anos) todo o elenco dirigente da Mesa da Junta Distrital – presidente, vice-presidente, vogais e seus substitutos; discutir e votar os relatórios de gerência e as bases do orçamento emanados da Mesa da Junta Distrital e ainda pronunciar-se sobre as deliberações<sup>59</sup> da Mesa da Junta Distrital que dependiam da sua aprovação para se tornarem executórias.

Como órgão regulador da administração distrital, por assim dizer, “independente”, a produção documental do Conselho é, logicamente, objecto da nossa análise, pese embora o resultado incipiente da materialização informacional da sua existência. Podemos adiantar ainda que, ao Conselho do Distrito, era destinada uma função moderadora e fiscalizadora, como garante da actuação do corpo gerente, mas, também, uma função orientadora, uma vez que podia estabelecer as regras gerais para a acção administrativa e financeira da Junta distrital<sup>60</sup>.



*Figura C: Sala onde se reuniam os membros da Mesa da Junta Distrital de Aveiro, entre outros. Esta sala ainda hoje é utilizada, mantendo a fisionomia que apresenta na foto*

Quanto à Mesa da Junta distrital<sup>61</sup>, tratava-se do corpo administrativo do distrito, e tinha como corpos dirigentes presidente, vice-presidente e três vogais. Para o desempenho

---

<sup>58</sup> Cf. *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.). 3ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1960, pp. 161-167.

<sup>59</sup> Nomeadamente: obras públicas de valor superior a 200 “contos”, alienação de bens imobiliários, realização de empréstimos e ainda contratos de fornecimento por tempo superior a um ano. Cf. *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), artigo 318º, p. 175.

<sup>60</sup> Cf. **Organigrama** do subsistema Junta Distrital de Aveiro, p. 50.

<sup>61</sup> Cf. *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), pp. 168-178.



das suas atribuições (que desenvolveremos mais à frente, dada a sua complexidade e importância no sistema Assembleia Distrital de Aveiro), competia à Mesa da Junta Distrital de Aveiro: fazer e interpretar os regulamentos necessários à boa administração dos serviços e estabelecimentos sob a sua tutela; adquirir bens e serviços indispensáveis ao prosseguimento das suas atribuições – cultura, assistência e fomento; requerer a comparticipação do Estado para as obras de interesse distrital; aprovar o orçamento ordinário, elaborado pelo presidente sobre as bases sancionadas pelo Conselho do Distrito, assim como os orçamentos suplementares; nomear, contratar, promover, transferir, louvar, punir, aposentar e exonerar os funcionários e assalariados da administração distrital a seu cargo; celebrar acordos com as câmaras municipais do distrito relativos ao exercício das atribuições de fomento, cultura e assistência, entre outras funções.

As competências do Presidente da Junta distrital<sup>62</sup>, pela importância e alcance que investiam ao cargo, faziam dele o verdadeiro órgão executivo dentro da estrutura da administração distrital, como podemos constatar pela análise de algumas das suas funções: dirigia os trabalhos, quer da própria Junta distrital (Mesa), quer do Conselho do Distrito; elaborava o relatório anual de gerência, assim como o plano anual de actividades da Junta distrital e ainda preparava as bases do orçamento ordinário; autorizava as despesas orçamentadas em harmonia com as deliberações da Mesa da Junta distrital; dirigia e inspeccionava os serviços de Tesouraria e Secretaria (de que falaremos mais à frente); representava o distrito, «em juízo e fora dele»<sup>63</sup>; executava e fazia executar as deliberações da Mesa da Junta distrital e do Conselho Distrital; assinava ainda toda e qualquer correspondência expedida pela Junta distrital com destino a «quaisquer autoridades, corpos administrativos e repartições públicas»<sup>64</sup>.

Ora, a estrutura orgânica do subsistema Junta Distrital de Aveiro era preenchida, além dos órgãos que acabámos de descrever, pelos chamados «serviços distritais», Secretaria e Tesouraria, e ainda pelos «serviços especiais»<sup>65</sup>, serviços mantidos ou criados pela Junta distrital para a prossecução das atribuições que o Código Administrativo lhe consagrava,

---

<sup>62</sup> Cf. *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), pp. 175-176.

<sup>63</sup> *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), p. 176.

<sup>64</sup> *Idem*.

<sup>65</sup> Cf. *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), p. 178.

como o Arquivo Distrital de Aveiro, as Casas da Criança, o Asilo-Escola e ainda os Serviços Técnicos de Fomento.

Tanto a Secretaria como a Tesouraria distritais não tinham, na década de 1960, regulamentação interna própria, isto é, as competências e as regras do seu funcionamento seguiam o *princípio de similitude*, segundo o disposto no artigo 327º do *Código Administrativo*<sup>66</sup>, em sintonia com o estipulado para os serviços municipais. Dada a evolução e complexificação dos organismos em análise, os seus regulamentos internos tiveram de ser definidos à *posteriori*.

Da Secretaria distrital, conhecemos o “regulamento interno” adoptado e aprovado em 1971 e o último texto regulador, por nós apurado, datado de Fevereiro de 1977<sup>67</sup>. Pelo exaustivo levantamento da própria documentação produzida por este serviço, incluindo a leitura atenta das mais importantes informações (relatórios de gerência, as actas e minutas das reuniões, séries lamentavelmente incompletas...) produzidas pela Junta distrital no seu todo, concluímos que a Secretaria, à semelhança do serviço de Tesouraria, não possuía regulamentação interna própria antes do *Regulamento da Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dos Corpos Administrativos* de Janeiro de 1971, que vem no sentido de colmatar omissões existentes no *Código Administrativo*, além de ser, sobretudo, um documento destinado a normalizar procedimentos contabilísticos na Administração Pública municipal e distrital.

A Secretaria distrital regia-se, assim, pelas funções preconizadas pelo *Código Administrativo* de 1960 para os referidos serviços municipais, e também pelas correcções feitas pelo regulamento interno de 1977 (muito centrado nas competências do chefe de Secretaria). À Secretaria privativa competia assegurar todo o expediente da Junta distrital, assim como a execução das deliberações distritais e dos despachos e ordens do seu Presidente.<sup>68</sup>

Como mencionámos, era na figura do chefe da secretaria que estavam concentradas todas competências que permitiam a prossecução das vastas funções atribuídas às Secretarias

---

<sup>66</sup> *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), p. 178.

<sup>67</sup> Que ainda se insere, portanto, na análise orgânico-funcional do subsistema Junta Distrital de Aveiro, pela razão que o diploma (LEI nº 79/77), que reorganizou os órgãos da administração distrital, datar, precisamente, de 25 de Outubro de 1977.

<sup>68</sup> Cf. *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), artigo 135º, p. 88.

distritais, a saber: autenticação de todos os documentos e actos oficiais da Junta; organização do cadastro de todo o pessoal ao serviço da Junta distrital; organização das contas de gerência; prestação de informações sobre o estado dos serviços de tesouraria ao presidente da Junta aveirense; fiscalização da responsabilidade do tesoureiro; redacção das actas do Conselho e da Mesa da Junta; manutenção do registo de expediente, entre outras.

O chefe da secretaria reflectia, deste modo, todo o carácter centralizador que o Estado Novo imprimia às suas instituições e agentes. Das suas competências, concluímos igualmente que era o “braço” executivo das funções presidenciais na Junta Distrital de Aveiro.<sup>69</sup> Deste modo, é lícito afirmar que, no exercício das suas funções, o chefe da secretaria chegava a confundir-se com a própria Secretaria distrital.

Já o regulamento interno, aprovado em 1977, permite que possamos, com maior rigor, localizar a estrutura orgânico-funcional deste serviço. Aquele dispunha, no seu artigo 1º, que a «Junta Distrital de Aveiro possui uma Secretaria privativa, por onde correrá todo o seu expediente e à qual compete assegurar a execução das deliberações e dos despachos e ordens do Presidente»<sup>70</sup>.

Para tal, dividiu os serviços em três secções<sup>71</sup>: Expediente, Contabilidade e Dactilografia, tendo em vista uma melhor execução dos trabalhos. À primeira secção competia: registar, através do seu processamento e arquivo, toda a correspondência recebida e expedida; organizar o cadastro de todo o pessoal da Junta distrital; redigir as actas e passar as certidões requeridas e manter actualizado o cadastro dos móveis e imóveis<sup>72</sup>. A secção de Contabilidade estava incumbida de: executar as tarefas todas as autorizações de pagamento; colaborar na elaboração dos orçamentos ordinário e suplementares; elaborar as contas de gerência e ainda «executar todas as tarefas respeitantes à contabilidade municipal»<sup>73</sup>, de acordo com o supra-mencionado *princípio de similitude* preconizado no *Código Administrativo*. Por fim, à secção de Dactilografia cabia a elaboração de todo o trabalho de

---

<sup>69</sup> *Idem*, pp. 89-91; *Regulamento da Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dos Corpos Administrativos*. [Coimbra]: [Direcção Geral da Administração Política e Civil], [1971], artigo 6º.

<sup>70</sup> JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento Interno da Secretaria privativa da Junta Distrital de Aveiro*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1977.

<sup>71</sup> Designação atribuída pelo regulamento interno. Na realidade, tratam-se de subsecções.

<sup>72</sup> JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento Interno da Secretaria privativa da Junta Distrital de Aveiro*, artigo 4º.

<sup>73</sup> *Idem*, artigo 5º.

dactilografia correspondente às demais secções da Secretaria distrital e ainda dactilografar a matéria respeitante às publicações da Junta distrital, «editadas por força das atribuições de cultura»<sup>74</sup>.

É, como podemos constatar, um regulamento interno que definia, com algum rigor, a estrutura orgânica e a funcionalidade que caracterizavam a Secretaria distrital que a Junta aveirense necessitava. Documento que, conjugando o plano teórico do funcionamento interno do serviço com a continuidade de diversas séries documentais, pouco diferia da prática seguida até à sua promulgação, como podemos constatar no inventário – o que leva a acreditar, em última análise, na existência de um regulamento anterior a este ou, então, na materialização no plano normativo de uma prática adquirida ao longo daqueles sete anos.



*Figura D.* A secção de Secretaria era das mais prolíficas no que concerne à produção de informação, tanto mais que reunia um conjunto de funções que faziam dela um serviço fundamental na prossecução das actividades desenvolvidas pela Junta/Assembleia distrital

Pelo que conseguimos apurar, a Junta Distrital de Aveiro nunca chegou a possuir tesoureiro privativo, apesar da receita anual média daquele corpo administrativo ultrapassar largamente os 3000 “contos”, limite pecuniário previsto no artigo 327º do *Código Administrativo*<sup>75</sup> para que qualquer Junta distrital pudesse dispor de tesoureiro privativo (num documento enviado ao Governador Civil no ano de 1977, referia-se que a Junta

<sup>74</sup> *Ibidem*, artigo 6º.

<sup>75</sup> *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), p. 178.

Distrital aveirense havia, só no ano de 1976, apurado um valor acima dos 20 mil “contos” de receita!)<sup>76</sup>. Deste modo, era o tesoureiro da Fazenda Pública do concelho capital de distrito que exercia as funções que descreveremos de seguida<sup>77</sup>.

A Tesouraria teve, como vimos, o seu “regulamento interno” (quanto sabemos, único) ainda durante a existência da Junta (1960-1977). Trata-se de um documento que adapta o *Regulamento da Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dos Corpos Administrativos*, formulado pela Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior e subscrito pela Administração municipal (e, também, pela distrital<sup>78</sup>) do País no ano de 1970. Até essa data, o serviço de Tesouraria regia-se pelo *Código Administrativo* (artigo 327º), que remetia, na parte aplicável, para o disposto na subsecção II (Tesourarias municipais)<sup>79</sup>.

De acordo com o *Código Administrativo*, as funções da Tesouraria da Junta distrital eram: a arrecadação das receitas; a guarda dos fundos e valores; o pagamento das despesas e quaisquer movimentos de verbas da Junta Distrital de Aveiro incumbem, igualmente, à Tesouraria. Por conseguinte, ao tesoureiro competia: efectuar o pagamento das autorizações e demais documentos de despesa, depois de visados pelo chefe de secretaria; entregar ao chefe de secretaria balancetes diários da caixa, assim como todos os documentos de despesa pagos mensalmente, entre outras.

Quanto ao mencionado “regulamento interno” da Tesouraria, vigorou desde Janeiro de 1971 até 1998, uma vez que desconhecemos qualquer outra prescrição que o tenha substituído ou alterado e como as Assembleias distritais ainda não foram legal e oficialmente extintas ou reformuladas até à data, apesar das suas competências (até há pouco, funcionava como plenário dos municípios do distrito) e órgãos terem sido desafectados para outros Ministérios, sobretudo a partir de 1991.

Então, à semelhança da secção de Secretaria, a “norma interna” (adaptada) da Tesouraria propôs-se complementar e especificar as competências estabelecidas no *Código*

---

<sup>76</sup> Cf. **Gráficos**, p. 110.

<sup>77</sup> A propósito das Tesourarias da Fazenda Pública, veja-se um interessante estudo, ainda que aborde marginalmente esta temática: SUBTIL, José – *O Ministério das Finanças (1801-1996): Estudo orgânico e funcional*. Lisboa: Ministério das Finanças, 1996, pp. 46-48; 59-62; 95-98; 108-110.

<sup>78</sup> Em conformidade com o §1 do artigo 2º do *Regulamento da Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dos Corpos Administrativos*: «Os serviços de secretaria e tesouraria dos governos civis e juntas distritais adaptar-se-ão, quanto possível, ao regime estabelecido no presente regulamento».

<sup>79</sup> *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), artigos 139º, 140º, 141º e 142º, pp. 91-93.

*Administrativo* e noutras leis especiais, dispondo – além do que já mencionámos – o seguinte: promover a arrecadação directa de receitas virtuais e eventuais; executar o pagamento de folhas de vencimento ou salários; entregar e processar os documentos de cobrança aos contribuintes e ainda manter em ordem os livros e papéis que compõem o arquivo da Tesouraria<sup>80</sup>.

Até agora temos apresentado os serviços que constituíam, por excelência, o núcleo gestor da Junta distrital, isto é, a parte que fornecia suporte administrativo para que o subsistema pudesse prosseguir as atribuições – Fomento, Cultura e Assistência – consagradas no *Código Administrativo*, que são, ao cabo e ao resto, a grande razão para que todo o sistema existisse.

Comecemos, então. No uso das atribuições de Cultura<sup>81</sup>, pertencia às Juntas distritais deliberar:

- 1º. Sobre a criação e manutenção de museus de etnografia, história e arte regional e de arquivos distritais;
- 2º. Sobre a recolha, inventariação e publicação das tradições populares regionais e mais folclore do distrito;
- 3º. Sobre o inventário das relíquias arqueológicas e históricas, dos monumentos artísticos e das belezas naturais existentes no distrito;
- 4º. Sobre a conservação e divulgação dos trajes e costumes regionais;
- 5º. Sobre o auxílio a conceder a associações ou institutos culturais do distrito;
- 6º. Sobre a recolha e o estudo de vocábulos populares e das formas dialectais existentes no distrito.

As actividades relacionadas com o âmbito cultural a promover pela Junta Distrital de Aveiro passaram a ser objecto de preocupação visível apenas em Janeiro de 1965<sup>82</sup>, onde numa reunião ordinária daquele corpo administrativo foi proposta a criação dos chamados “Serviços Culturais”. Em Junho do mesmo ano, foi concretizada essa intenção com a génese de uma “secção” dentro da Secretaria distrital, que teve, justamente, a designação “Serviços

---

<sup>80</sup> *Regulamento da Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dos Corpos Administrativos*, artigo 9º.

<sup>81</sup> *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), artigo 313º, p. 172.

<sup>82</sup> Como podemos verificar no montante dispendido até aí com as atribuições de Cultura, cf. **Gráficos**, p. 117.

Culturais”. Não se tratou de nenhuma nova subsecção, mas sim de uma função – afecta às da Secretaria distrital, desempenhada pela secção de Dactilografia – de coordenação da publicação semestral da Junta distrital aveirense (*Aveiro e o seu Distrito*, que desenvolveremos mais à frente) e, ainda, de organização de concursos literários, que visaram o incentivo à leitura de populações mais jovens do distrito, e de feiras do livro.



Figura E: Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Junta distrital, representando uma alegoria referente às atribuições culturais

Acerca do primeiro ponto das atribuições culturais da Junta distrital, sabemos que a única instituição que esteve sob sua influência directa era o Arquivo Distrital de Aveiro, criado pelo artigo 7º do Decreto-Lei 46350, de 22 de Maio de 1965<sup>83</sup> (de acordo com o determinado no nº 1º do artigo 313º do *Código Administrativo*, acima transcrito), e constituído como encargo obrigatório da Junta Distrital de Aveiro. O referido diploma legal, no seu preâmbulo, adiantava ainda que, além das despesas de instalação, competia à Junta

<sup>83</sup> DECRETO-LEI nº 46350, 22 de Maio de 1965, pp. 718-724; antes deste diploma, numa reunião da Junta distrital aveirense em Dezembro de 1963, já se propunha a «criação e manutenção pela Junta (...) de um arquivo distrital».

suportar o encargo respeitante ao pessoal<sup>84</sup>. Porém, o provimento do pessoal e a tutela “efectiva” sobre o Arquivo Distrital de Aveiro passava pelo Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes<sup>85</sup>.

O Arquivo Distrital de Aveiro abriu efectivamente em finais de 1970, como “Departamento do Estado”<sup>86</sup> e não como organismo da Junta Distrital de Aveiro. Daqui decorre que a sua regulamentação interna era da responsabilidade da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes<sup>87</sup>, órgão do qual dependia hierarquicamente, sendo ainda que quase toda<sup>88</sup> a documentação produzida por aquele organismo no período temporal abrangido por esta análise não chega a integrar o sistema de informação/arquivo da Assembleia Distrital de Aveiro. Por isso, terminaremos aqui a descrição deste órgão que, na verdade, só necessitava da Junta Distrital de Aveiro para o preenchimento das respectivas dotações orçamentais (salários e logística).

Por fim, as funções dos Arquivos distritais foram consagradas no artigo 26º do Decreto-Lei nº 19952, de 27 de Junho de 1931, que preconizava a recolha, a instalação, a inventariação e a disponibilização ao público dos “núcleos documentais” dispersos no respectivo distrito como seus principais objectivos<sup>89</sup>.

Na nossa pesquisa, mesmo não tendo analisado a estrutura orgânica em pormenor, convencionou-se atribuir ao Arquivo Distrital de Aveiro, de acordo com o enquadramento orgânico-funcional apurado, a autonomia própria de um subsistema, tanto mais que se trata, com as devidas distâncias, de um elemento que compunha o chamado sistema nacional de arquivos e, à altura, uma estrutura “semidependente” dos órgãos da administração distrital.

No que diz respeito às restantes atribuições de Cultura – vide nº 5º do artigo 313º do *Código Administrativo*, a actividade desenvolvida pela Junta distrital neste âmbito atingiu maior expressão na atribuição de numerosos, regulares e significativos subsídios a toda e

---

<sup>84</sup> Em acordo com o artigo 27º do DECRETO-LEI nº 19952, 27 de Junho de 1931, I série, nº 147.

<sup>85</sup> DECRETO-LEI nº 46350, 22 de Maio de 1965, artigos 16º, 17º e 18º.

<sup>86</sup> Definição da própria directora, em 1971, como forma de se imiscuir a determinadas “orientações” do presidente da Junta, que para isso recorreu ao artigo 2º do DECRETO-LEI nº 46350, 22 de Maio de 1965: «Os directores dos arquivos distritais são delegados da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes no respectivo distrito».

<sup>87</sup> Cf. DECRETO-LEI nº 46350, 22 de Maio de 1965, artigo 1º, nº 10º, alíneas c) e d).

<sup>88</sup> À excepção de 3 caixas contendo fotocópias dos recibos das certidões emitidas, relações de frequência dos funcionários e ainda relações das receitas do Arquivo distrital; cf. *Inventário* do sistema de informação/arquivo Assembleia Distrital de Aveiro, p. 92.

<sup>89</sup> DECRETO-LEI nº 19952, 27 de Junho de 1931, artigo 26º.



qualquer associação, circunscrita ao distrito de Aveiro, que se enquadrasse nos perfis definidos para as ajudas ao associativismo estabelecidos pela própria Junta.

Companhias de teatro (como o Círculo Experimental de Teatro de Aveiro) e/ou dança, Conservatório Regional de Aveiro, diversas publicações (como o prolífico *Arquivo do Distrito de Aveiro*), várias bandas de música<sup>90</sup>, associações desportivas, feiras do livro, museus, entre tantos outros organismos das mais diversas terras do distrito foram auxiliados monetariamente pela Junta Distrital de Aveiro, como pudemos constatar na análise da documentação produzida. A área do auxílio a associações culturais constituiu das intervenções que, além da visibilidade, maiores efeitos produziu para a cultura no distrito, embora nunca chegasse, nem de perto em de longe, a assumir a importância das outras atribuições.<sup>91</sup>

Quanto aos restantes números do artigo 313º, já mencionámos nesta pesquisa que, em 1965, havia sido criado um “departamento” no seio da Secretaria distrital, os Serviços Culturais. Estes eram assegurados pelos próprios funcionários da Secretaria (das subsecções de Expediente e de Dactilografia), tendo como função coordenar a edição da publicação semestral da Junta distrital, a revista *Aveiro e o seu Distrito*, assim como assegurar os concursos literários e a organização de feiras do livro.

A produção informacional resultante destas actividades é reduzida, resumindo-se a onze caixas com fotografias e rascunhos dos artigos, recortes de jornais com o anúncio do lançamento e vencedores dos respectivos concursos, entre outros itens. Esta situação resulta do facto dos Serviços Culturais cuidarem não da concepção e escrita dos artigos a sair na revista da Junta distrital<sup>92</sup>, mas antes da direcção, compilação e edição da publicação *Aveiro e o seu Distrito*, isto é, o(s) funcionário(s) encarregue da revista lançava o repto às dezanove câmaras do distrito para que enviassem, a tempo de ser incluídos, os artigos que os municípios entendessem pretender publicar no número da revista em elaboração, ficando a Junta distrital com a responsabilidade de os seleccionar e publicar.

---

<sup>90</sup> O próprio Asilo-Escola de Aveiro/Internato Distrital de Aveiro chegou a ter uma banda privativa, composta por internados.

<sup>91</sup> Cf. **Gráficos**, pp. 115-117, 119.

<sup>92</sup> O que pressupunha um corpo editorial próprio, consequentemente a criação de uma nova subsecção, o que acarretaria novos e pesados encargos financeiros à autarquia distrital aveirense.

Com o seu primeiro número saído à estampa em 1966, a revista *Aveiro e o seu Distrito* foi a maneira encontrada pela Junta distrital aveirense para cumprir algumas das atribuições de cultura (nomeadamente, números 2º, 3º, 4º e 6º do artigo 313º) que o *Código Administrativo* lhe impunha. A Junta distrital aveirense garantiu, desta forma, a prossecução de diversos e valiosos trabalhos culturais, desonerando-se de grandes encargos através da responsabilização dos municípios sob sua influência pela autoria de trabalhos relacionados com a divulgação de tradições, etnografia, folclore, “reliquias” históricas e arqueológicas, monumentos artísticos e “belezas” naturais que caracterizaram a vivência do capital humano do distrito, como podemos constatar nas páginas dos mais de trinta números da revista.

Como observámos, o exercício das atribuições de Cultura não obrigava a Junta distrital aveirense a dotar-se uma estrutura própria muito significativa. Com efeito, preferiu recorrer às secções e subsecções que a sua orgânica permitia para levar a cabo as obrigações mais “simples” que o *Código Administrativo* lhe consignava. O que na prática querera dizer que tinha outras áreas onde gastar (muito mais) dinheiro e energias, como a do Fomento, como veremos em seguida. Por fim, se analisarmos o histórico do investimento directo da autarquia distrital aveirense nos assuntos ditos “culturais”, apercebemo-nos que este capítulo era, sem dúvida, o “parente pobre” da despesa.<sup>93</sup>

Então, no exercício das atribuições de Fomento, pertencia às Juntas distritais deliberar<sup>94</sup>:

- 1º. Sobre a criação e manutenção de serviços destinados à elaboração de estudos e projectos de obras e melhoramentos a realizar na área da circunscrição distrital, por conta do distrito ou dos municípios, devendo neste caso os estudos e projectos ser realizados por solicitação da câmara municipal interessada;
- 2º. Sobre a criação de serviços destinados à prestação de assistência técnica aos municípios do distrito que não possam mantê-los por si só;
- 3º. Sobre a organização de parques de máquinas e outro equipamento para obras, que possam ser utilizados, nas condições constantes dos respectivos regulamentos, pelos municípios do distrito;

---

<sup>93</sup> Cf. **Gráficos**, p. 119.

<sup>94</sup> *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), artigo 312º, pp. 171-172.

- 4º. Sobre a organização de paradas ou exposições de produtos agrícolas ou das indústrias regionais;
- 5º. Sobre a instituição de prémios destinados a estimular a agricultura, a pecuária e as indústrias tradicionais da região;
- 6º. Sobre a instituição de bolsas de estudo para a aprendizagem das técnicas úteis ao progresso da economia regional.



*Figura F:* Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Junta/Assembleia distrital de Aveiro, representando uma alegoria alusiva às actividades de fomento

Os números 1º, 2º e 3º do artigo acima transcrito (312º) eram da responsabilidade de um sub-sistema que a Junta Distrital de Aveiro criou para o efeito, em 1962: os Serviços Técnicos de Fomento (de agora em diante apenas STF), de que falaremos à frente.

Quanto aos restantes números do artigo 312º, a organização de exposições, a promoção de prémios e grémios para o estímulo do sector agro-pecuário e ainda a instituição de bolsas de fomento à actividade primária foram, de facto, uma realidade graças à acção de diversas equipas dirigentes da Junta aveirense, sem que tenha existido qualquer secção ou subsecção,

especialmente concebida para o efeito, que coordenasse tais acções – o mesmo que se verificava com a organização e edição da revista *Aveiro e o seu Distrito*. A sua produção documental foi muito reduzida (quatro caixas, mas, por vezes, muita informação aparece diluída na própria Correspondência), pois tratavam-se de eventos escassos e pontuais que não exigiam decisões difíceis e/ou tramitação burocrática complexa.

Avancemos então para a estrutura que executava, por excelência, as mais significativas competências na área do Fomento, os STF. Criados por deliberação tomada na reunião ordinária de 8 de Fevereiro de 1962, este sub-sistema viu, durante os primeiros seis anos, a sua actividade condicionada pela fraca solicitação das câmaras municipais do distrito de Aveiro<sup>95</sup>, devido, muito provavelmente, à (in)capacidade de resposta dos reduzidos quadro de pessoal<sup>96</sup> e parque de máquinas daquele sector técnico. Só a partir de 1968 a Junta distrital começou a investir fortemente em recursos humanos e meios materiais.

Para termos noção do aumento de meios, basta dizer que, por volta de 1973, constavam do quadro dos STF quase vinte e cinco funcionários.<sup>97</sup> Este crescimento trouxe inevitavelmente a complexidade àquele serviço de Fomento, o que levou à criação e aprovação do seu regulamento interno<sup>98</sup>, em reunião ordinária de 12 de Novembro de 1971. É sobre esse documento vital, para a avaliação da sua estrutura orgânico-funcional, que nos ocuparemos agora.

O regulamento interno dos Serviços Técnicos de Fomento atribui a este sub-sistema da Junta Distrital de Aveiro as seguintes funções: elaboração de estudos e projectos de obras e melhoramentos; prestação de assistência técnica (quer aos serviços da Junta aveirense, quer às câmaras municipais da respectiva circunscrição distrital); acompanhamento da evolução técnica das competências da sua função, entre outras. Acerca da estrutura orgânica dos STF, dela constava uma Direcção, chefiada por um Director dos serviços (comummente chamado de “engenheiro-chefe”), que superintendia as secções de

---

<sup>95</sup> O que não deixava de ser insólito, sobretudo nos anos subsequentes, dado que «as câmaras não tinham, na esmagadora maioria dos municípios portugueses, nem maquinaria, nem ferramentas e quadros técnicos adequados [...]» *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia* / César Oliveira (dir.), p. 314.

<sup>96</sup> Em 1964, os STF tinham apenas um engenheiro e um desenhador no quadro de pessoal.

<sup>97</sup> Cf. **Gráficos**, p. 125.

<sup>98</sup> JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento Interno dos Serviços Técnicos de Fomento*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1971.

Arquitectura e Urbanismo, Desenho, Engenharia, Topografia, Secretaria. Havia lugar ainda para um Conselho Técnico, constituído pelo Director dos serviços e por um representante de cada secção. Ao Conselho Técnico competia uma função coordenadora, consultiva e programática, em ordem a obter maior rentabilidade e eficiência dos serviços.

A secção de Arquitectura e Urbanismo tinha por função elaborar estudos, pareceres e projectos de arquitectura e planos gerais e parciais de urbanização, assim como prestar assistência técnica às câmaras municipais e à Junta distrital. À secção de Desenho competia: a execução de desenhos à escala de plantas, alçados e cortes de edifícios; o cálculo de áreas e volumes; o cálculo de cadernetas taqueométricas; a cópia ou decalque de qualquer desenho e ainda a pormenorização de elementos desenhados de um projecto. A secção de Engenharia tinha por função: elaborar estudos, pareceres e projectos das especialidades que lhes fossem cometidas; prestar assistência técnica às câmaras municipais e à Junta distrital; elaborar as medições e os orçamentos das áreas da sua responsabilidade. À secção de Topografia competia: a execução de levantamentos topográficos; a tradução, em desenho, à escala, de uma caderneta de campo calculada; a execução de desenhos, à escala, de plantas, perfis e cortes de estradas, pontes, terreno e canais; o cálculo de áreas e volumes; a execução de nivelamentos geométricos. Por fim, a secção de Secretaria tinha como funções assegurar todo o trabalho dactilográfico de expediente e de peças dos STF, organizar e manter em ordem o registo e arquivo de expediente dos STF e manter actualizados os mapas de inventário de materiais afectos aos STF.<sup>99</sup>

Ao Director dos serviços estavam reservadas variadas funções, entre as quais a presidência do Conselho Técnico, o despacho centralizado dos processos, a apresentação do relatório anual de actividades dos STF, o dever de assistir às reuniões da Junta Distrital e de prestar toda a cooperação que lhe for ordenada pela Presidência, a coordenação e distribuição de todo o serviço dos STF, o processamento de toda a informação relativa aos funcionários que dirigia (livros de ponto, férias, vencimentos) e providenciar o fornecimento da logística necessária aos STF. Como podemos constatar<sup>100</sup>, era um sub-sistema extremamente centralizado na figura do Director dos STF que, por sua vez, estava na directa influência do Presidente da Junta distrital.

---

<sup>99</sup> *Regulamento Interno dos Serviços Técnicos de Fomento*, artigos 20º a 29º.

<sup>100</sup> Cf. **Organigrama** do subsistema Junta Distrital de Aveiro, p. 50.

Após o 25 de Abril de 1974, o regulamento interno dos STF sofreu alterações localizadas, que em nada modificaram o que acabou de se descrever. Essas correcções situaram-se, sobretudo, na parte referente aos direitos do pessoal, em sintonia com o regime instaurado após o fim do Estado Novo. No princípio dos anos 80 do século passado, este sub-sistema foi integrado nos Gabinetes de Apoio Técnico, hierarquicamente dependente do Ministério da Administração Interna, como teremos oportunidade de observar quando analisarmos o sistema Assembleia Distrital de Aveiro. Verificamos ainda que, entre 1971 e o ocaso do subsistema Junta Distrital de Aveiro (1977), esta estrutura sofreu um forte incremento, como nos indica o investimento efectuado, o quadro de pessoal e a quantidade de intervenções, fruto do interesse na dinamização deste serviço<sup>101</sup>.

Assim, baseados na complexa organização e estruturação interna e, ainda, na relativa autonomia que a Junta distrital atribuiu aos Serviços Técnicos de Fomento, podemos concluir que, na realidade, estamos perante um sub-sistema.

Chegados à última atribuição das Juntas distritais, de Assistência<sup>102</sup>, encontramos, no *Código Administrativo*, uma única disposição referente à sua missão: no uso das atribuições de assistência, pois pertencia às Juntas distritais administrar os estabelecimentos a seu cargo. Apesar de se resumir numa só frase, eram as atribuições de Assistência que mais recursos consumiam ao erário (e não só...) da Junta aveirense.

Com efeito, esta tinha sob sua responsabilidade quatro instituições assistenciais: o Asilo-Escola Distrital (mais tarde designado por Internato Distrital de Aveiro e, finalmente, Colégio Distrital Dr. Alberto Souto), a Casa da Criança de Águeda, a Casa da Criança de Albergaria-a-Velha e ainda a Casa da Criança da Mealhada. Todas estas instituições faziam parte, antes de passarem para a tutela da Junta Distrital de Aveiro, dos "Estabelecimentos de Assistência da *Obra Antituberculosa de Coimbra*" sob administração da Junta de Província da Beira Litoral<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Segundo informações dos relatórios de gerência entre 1975 e 1980, este era o único órgão que a Junta/Assembleia distrital aveirense pretendia assegurar no futuro, desonerando-se dos restantes sob sua administração, muito provavelmente devido aos pesados encargos que as atribuições de Assistência constituíam, como teremos oportunidade de observar. Cf. **Gráficos**.

<sup>102</sup> *Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.), artigo 314º, p. 172.

<sup>103</sup> Cf. CAPELO, Ludovina Cartaxo; HENRIQUES, Isabel Maria – "Inventário do arquivo da Assembleia Distrital de Coimbra". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. XIX-XX, 1999-2000, pp. 303.

Em conjunto, estas quatro instituições de apoio à infância “desvalida” chegaram a prestar assistência, no pico da sua actividade, a mais de trezentas e cinquenta crianças e jovens de ambos os sexos, durante o período em análise.



*Figura G:* Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Junta/Assembleia Distrital de Aveiro, representando uma alegoria relativa às actividades assistenciais

Comecemos então pelo maior, mais importante e complexo sub-sistema sob jurisdição da Junta Distrital de Aveiro, o Asilo-Escola. Este estabelecimento assistencial foi inicialmente administrado pela Câmara Municipal de Aveiro, passando depois – desconhecemos a data – para a Junta Geral do Distrito (1900-1936); seguiu-se a Junta de Província da Beira Litoral (1936-1959), tendo, por fim, transitado para a Junta Distrital de Aveiro em Janeiro de 1960, por força do disposto no nº 1º do artigo 6º do Decreto-Lei nº 42536, de 28 de Setembro de 1959. Até aquela data, o único regulamento do Asilo-Escola Distrital de Aveiro datava de 1908; servia, então, de regra para cerca de sessenta rapazes dos sete aos dezoito anos (desconhecemos a quantidade dos funcionários que lá prestavam serviço desde década de 1960).

O regulamento de 1908 vigorou até 1962, data em que foi aprovado novo texto regulamentar. O desfasamento da realidade que visava ordenar ditou a sua substituição, como

podemos observar em certas disposições que avançava: a existência de uma secção feminina, da creche, da escola nocturna, da quantidade e idade dos internados, a nomeação do pessoal pela Câmara Municipal, entre outras. O Asilo-Escola tinha por função habilitar as crianças (apenas do sexo masculino) a garantir honestamente os seus meios de subsistência, através do seu desenvolvimento físico, artístico, profissional e intelectual, entre outras<sup>104</sup>.

Assim, em Julho de 1962 foi aprovado novo texto regulamentar para o Asilo-Escola<sup>105</sup>, necessariamente diferente do anterior, por ter sido feito em consonância com as necessidades coevas daquela instituição. Dispõe que o Asilo-Escola Distrital de Aveiro se tratava de um estabelecimento de assistência, educação e instrução de menores, de ambos os sexos<sup>106</sup>. Em matérias de assistência e de educação, competia ao Asilo-Escola alimentar, vestir e tratar (em caso de doença) os internados, assim como proporcionar-lhes uma habilitação escolar e profissional que lhes garantisse «hábitos de trabalho e independência pessoal, (...) além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas pelos princípios da doutrina e moral cristãs (...)»<sup>107</sup>.

A admissão dos menores era da exclusiva competência da Junta aveirense, feita preferencialmente de entre os «menores órfãos, expostos, abandonados, filhos de pais incógnitos, ou em perigo moral»<sup>108</sup>. Do pessoal, falaremos apenas das funções do Director do Asilo-Escola, pela razão deste cargo ter concentrado todas as competências fundamentais ao funcionamento da instituição, a saber: fiscalizar todas as dependências, “serventuários” e internados (rondavam as cento e cinquenta almas por esta altura) à sua responsabilidade; cumprir e fazer cumprir todas as instruções da Junta e dos seus representantes, assim como prestar regulares e detalhadas informações (relatórios mensais, inquéritos, esclarecimentos) sobre o funcionamento do estabelecimento assistencial; escriturar todos os livros e impressos que lhe sejam solicitados pela Secretaria da Junta Distrital, etc.<sup>109</sup>.

---

<sup>104</sup> *REGULAMENTO do Asylo-Escola Districtal de Aveiro*. Aveiro: Officina Typographia do Campeão das Províncias, 1908, artigo 9º, pp. 5-6.

<sup>105</sup> JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento do Asilo-Escola Distrital de Aveiro*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1962.

<sup>106</sup> A secção feminina seria restaurada quando a Junta distrital o julgasse conveniente, o que nunca veio, de facto, a acontecer naquela instituição.

<sup>107</sup> *Regulamento do Asilo-Escola Distrital de Aveiro*, artigos 3º e 4º, pp. 1-2.

<sup>108</sup> *Idem*, artigo 5º, p. 2.

<sup>109</sup> *Ibidem*, artigo 23º, pp.9-12.



Este regulamento ainda reflectia uma certa ausência de complexidade dos serviços, uma vez que remetia para o director a quase totalidade de tarefas executivas (próprias do “pessoal maior”) e administrativas. Certamente devido à “ingenuidade” dos seus redactores, o regulamento de 1962 – que não traduzia, de todo, as necessidades dos serviços – foi reformulado passados apenas seis anos. Observemos, então, algumas das disposições desse texto regulamentar.

Aprovado pela Junta Distrital de Aveiro sob flagrante empirismo e apurada consulta de outros órgãos similares, em reunião ordinária de 27 de Setembro de 1968, após despacho do Ministro da Saúde e Assistência, de 28 de Outubro do mesmo ano, o regulamento do agora Internato Distrital de Aveiro<sup>110</sup> (daqui em diante apenas IDA), reflectia, primeiramente, um esforço da Junta distrital para reabilitar a péssima reputação que aquele estabelecimento vinha gozando, além de tentar colmatar as deficiências – de organização interna, sobretudo – que os anteriores regulamentos não preveniram, como vimos.



*Figura H:* Inauguração do novo edifício do Internato Distrital de Aveiro em 1972. Esta construção visou trazer melhores condições de habitabilidade a um maior número de jovens carenciados do distrito.

Este regulamento<sup>111</sup> foi o último – por nós encontrado – a vigorar antes da transferência desta instituição para alçada do Ministério da Justiça, durante a década de 1990, assunto que desenvolveremos na análise do sistema Assembleia Distrital de Aveiro. Serviu, portanto, como texto regulador do IDA durante mais de uma dezena de anos, embora saibamos que outro regulamento foi adoptado, provavelmente na década de 1980, mas que, infelizmente, não conseguimos encontrar.

<sup>110</sup> A alteração de designação ocorreu no ano de 1966.

<sup>111</sup> JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento do Internato Distrital de Aveiro*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1968.

Dispõe o regulamento de 1968 que o IDA tinha por fim «manter e educar crianças e adolescentes do sexo masculino, em domicílio de socorro no Distrito de Aveiro, que se encontrem em situação de abandono por orfandade, desamparo moral, insuficiência económica familiar (...)»<sup>112</sup>.

A admissão de internados realizava-se mediante deliberação da Mesa da Junta distrital ou do seu Presidente. Para tal, os menores tinham de possuir idade entre os sete e os dez anos e não sofrer de doença contagiosa ou anomalia psíquica, mental ou sensorial, além das condições atrás mencionadas. O meio de orientação era semelhante a outros métodos pedagógicos: pela educação e instrução, visavam assegurar ao educando o desenvolvimento físico, a formação moral e cívica, intelectual e profissional, assim como a criação de hábitos de trabalho que lhe permita angariar meios de honesta subsistência. A saída dos educandos verificava-se logo que terminassem as causas do internato, ou quando atingissem os dezoito anos de idade (em casos excepcionais, vinte e um anos).

Para alcançar os seus objectivos, o IDA contava à data com uma estrutura completamente distinta das anteriores. Então, um dos avanços preconizados pelo regulamento de 1968 foi a criação do Conselho Técnico<sup>113</sup>, que visava, sobretudo, a superintendência directa do Presidente e de outro membro da Junta. Além destes, compunham o Conselho o director do IDA, um representante de cada sector dos serviços e o educador responsável por cada grupo de internados (um funcionário da instituição, geralmente um “monitor” ou “vigilante”). O Conselho Técnico era um órgão de avaliação e consulta, competindo-lhe, basicamente, apresentar propostas de melhorias a introduzir nos serviços daquele estabelecimento assistencial.

Quanto aos serviços do Internato, eram dirigidos pelo Director, subordinado à Junta distrital em tudo o que dissesse respeito à disciplina, funcionamento e eficiência dos serviços do IDA. Incumbia ao Director<sup>114</sup>: dirigir o funcionamento de todos os serviços do IDA, coordenando todas as actividades do pessoal; fiscalizar todas as dependências das instalações; prestar todas e quaisquer informações que lhe fossem pedidas pela Junta; elaborar o relatório mensal de actividades (remetido ao cuidado da Secretaria distrital); elaborar o plano de acção

---

<sup>112</sup> *Idem*, artigos 1º e 2º, p. 1.

<sup>113</sup> *Ibidem*, artigos 10º a 12º, pp. 5-7.

<sup>114</sup> *Ibidem*, artigos 13º e 14º, pp. 7-11.

a desenvolver em cada ano lectivo, submetendo-o à superior apreciação do Conselho Técnico e aprovação da Junta; organizar e manter actualizados os registos e fichas dos internados na instituição; preparar as matrículas dos internados que frequentassem os estabelecimentos de ensino; fazer e manter actualizado o registo estatístico da frequência dos internados nas escolas e oficinas de trabalho/aprendizagem; organizar as folhas de ponto do pessoal do IDA; requisitar à Secretaria da Junta distrital aveirense todo o expediente necessário ao serviço do Internato, entre outras. O Director tinha, ainda, de residir nas instalações, acompanhado ou não da família.

O regulamento interno promoveu a criação de cinco secções coadjuvantes e executantes do extenso rol de funções do Director do IDA: os serviços de educação, os serviços de saúde, os serviços de formação moral e religiosa, os serviços sociais e ainda os serviços administrativos.<sup>115</sup>

Os serviços de educação eram da competência dos educadores e auxiliares de educação. Tinham por missão: orientar educativa e socialmente os educandos, tomar conhecimento das circunstâncias familiares e individuais; acompanhar o desenvolvimento escolar e profissional dos internados; vigiar e desenvolver hábitos de higiene e postura, assim como velar pela sua saúde, etc.

Os serviços de saúde eram responsabilidade de um médico pediatra e de uma enfermeira, trabalhando em regime de tempo parcial, dotados de autonomia técnica, sem prejuízo das normas e instruções gerais existentes. Competia-lhes proceder a exames regulares de saúde aos internados, candidatos a internados e também ao pessoal funcionário do IDA; promover e executar medidas profilácticas específicas ao pessoal e aos internados, entre outras.

Os serviços de formação moral e religiosa tinham como função formar o carácter e consistência dos educandos, de acordo com o «sentido cristão da vida, de harmonia com a tradição do País»<sup>116</sup>. As actividades religiosas processavam-se na Igreja Paroquial, competindo ao capelão a regência de aulas e de formação moral. Esse religioso ainda assistia o Director na integração dos menores em organizações existentes no meio. O regulamento ainda dispunha

---

<sup>115</sup> Ainda que artificiais, pois estavam genericamente compartimentadas, não se distinguindo muito bem onde começam e acabam as competências de cada uma das secções, tal o hibridismo de competências.

<sup>116</sup> JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento do Internato Distrital de Aveiro*, artigo 23º, p. 16.

que – dado curioso para a época – nenhum educando deveria ser forçado à prática religiosa desde que os pais ou tutores a ela se opusessem.

Quanto aos serviços sociais do IDA, a norma interna de 1968 estipulava que a sua responsabilidade recaísse numa assistente social ou numa sua auxiliar, em regime de meio tempo ou como simples consultora; possuía ainda autonomia técnica, sem prejuízo do cumprimento das normas e instruções existentes. As suas funções eram: assegurar as relações entre educandos e respectivas famílias; informar os restantes serviços do IDA das condições familiares e pessoais de cada educando e promover a reintegração familiar e social dos internados, entre outras.

Por fim, os serviços administrativos. No seu único número<sup>117</sup>, o regulamento determinava que aqueles «devem ser organizados por forma a assegurar o apoio necessário às actividades de natureza técnica». Foi, enfim, no contraste com os anteriores, um regulamento realista e esforçado que procurou normalizar as necessidades específicas de um sub-sistema complexo e delicado que tinha por missão dar resposta a problemas sociais graves, como o alcoolismo, a orfandade, a pobreza, a violência familiar, a exclusão.

Apesar de alguma confusão na definição das competências de cada uma das suas secções – a ingerência de umas nas outras resultou, como constatámos na análise da informação produzida, em inúmeros e diversos problemas internos de funcionamento, precisamente devido à justaposição de funções –, a verdade é que a instituição laborou, durante décadas, como o mais importante centro de acolhimento da infância (masculina) desfavorecida do distrito de Aveiro.

Como pudemos constatar, também o Internato Distrital de Aveiro, à semelhança dos Serviços Técnicos de Fomento, se tratava de um sub-sistema, dentro da estrutura Junta Distrital de Aveiro, mais uma vez, pela sua organização e estruturação interna e ainda pela relativa autonomia que a Junta distrital dotou aquele estabelecimento assistencial.

Como dissemos atrás, as atribuições de Assistência da Junta Distrital de Aveiro incluíam, além do Internato distrital, a manutenção de três instituições localizadas no distrito, destinadas ao apoio da primeira e segunda infância de núcleos familiares económica e socialmente desvalidas, as Casas da Criança de Águeda, de Albergaria-a-Velha e da Mealhada.

---

<sup>117</sup> *Idem*, artigo 30º, p. 18.

As duas primeiras instituições passaram a pertencer à Junta aveirense logo após o disposto no Decreto-Lei nº 42536, de 28 de Setembro de 1959, pelo qual se determina «uma nova redistribuição das instituições [de assistência] pelos novos corpos administrativos»<sup>118</sup>.

A Casa da Criança da Mealhada foi, nesta altura (1959), da posse e administração da Fundação Bissaya Barreto, acabando por ser integrada nos estabelecimentos sob a alçada das atribuições de Assistência da Junta Distrital de Aveiro, provavelmente logo em 1960. De qualquer forma, as três Casas da Criança estavam integradas na “Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança”, empreendida pela Junta de Província da Beira Litoral<sup>119</sup>.



*Figura 1:* Casa da Criança de Águeda. Estas instituições de apoio à primeira e segunda infância eram muito apreciadas nos locais onde exerciam a sua actividade. Não faltavam, pelo impacto que tinham na comunidade, pedidos de municípios para poderem instalar este modelo de intervenção social. Porém, o Estado não permitia às Juntas/Assembleias distritais criar novas obras assistenciais

O primeiro texto regulamentar das Casas da Criança data de 1975, altura em que as Juntas distritais já se encontravam em processo de substituição pelas Assembleias distritais. Desconhecemos quaisquer outros textos normativos referentes àqueles estabelecimentos de assistência, anteriores a Novembro de 1975. Sabemos, de informações internas<sup>120</sup>, que já de longa data vinham prestando assistência, em especial, às crianças abandonadas ou necessitadas. Apurámos, igualmente, que o mencionado regulamento interno alargou o

<sup>118</sup> CAPELO, Ludovina Cartaxo; HENRIQUES, Isabel Maria – “Inventário do arquivo da Assembleia Distrital de Coimbra”, p. 246.

<sup>119</sup> Cf. BARRETO, Fernando Bissaia – *Uma obra social realizada em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1970-1971; CAPELO, Ludovina Cartaxo; HENRIQUES, Isabel Maria – “Inventário do arquivo da Assembleia Distrital de Coimbra”, pp. 243-246.

<sup>120</sup> Nomeadamente, um parecer do Chefe da Secretaria Distrital, Bento Sacramento Teiga, a propósito da eventual cedência das Casas da Criança sob administração da Junta Distrital de Aveiro às Misericórdias das respectivas circunscrições concelhias, datado de Março de 1982.

âmbito de actuação das Casas da Criança, passando então (1975) a abranger funções de “Infantário”<sup>121</sup>.

O regulamento aprovado a 20 de Novembro de 1975<sup>122</sup> era válido para as três Casas da Criança da Junta aveirense, por uma razão simples: tinham todas uma estrutura orgânico-funcional equiparável (quadro de pessoal, serviços, qualidade dos utentes, subordinação hierárquica, missão, meios, etc.).

Ora, as Casas da Criança de Águeda, de Albergaria-a-Velha e da Mealhada tinham por objectivo auxiliar e colaborar com as famílias<sup>123</sup> na promoção da saúde e na educação da criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal. Para tal, eram atribuições específicas das Casas da Criança: assegurar os cuidados higiénicos adequados; promover o desenvolvimento integral da criança; colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança; estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social; preparar a transição da criança do meio familiar para a escola primária.

A admissão neste estabelecimento obedecia a critérios familiares e socio-económicos – más condições habitacionais, incapacidade financeira e/ou educativa da respectiva família –, assim como possuir idade entre os dois meses e os seis meses. Era a Mesa da Junta distrital quem decidia da admissão ou não dos utentes. O regulamento de 1975 previa a existência de uma Comissão de Pais<sup>124</sup>, constituída por cinco representantes dos pais das crianças que frequentem as Casas da Criança. Aquela comissão devia participar numa reunião mensal dos funcionários do estabelecimento, convocada pela Encarregada-Geral e competia àquela «exercer forte ligação entre a administração da Casa da Criança» e ainda «incentivar todos os Pais a participar na vida da Casa da Criança»<sup>125</sup>.

Quanto às unidades (artificiais), visavam a uma maior atenção sobre as crianças e distribuição de tarefas mais funcional, que compunham cada Casa da Criança, eram duas: a Creche e o Jardim-de-Infância. A primeira agregava todas as crianças até os dois anos de idade e era apoiada directamente pela Encarregada-Geral. A segunda era composta por grupos de crianças entre os três e os seis anos de idade. As actividades da Creche e do Jardim-de-

---

<sup>121</sup> *Idem*.

<sup>122</sup> JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento das Casas da Criança*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1975.

<sup>123</sup> Domiciliadas no respectivo concelho da Casa de Criança.

<sup>124</sup> Acerca da qual não apurámos qualquer produção informacional, como podemos verificar no inventário do subsistema Junta Distrital de Aveiro.

<sup>125</sup> *Regulamento das Casas da Criança*, artigo 22º, p. 5.

Infância processavam-se de acordo com as orientações técnicas dos serviços competentes do Instituto da Família e Acção Social – IFAS.

Cada Casa da Criança tinha como responsável uma Encarregada-Geral, a qual respondia perante a Junta Distrital de Aveiro pela administração, funcionamento, eficiência e disciplina do estabelecimento. Competia à Encarregada-Geral: verificar se eram prestados os devidos cuidados às crianças, especialmente as menores (até dois anos); vigiar as condições sanitárias e higiénicas da instituição; orientar as actividades específicas do pessoal “menor”; elaborar o relatório mensal e anual de actividades; promover a organização das reuniões dos sectores, assim como as reuniões gerais do pessoal e das reuniões de Pais. Era assistida nas diversas tarefas da Casa da Criança pelo pessoal técnico e pessoal auxiliar. A Junta aveirense reservava-se no direito de recrutamento e admissão de pessoal.

Ora, nas atribuições de Assistência podemos encontrar as estruturas orgânico-funcionais que maior complexidade imprimem a esta análise. Os números que apresentamos com o recurso aos gráficos poderão ser úteis para mensurar o peso que a “Obra Magna” da Junta Distrital de Aveiro tinha no Orçamento. A despesa, em última análise, aumentava consoante os gastos com a Assistência. Também ao nível do pessoal necessário para a manter, já que possuía em tremendo impacto na vida de centenas de pessoas, fez da obra assistencial o mais vasto e significativo conjunto de actividades prosseguido pela circunscrição distrital aveirense.<sup>126</sup>

Concluimos, assim, a análise da evolução institucional e da orgânica e respectiva funcionalidade do subsistema Junta Distrital Aveiro (1960-1977). Os dezassete anos de actividade desta estrutura são elucidativos sobre o modo extremamente hierárquico e mecanizado como funcionava, especialmente quando olhamos, com rigor, para a abundante produção informacional e os órgãos que a debitavam. De qualquer forma, esse era e ainda é o sortilégio que caracteriza(va) as administrações públicas dos nossos dias.<sup>127</sup>

Observaremos, depois, quais os avanços e recuos que o sistema “herdeiro” sofreu, através de um modo de análise em tudo idêntico ao seguido na estrutura que agora acabámos de analisar.

---

<sup>126</sup> Cf. **Gráficos** das atribuições de assistência referentes, pp. 114-115, 120.

<sup>127</sup> Cf. **Inventário** do subsistema de informação/arquivo Junta Distrital de Aveiro, p. 53.

## QUADRO DE CONTEXTO DO SUBSISTEMA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1977)

Denominação Social	Objecto Social	Órgãos	Funções
Junta Distrital de Aveiro (1960-1977)	Tratava-se um dos três corpos administrativos do Estado, com atribuições de Fomento, Assistência e Cultura. As de Fomento tinham a ver com a criação de condições para o desenvolvimento económico e tecnológico regional. As de Assistência prendiam-se com a gestão do património e dos serviços de protecção social. As de Cultura visavam a criação e/ou a manutenção de serviços que promovessem a história, a arte, a etnografia, as tradições, o folclore e o património	Conselho do Distrito	Órgão moderador e fiscalizador, funcionava como garante da actuação do corpo gerente. Possuía ainda uma função orientadora, uma vez que podia estabelecer as regras gerais da acção administrativa e financeira da Junta distrital. Era composto pelos procuradores de todo e cada concelho do distrito; elegia todo o elenco dirigente da Junta distrital; discutia e votava os relatórios de gerência e as bases do orçamento emanados da Junta distrital; pronunciava-se sobre as deliberações da Junta distrital
		Mesa da Junta Distrital	Era o corpo administrativo do distrito. Tinha por funções: fazer e interpretar os regulamentos necessários à boa administração dos serviços e estabelecimentos sob a sua tutela; adquirir bens e serviços indispensáveis ao prosseguimento das suas atribuições – Cultura, Assistência e Fomento; requerer a comparticipação do Estado para as obras de interesse distrital; aprovar o orçamento ordinário, elaborado pelo presidente sobre as bases sancionadas pelo Conselho do Distrito, assim como os orçamentos suplementares; nomear, contratar, promover, transferir, louvar, punir, aposentar e exonerar os funcionários e assalariados da administração distrital a seu cargo; celebrar acordos com as câmaras municipais do distrito relativos ao exercício das suas atribuições
		Presidente	Era o órgão executivo da administração distrital. Tinha como funções: dirigir os trabalhos quer da Mesa da Junta distrital, quer do Conselho do Distrito; elaborar o relatório anual de gerência, assim como o plano anual de actividades da Junta distrital e ainda preparar as bases do orçamento ordinário; autorizar as despesas orçamentadas de harmonia com as deliberações da Mesa da Junta distrital; dirigir e inspeccionar os serviços de Tesouraria e Secretaria; representar o distrito; executar e fazer executar as deliberações da Mesa da Junta distrital e do Conselho Distrital; assinar toda e qualquer correspondência expedida pela Junta distrital com destino a quaisquer autoridades, corpos administrativos e repartições públicas

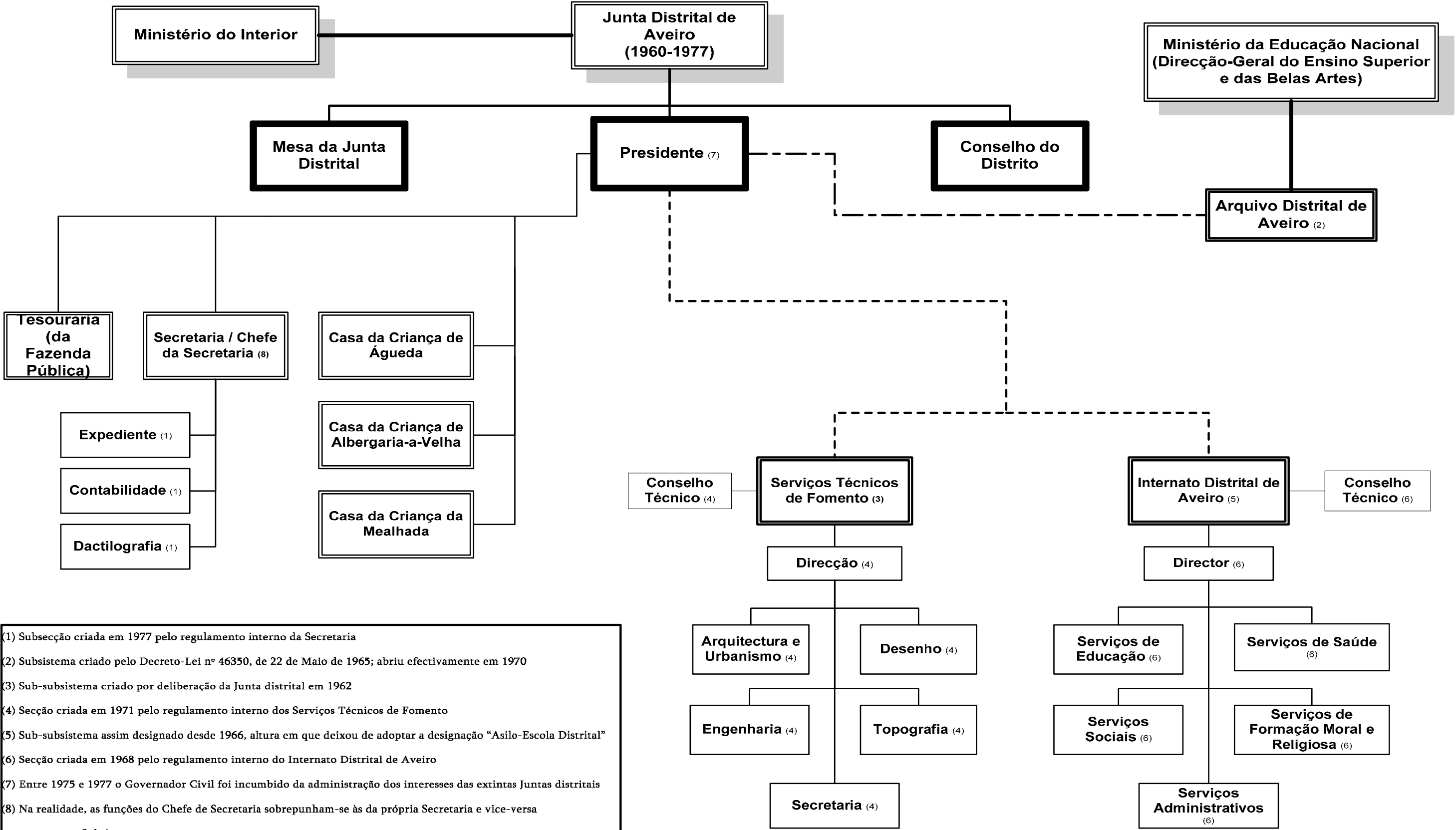


Secções	Funções	Subsecções	Funções
Secretaria / Chefe da Secretaria	Tinha por funções assegurar todo expediente da Junta distrital; executar as deliberações distritais e os despachos e ordens do Presidente; autenticar todos os documentos e actos oficiais da Junta distrital; organizar o cadastro do pessoal ao serviço da Junta distrital; organizar as contas de gerência; prestar informações sobre o estado dos serviços de tesouraria ao presidente da Junta distrital; fiscalizar a responsabilidade do tesoureiro; redigir as actas do Conselho e da Mesa da Junta distrital; manter o registo de expediente	Expediente	Tinha por funções: registar, através do seu processamento e arquivo, toda a correspondência recebida e expedida; organizar o cadastro de todo o pessoal da Junta distrital; redigir as actas e passar as certidões requeridas; manter actualizado o cadastro dos móveis e imóveis
		Contabilidade	Tinha por funções: executar todas as tarefas as autorizações de pagamento; colaborar na elaboração dos orçamentos ordinário e suplementares; elaborar as contas de gerência; cumprir as tarefas respeitantes à contabilidade distrital
		Dactilografia	Tinha por funções: elaborar todo o trabalho de dactilografia correspondente às demais secções da Secretaria distrital e dactilografar a matéria respeitante às publicações da Junta distrital
Casa da Criança de Águeda	Tinha por funções: auxiliar e colaborar com as famílias na promoção da saúde e na educação da criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal. Para tal, competia-lhe: assegurar os cuidados higiénicos adequados; promover o desenvolvimento integral da criança; colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança; estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social; preparar a transição da criança do meio familiar para a escola primária		
Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	Tinha por funções auxiliar e colaborar com as famílias na promoção da saúde e na educação da criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal. Para tal, competia-lhe: assegurar os cuidados higiénicos adequados; promover o desenvolvimento integral da criança; colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança; estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social; preparar a transição da criança do meio familiar para a escola primária		
Casa da Criança da Mealhada	Tinha por funções: auxiliar e colaborar com as famílias na promoção da saúde e na educação da criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal. Para tal, competia-lhe: assegurar os cuidados higiénicos adequados; promover o desenvolvimento integral da criança; colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança; estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social; preparar a transição da criança do meio familiar para a escola primária		
Tesouraria	As suas funções eram a arrecadação das receitas virtuais e eventuais; a guarda dos fundos e valores; o pagamento das despesas, de folhas de vencimento ou salários e quaisquer outros movimentos de verbas da Junta Distrital de Aveiro; entregar e processar os documentos de cobrança aos contribuintes e manter em ordem os livros e papéis que compunham o arquivo da Tesouraria. Uma vez que a Junta Distrital de Aveiro não possuía Tesouraria privativa, as suas funções eram asseguradas pela Tesouraria da Fazenda Pública do concelho de Aveiro		

Sub-sistema	Objectivos	Secções	Funções
Internato Distrital de Aveiro	Tinha por funções: manter e educar, em regime de internato, crianças e adolescentes do sexo masculino, domiciliadas no distrito de Aveiro, que se encontrassem em situação de abandono por orfandade, desamparo moral, insuficiência económica familiar, exclusão social, etc. Através da educação e instrução, visavam assegurar ao educando o desenvolvimento físico, a formação moral e cívica, intelectual e profissional, assim como a criação de hábitos de trabalho que lhe permitisse angariar meios de subsistência. Tratava-se, na realidade, de uma organização dotada de uma estrutura orgânico-funcional equivalente a um sub-sistema	Director	Tinha como funções: dirigir o funcionamento de todos os serviços do IDA, coordenando todas as actividades do pessoal; fiscalizar todas as dependências das instalações; prestar todas e quaisquer informações que lhe forem pedidas pela Mesa da Junta distrital; elaborar o relatório mensal de actividades; elaborar o plano de acção a desenvolver em cada ano lectivo, submetendo-o à superior apreciação do Conselho Técnico e aprovação da Mesa da Junta distrital; organizar e manter actualizados os registos e fichas dos internados na instituição; preparar as matrículas dos internados que frequentassem os estabelecimentos de ensino; fazer e manter actualizado o registo estatístico da frequência dos internados nas escolas e oficinas de trabalho/aprendizagem; organizar as folhas de ponto do pessoal do IDA; requisitar à Secretaria da Junta distrital todo o expediente necessário ao serviço do Internato
		Conselho Técnico	Tratava-se de um fórum de avaliação e consulta, competindo-lhe apresentar propostas de melhorias a introduzir nos serviços. Visava, sobretudo, a superintendência directa do Presidente da Junta distrital e de outro membro da Mesa da Junta distrital. Além destes, compunham o Conselho o director do Internato, um representante de cada sector dos serviços e o educador responsável por cada grupo de internados
		Serviços Administrativos	Tinha por função assegurar o apoio necessário às actividades de natureza técnica
		Serviços de Educação	Serviço da responsabilidade dos educadores e auxiliares de educação, que tinham por missão orientar educativa e socialmente os educandos; tomar conhecimento das circunstâncias familiares e individuais; acompanhar o desenvolvimento escolar e profissional dos internados; vigiar e desenvolver hábitos de higiene e postura e ainda tinham de velar pela sua saúde
		Serviços de Formação Moral e Religiosa	Tinham por funções: formar o carácter e consistência dos educandos, competindo ao capelão a regência de aulas e de formação moral, e ainda assistia o Director na inserção dos internados em organizações existentes no meio
		Serviços de Saúde	Da responsabilidade de um médico pediatra e de uma enfermeira, trabalhando em regime de tempo parcial, competia-lhes: proceder a exames regulares de saúde aos internados, candidatos a internados e também ao pessoal funcionário do IDA; promover e executar medidas profilácticas específicas ao pessoal e aos internados
		Serviços Sociais	Da responsabilidade de uma assistente social ou de uma auxiliar, em regime de meio tempo ou como simples consultora; as suas funções eram assegurar as relações entre educandos e respectivas famílias; informar os restantes serviços do IDA das condições familiares e pessoais de cada educando e promover a reintegração familiar e social dos internados

Sub-sistema	Objectivos	Secções	Funções
Serviços Técnicos de Fomento	Tinham por funções: elaborar estudos e projectos de obras e melhoramentos; prestar assistência técnica (quer aos serviços da Junta aveirense, quer às câmaras municipais da respectiva circunscrição distrital); acompanhar a evolução técnica das competências da sua função, com vista à actualização de conhecimentos e optimização de procedimentos. Tratava-se, na prática, de um serviço dotado de uma estrutura orgânico-funcional equivalente a um sub-sistema	Direcção / Director	Tinha por funções: superintender as secções de Arquitectura e Urbanismo, Desenho, Engenharia, Topografia, Secretaria. Ao Director dos serviços estavam reservadas funções de: presidir do Conselho Técnico; despachar os processos; apresentar o relatório anual de actividades dos STF; assistir às reuniões da Mesa da Junta distrital e prestar toda a cooperação que lhe fosse ordenada pela Presidência; coordenar e distribuir todo o serviço dos STF; processar toda a informação relativa aos funcionários que dirigia (livros de ponto, férias, vencimentos); providenciar o fornecimento da logística necessária aos STF
		Conselho Técnico	Constituído pelo Director dos serviços e por um representante de cada serviço, cumpria uma função coordenadora, consultiva e programática, visando uma maior rentabilidade e eficiência dos serviços
		Arquitectura e Urbanismo	Tinha por função elaborar estudos, pareceres e projectos de arquitectura e planos gerais e parciais de urbanização
		Desenho	Tinha por funções: executar desenhos (à escala) de plantas, alçados e cortes de edifícios; calcular áreas e volumes; calcular cadernetas taqueométricas; copiar ou decalcar qualquer desenho; pormenorizar elementos desenhados de um projecto
		Engenharia	Tinha por funções: elaborar estudos, pareceres e projectos do seu foro; prestar assistência técnica às câmaras municipais e à Junta distrital; elaborar as medições e os orçamentos das áreas da sua responsabilidade
		Secretaria	Tinha por funções: assegurar todo o trabalho dactilográfico de expediente e de peças dos STF; organizar e manter em ordem o registo e arquivo de expediente dos STF; manter actualizados os mapas de inventário de materiais afectos aos STF
		Topografia	Tinha por funções: executar levantamentos topográficos; traduzir, em desenho à escala, uma caderneta de campo calculada; executar desenhos (à escala) de plantas, perfis e cortes de estradas, pontes, terreno e canais; calcular áreas e volumes; executar nivelamentos geométricos

Subsistema	Objectivos
<p><b>Arquivo Distrital de Aveiro</b></p>	<p>A tutela do Arquivo Distrital de Aveiro pertencia ao Ministério da Educação Nacional, através da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. As suas funções prendiam-se com recolha, a instalação, a inventariação e a disponibilização ao público dos “núcleos documentais” dispersos no distrito. Foi, na realidade, um serviço dotado de uma estrutura orgânico-funcional equivalente a um subsistema. Apesar da tutela não pertencer à Junta distrital, competia-lhe, além das despesas de instalação, suportar o encargo respeitante ao pessoal. A sua regulamentação interna era da responsabilidade da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, órgão do qual dependia hierarquicamente. De facto, só necessitava da Junta Distrital de Aveiro para o preenchimento das respectivas dotações orçamentais (salários e logística)</p>



## QUADRO ORGANIZACIONAL DO SISTEMA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1991)

	Código de Acesso
<b>Subsistema Junta Distrital de Aveiro (1960-1977)</b>	<b>JDA</b>
Conselho do Distrito	A
Mesa da Junta Distrital	B
Presidente	C
Secretaria	C a
Contabilidade	C aa
Dactilografia	C ab
Expediente	C ac
Casa da Criança de Águeda	C b
Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	C c
Casa da Criança da Mealhada	C d
Tesouraria	C e
Sub-subsistema Internato Distrital de Aveiro	JDA - IDA
Director	IDA a
Serviços Administrativos	IDA aa
Serviços de Educação	IDA ab
Serviços de Formação Moral e Religiosa	IDA ac
Serviços de Saúde	IDA ad
Serviços Sociais	IDA ae
Conselho Técnico	IDA b
Sub-subsistema Serviços Técnicos de Fomento	JDA - STF
Direcção / Director	STF a
Arquitectura e Urbanismo	STF aa
Desenho	STF ab
Engenharia	STF ac
Secretaria	STF ad
Topografia	STF ae
Conselho Técnico	STF b
Subsistema Arquivo Distrital de Aveiro	JDA - ADA
<b>Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991)</b>	<b>ADA</b>
Assembleia Distrital	A
Conselho Distrital	B
Presidente	AA
Secretaria	AA a
Contabilidade	AA aa
Dactilografia	AA ab
Expediente	AA ac
Casa da Criança de Águeda	AA b
Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	AA c

Casa da Criança da Mealhada	AA d
Tesouraria	AA e
Subsistema Colégio Distrital Alberto Souto	ADA - CDAS
Director	CDAS a
Serviços Administrativos	CDAS aa
Serviços de Educação	CDAS ab
Serviços de Formação Moral e Religiosa	CDAS ac
Serviços de Saúde	CDAS ad
Serviços Sociais	CDAS ae
Conselho Técnico	CDAS b
Subsistema Serviços Técnicos de Fomento	ADA - STF
Direcção / Director	STF a
Arquitectura e Urbanismo	STF aa
Desenho	STF ab
Engenharia	STF ac
Secretaria	STF ad
Topografia	STF ae
Conselho Técnico	STF b
Subsistema Arquivo Distrital de Aveiro	ADA - ADA

## INVENTÁRIO DO SUBSISTEMA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1977)

	Datas Extremas	Qtd / UI <sup>128</sup>	Cód. de Acesso
<b>Conselho do Distrito</b>			<b>A</b>
SR.:			
01 – Actas do Conselho do Distrito	1960 - 1970; 1974	2 Lv	
02 – Autos de Posse	1960 - 1968	1 Lv	
<b>Mesa da Junta Distrital</b>			<b>B</b>
SR.:			
01 – Actas da Junta Distrital	1960 - 1971	8 Lv	
02 – Bobines de Filme de 8mm das Reuniões da Junta Distrital de Aveiro	s/d	1 Cx	
03 – Minutas de Actas da Junta Distrital	1960 - 1977	1 Mç; 6 Lv	
<b>Presidente</b>			<b>C</b>
SR.:			
01 – Alvarás de Nomeação	1974 - 1977 ...	1 Pt	
02 – Bases do Orçamento e Planos de Actividade	1961 - 1974	1 Pt	
03 – Circulares (Direcção-Geral da Administração Política e Civil)	1969 - 1971	2 Cx	
04 – Offícios e Circulares	1962	1 Pt	
05 – Orçamentos de Receita e Despesa (Ordinários e Extraordinários)	1960 - 1977 ...	1 Cx; 10 Pt	
06 – Ordens de Serviço	1960 - 1973	1 Pt	
07 – Planos de Actividade e Bases do Orçamento	1961 - 1974	1 Pt	
08 – Planos de Actividades da Junta Distrital de Aveiro	1962 - 1977 ...	1 Cx	

<sup>128</sup> Abreviaturas para “Quantidade” (Qtd) e “Unidade de Instalação” (UI).



09 – Regulamentos, Despachos e Ordens de Serviço da Presidência para os Serviços Técnicos de Fomento	1971 - 1977 ...	1 Cx
10 – Relatórios da Gerência	1960 - 1973; 1975 - 1977 ...	1 Mç
11 – Termos de Posse	1970 - 1977 ...	1 Pt

## Secretaria

## C a

SR.:

01 – Abertura de Sinais	1962 - 1965	1 Lv
02 – Cadernetas de Requisição de Fornecimentos	1960 - 1974	2 Cx
03 – Cadernetas de Requisição de Fornecimentos (Casas da Criança)	1960 - 1968	1 Cx
04 – Cadernetas de Requisição de Fornecimentos (Casas da Criança, Internato, Serviços Técnicos e Arquivo Distrital)	1963 - 1973	1 Cx
05 – Livro de Ponto da Secretaria Distrital	1960 - 1977 ...	4 Lv
06 – Processos de Menores que Deixaram de Frequentar as Casas da Criança de Albergaria e Mealhada	1971 - 1977 ...	1 Cx
07 – Processos de Menores que Frequentaram as Casas da Criança	1960 - 1972; 1975	13 Mç; 1 Cx
08 – Processos de Notariado da Construção do Internato Distrital	1973	1 Cx
09 – Registo de Alvarás de Nomeação	1962 - 1977 ...	1 Lv
10 – Registo de Certidões e Emolumentos Cobrados	1962 - 1977 ...	1 Lv
11 – Registo de Diplomas e Funções Públicas	1960 - 1969	1 Lv
12 – Registo de Emolumentos e Selo	1960 - 1977 ...	1 Lv
13 – Registo de Património da Junta Distrital de Aveiro	s/d	1 Lv
14 – Registo de Património (Bens Móveis) do Edifício-Sede e Casas da Criança	1960 - 1977 ...	1 Lv

15 – Registo de Património do Internato Distrital de Aveiro	s/d	1 Lv
16 – Registo de Propostas de Fornecimento	1964 - 1977 ...	1 Lv
17 – Requisições de Fornecimento das Casas da Criança e do Internato	1975 - 1977 ...	1 Cx

**Contabilidade**
**C aa**

SR.:		
01 – Autorizações de Pagamento de Despesas e de Vencimentos dos Funcionários	1960 - 1977 ...	176 Cx; 4 Mç
02 – Conta-Corrente com os Fornecedores. Fichas	1962 - 1969	1 Cx
03 – Conta-Corrente das Despesas	1960 - 1977 ...	13 Lv
04 – Conta-Corrente dos Fornecedores	1969 - 1973	1 Lv
05 – Contas de Gerência	1960 - 1977 ...	3 Cx
06 – Mapas de Despesas dos Estabelecimentos Assistenciais	1960 - 1975	1 Mç; 1 Cx
07 – Registo de Autorizações de Pagamento	1960 - 1977 ...	11 Lv
11 – Registo de Despesas Efectuadas por Conta do Fundo Permanente	1974 - 1977 ...	1 Lv
12 – Registo de Facturas	1960 - 1975	2 Lv
13 – Registo de Pagamentos Efectuados	1964 - 1977 ...	6 Lv
14 – Registo de Receitas Arrecadadas	1960 - 1977 ...	5 Lv

**Dactilografia**
**C ab**

SR.:		
01 – Artigos e Fotografias da Revista <i>Aveiro e o seu Distrito</i>	s/d	11 Cx

**Expediente**
**C ac**

SR.:	
01 – Gestão de Recursos Humanos da Junta Distrital	
SSR.:	

01 – Assuntos de ADSE	1975	1 Pt
02 – Contratos de Pessoal	1960 - 1969	2 Lv
03 – Declarações dos Funcionários	1975	1 Pt
04 – Faltas e Licenças	1965 - 1977 ...	1 Pt
05 – Folha de Ponto dos Funcionários da Secretaria Distrital	1966	1 Pt
06 – Pessoal. Assuntos Diversos	s/d	1 Cx
07 – Processos de Abono de Família	1960 - 1977 ...	1 Cx
08 – Processos de Abono de Família Caducados	s/d	1 Cx
09 – Processos Individuais de Funcionários	s/d	30 Pt
10 – Processos Individuais de Funcionários dos STF	s/d	4 Cx
11 – Processos Individuais de Funcionários que Deixaram de Exercer Funções	s/d	6 Cx
12 – Processos Individuais dos Funcionários do Quadro Geral de Adidos	s/d	1 Pt
13 – Relações de Faltas dos Funcionários	1960 - 1977 ...	2 Cx
02 – Correspondência		
SSR.:		
01 – Copiador de Correspondência Expedida	1960 - 1977 ...	22 Lv
02 – Correspondência Interna	1967 - 1977 ...	1 Pt
03 – Correspondência Recebida e Expedida	1960 - 1977 ...	149 Cx
04 – Registo de Correspondência	1974 - 1977 ...	1 Lv
05 – Registo de Correspondência Recebida	1960 - 1962; 1971 - 1972	2 Lv

06 – Registo de Correspondência Recebida e Expedida	1960 - 1977 ...	18 Lv
03 – Registo de Certidões e Emolumentos de Certidões	1962 - 1977 ...	1 Lv
04 – Registo de Chamadas Telefónicas	1967 - 1977 ...	2 Lv
05 – Registo de Pedidos de Internamento	1962 - 1976	1 Lv
06 – Registo de Propostas de Fornecimentos	1964 - 1977 ...	1 Lv
07 – Registo do Património de Bens Móveis	1960 - 1977 ...	1 Lv

Casa da Criança de Águeda

C b

SR.:

01 – Correspondência Recebida e Expedida	1965 - 1977 ...	2 Cx
02 – Guias de Admissão de Menores	1960 - 1977	1 Cx
03 – Livro de Ponto dos Menores	1960 - 1963; 1968 - 1972	1 Lv; 1 Lv
04 – Processos de Admissão de Menores	1969 - 1973	1 Mç
05 – Processos de Menores que Deixaram de Frequentar a Casa da Criança de Águeda	1962 - 1977 ...	2 Mç
06 – Relação das Despesas da Casa da Criança de Águeda	1960 - 1977 ...	1 Lv; 1 Mç

Casa da Criança de Albergaria-a-Velha

C c

SR.:

01 – Guias de Admissão de Menores	1976 - 1977 ...	1 Cx
02 – Processos de Admissão de Menores	1970 - 1977 ...	1 Cx
03 – Processos de Menores que Deixaram de Frequentar a Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	1960 - 1977 ...	3 Mç
04 – Relação das Despesas da Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	1960 - 1969; 1970 - 1977 ...	1 Mç; 1 Lv

Casa da Criança da Mealhada

C d

SR.:

01 – Guias de Admissão de Menores	1975 - 1977 ...	1 Cx
-----------------------------------	-----------------	------

02 – Processos de Crianças que Saíram da Casa da Criança da Mealhada	1962 - 1977 ...	3 Mç; 1 Cx
03 – Relação das Despesas da Casa da Criança da Mealhada	1960 - 1977 ...	1 Mç; 1 Lv
04 – Relação das Despesas efectuadas na Casa da Criança da Mealhada	1970 - 1977	1 Lv

#### Tesouraria

C e

SR.:

01 – Balancetes	1960 - 1977 ...	7 Cx
02 – Conta da Responsabilidade do Tesoureiro	1960 - 1977	1 Lv
03 – Contas-Correntes com as Despesas Orçamentais	1960 - 1973	9 Lv
04 – Guias de Transferência de Despesa Paga	1960 - 1977 ...	1 Mç
05 – Livro de Conta-Corrente com o Fundo Permanente	1960 - 1974	1 Lv
06 – Receitas Consignadas	1967 - 1977 ...	2 Cx
07 – Registo da Receita e Despesa Diária na Tesouraria (Livro Caixa - Modelo 9 T)	1960 - 1977 ...	2 Lv
08 – Relações de Cobrança, Guias de Transferência e Consignadas	1960 - 1977	3 Cx
09 – Termos de Balanço	1960 - 1969	1 Lv

#### Sub-sistema IDA – Director

IDA a

SR.:

01 – Abono de Família e Caixa de Previdência dos Internados	1973 - 1977 ...	7 Pt
02 – Aproveitamento Escolar dos Internados	1973 - 1977 ...	5 Pt
03 – Avisos, Declarações e Circulares	1970 - 1972	1 Pt
04 – Banda de Música	1967; 1972 - 1976	6 Pt
05 – Boletim Interno do Asilo-Escola Distrital de Aveiro	1965 - 1966	1 Mç

06 – Bolsas de Estudo dos Internados	1975 - 1976	2 Pt
07 – Cadastro dos Internados	1969 - 1977	1 Pt
08 – Depósitos Bancários dos Internados	1967 - 1977 ...	14 Pt
09 – Documentos dos Internados	1970 - 1977 ...	1 Pt
10 – Guias de Admissão de Menores	1971 - 1977 ...	4 Pt
11 – Guias de Saída de Internados	1967 - 1977 ...	7 Pt
12 – Internamentos	1973 - 1977 ...	5 Pt
13 – Mapas de Movimentos de Menores	1977 - ...	3 Pt
14 – Procedimento dos Internados	1973 - 1976	3 Pt
15 – Propostas, Orçamentos, Fornecimentos e Aquisições	1973 - 1977 ...	7 Pt
16 – Relação das Despesas do Internato Distrital de Aveiro	1960 - 1977 ...	1 Lv; 1 Mç
17 – Relatórios Mensais e Anuais	1968 - 1971; 1976 - 1977 ...	6 Pt
18 – Reparações	1973 - 1976	4 Pt
19 – Subsídios e Ofertas	1975 - 1977 ...	3 Pt
20 – Subsídios de Compensação aos Internados	1973 - 1976	4 Pt

#### Serviços Administrativos

IDA aa

SR.:

01 – Assuntos com a Cáritas	1973 - 1974	2 Pt
02 – Assuntos de Pessoal	1973 - 1977 ...	5 Pt
03 – Assuntos Diversos	1973 - 1977 ...	6 Pt
04 – Correspondência		
SSR.:		
01 – Correspondência Geral	1971 - 1977	6 Cx
02 – Correspondência Expedida	1967 - 1972	13 Pt
03 – Correspondência Recebida	1967 - 1977	19 Pt
04 – Minutas da Correspondência Geral	1974 - 1977 ...	2 Cx
05 – Folhas de Ponto dos Funcionários	1973	1 Pt

06 – Formulários e Modelos em branco (Folhas de Cadastro, Fichas de Trabalho, Guias de Transferência)	s/d	2 Pt
07 – Livro de Registo de Chamadas Telefónicas	1976	1 Lv
08 – Mapas da Capitação Mensal	1967 - 1968	1 Cx
09 – Mapas de Frequência do Pessoal	1976 - 1977 ...	1 Pt
10 – Mapas Mensais de Despesas	1967 - 1977 ...	14 Pt

#### Serviços Sociais

IDA ae

SR.:

01 – Actividade Profissional dos Internados	1973 - 1976	4 Pt
02 – Processos de Admissão de Menores	1960 - 1977 ...	264 Pt
04 – Processos de Menores Saídos	1963 - 1977 ...	1 Mç
03 – Processos Individuais dos Internados	1960 - 1977 ...	237 Pt

#### Sub-sistema STF – Direcção / Director

STF a

SR.:

01 – Ajudas de Custo (Contagem de Horas) dos Serviços Técnicos do Fomento	1971 - 1976	1 Cx
02 – Apoio Técnico às Câmaras Municipais	1965	1 Pt
03 – Construção do Novo Internato Distrital	1971 - 1973	1 Pt
04 – Estudos e Projectos Pedidos pelas Câmaras Municipais do Distrito	1972 - 1973	1 Pt
05 – Fichas de Projectos para as Câmaras Municipais	1972	1 Pt
06 – Fichas Individuais de Distribuição de Trabalhos pelo Pessoal	1972 - 1973	1 Pt; 1 Cx
07 – Fotos de Exposições onde Participaram os Serviços Técnicos de Fomento	s/d	1 Cx
08 – Notas de Despesas Relativas a Trabalhos Efectuados	1975 - 1977 ...	1 Pt

09 – Obras de Remodelação da Casa da Criança da Mealhada	s/d	1 Pt
10 – Obras de Restauro (Internato, Casa da Criança e Sede da Junta Distrital)	1972 - 1977 ...	1 Pt
11 – Projecto de Ampliação da Sede da Junta Distrital	1970 - 1976	1 Cx
12 – Projectos para as Instalações do Arquivo Distrital	1979	1 Cx
13 – Quatro Projectos de Construção para Estudo dos Serviços Técnicos de Fomento	s/d	1 Cx
14 – Relatórios de Actividade	1961 - 1972	1 Cx
15 – Requisições de Material	1972 - 1977 ...	1 Pt

#### Secretaria

STF ad

SR.:

01 – Assuntos de Pessoal	1970 - 1977 ...	1 Pt
02 – Cópias de Ofícios Expedidos	1964 - 1974	3 Pt
03 – Correspondência Recebida e Expedida	1971 - 1973	1 Pt
04 – Correspondência Recebida e Expedida para a Câmara Municipal da Murtosa	1965 - 1973; 1976 - 1977	2 Pt
05 – Correspondência Recebida e Expedida para a Câmara Municipal de Sever do Vouga	1964 - 1975; 1975 - 1977	2 Pt
06 – Correspondência Recebida e Expedida para a Câmara Municipal de Vagos	1964 - 1973	1 Pt
07 – Correspondência Recebida e Expedida Respeitante a Trabalhos Executados para as Câmaras Municipais		

SSR.:

01 – Trabalhos de Saneamento da Vila de Albergaria-a-Velha	1975 - 1977 ...	1 Pt
02 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Ílhavo	1970 - 1977 ...	1 Pt



03 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Mealhada	1966 - 1977 ...	1 Pt
04 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	1966 - 1977 ...	1 Pt
05 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Vagos	1976 - 1977 ...	1 Pt
06 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Vale de Cambra	1963 - 1977 ...	1 Pt
08 – Registo de Entradas de Estudos e Projectos de Obras Pedidos	1967 - 1977	1 Lv

---

## ANÁLISE ORGÂNICO-FUNCIONAL E DA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO/ARQUIVO ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1991)

### 2. SISTEMA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1977-1991)

Após o fim do Estado corporativo com o 25 de Abril de 1974, tomou peso a ideia de regionalização administrativa do País<sup>129</sup>, sendo dissolvidas, logo em 1975, as Juntas distritais, incumbindo-se os Governadores Civis da administração dos interesses das extintas Juntas distritais.<sup>130</sup>

A administração directa do Governador Civil funcionou até 1977, data em que foram criadas as Assembleias Distritais, presididas pelo Governador Civil e coadjuvadas pelos Conselhos Distritais, fazendo delas parte todos os presidentes de Câmara do distrito, segundo o articulado do mesmo Decreto<sup>131</sup> de criação, até à constituição de regiões administrativas. Ora, com a Constituição da República Portuguesa de 1976, os Distritos, enquanto divisões administrativas, perderam o carácter autárquico que possuíam<sup>132</sup>.

Na realidade, as Juntas distritais não possuíam, entre 1975 e 1977, existência legal, e mesmo antes da entrada em vigor da Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, já não a tinham, por terem sido dissolvidas por Despacho, de 31 de Janeiro de 1975<sup>133</sup>, passando, nesta data, para o Governador Civil a sua gestão, como dissemos atrás. Mas não cessou a sua actividade e, por falta de evidente sucessão legal ou transferência dos seus serviços e competências para outro organismo<sup>134</sup>, continuaram a existir em situação anómala, até à sua reformulação, em 1977.

A este propósito, a questão dos corpos administrativos distritais ainda aguarda, nos nossos dias, resolução (temos conhecimento que algumas destas estruturas ainda funcionam,

---

<sup>129</sup> Tendência preconizada pela própria Constituição de 1976 ao longo de todo o Capítulo IV e do artigo 295º.

<sup>130</sup> DESPACHO do Ministro da Administração Interna de 31 de Janeiro de 1975. 8 de Fevereiro de 1975.

<sup>131</sup> LEI nº 79/77, 25 de Outubro, pp. 2564-2578.

<sup>132</sup> Cf. *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia* / César Oliveira (dir.), p. 354.

<sup>133</sup> DESPACHO do Ministro da Administração Interna de 31 de Janeiro de 1975. 8 de Fevereiro de 1975.

<sup>134</sup> Problema que a Assembleia distrital aveirense enfrentaria sucessivamente num futuro imediato, como se dará conta mais à frente nesta investigação.

como no caso do distrito de Aveiro, que se encontra, de certa forma, activa<sup>135</sup>), isto é, a extinção legal ou a reformulação destes organismos por parte do Governo. É que, à medida que se esvaziavam as dotações orçamentais das Assembleias distritais, os seus órgãos e quadros iam sendo desafectados para a tutela de outros ministérios, o poder municipal se encarregava de parte das suas atribuições, a situação das Assembleias distritais entrava – há já catorze anos! – num autêntico impasse, cuja resolução, por acção do Poder Local ou através de decisão do Poder Central, não se prevê para breve...<sup>136</sup> Mas, das suas vicissitudes, daremos conta mais à frente.

Como dissemos, a reestruturação dos órgãos administrativos distritais pela Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, deu origem a um novo subsistema, as Assembleias distritais, dotadas de funções deliberativas e aos Conselhos distritais, enquanto órgãos de carácter consultivo. O artigo 2º da Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, consagrou, de modo genérico, como atribuições<sup>137</sup> das autarquias locais (e, em virtude da inexistência de diplomas que as regulassem, as Assembleias distritais, por extensão e inerência) tudo o que dissesse respeito aos respectivos interesses, designadamente: a) a administração de bens próprios e sob sua jurisdição, b) fomento, c) abastecimento público, d) de cultura e assistência, e) salubridade pública.

Na prática, as atribuições de Fomento, Cultura e Assistência, anteriormente prosseguidas, foram regularmente asseguradas, com maior ou menor dificuldade, durante o sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991), sem que tenhamos o conhecimento de novas unidades orgânicas introduzidas por força do disposto no artigo 2º da Lei nº 79/77, de 25 de Outubro.

O Conselho Distrital compunha-se pelo Governador Civil (que o presidia), por cinco presidentes da Câmara municipal (eleitos pela Assembleia Municipal) e, ainda, por três cidadãos ilustres (nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Governador Civil). Ao Conselho Distrital competia dar parecer sobre todos os assuntos que lhe fossem

---

<sup>135</sup> Segundo informações do Secretário do Governo Civil de Aveiro e antigo presidente, por inerência, da Assembleia Distrital de Aveiro, entre 1977 e 1991, Dr. Artur da Graça e Cunha, que generosamente nos recebeu; o Eng.º Rocha Galante, antigo membro da Assembleia distrital aveirense também nos prestou, neste particular, um precioso contributo.

<sup>136</sup> Desde a Constituição da República Portuguesa de 1976 já ocorreram várias revisões da Lei-Base do Estado Português e o futuro do *Distrito* e do próprio *Governador Civil* que lhe anda tradicionalmente ligado, mantém-se incerto e indefinido; cf. FRANÇA, Paula – *O Governo Civil do distrito de Viseu. Nota histórica e Documentação*. Governo Civil de Viseu: Viseu, 1992.

<sup>137</sup> Com as devidas remissões ao *Código Administrativo* nos seus artigos 312º a 314º.

submetidos pelo Governador Civil, pela Assembleia distrital ou por imposição legal, diferindo substancialmente, pelo menos no plano teórico, da missão que o anterior subsistema lhe atribuía.<sup>138</sup>

A tutela administrativa sobre os órgãos das autarquias distritais era exercida pelo Governo, através da superintendência dos Ministérios da Administração Interna e das Finanças, com o recurso ao tirocínio efectivo do Governador Civil de Aveiro. Enquanto autoridade tutelar, competia ao Governador Civil velar pelo cumprimento das leis gerais do Estado, por parte dos órgãos municipais e distritais, e promover a realização de inquéritos à actividade dos referidos órgãos e respectivos serviços.

Quanto à Assembleia distrital, era composta pelo Governador Civil do distrito – que presidia, sem direito de voto, e executava as deliberações –, pelos presidentes das Câmaras municipais do distrito de Aveiro e ainda por dois membros de cada assembleia municipal da circunscrição distrital (respectivo presidente e um outro eleito de entre os presidentes de Junta de Freguesia).



*Figura J.* Panorâmica do Salão Nobre da Junta/Assembleia Distrital de Aveiro, onde são realizadas as reuniões da própria Assembleia e também do Conselho Distrital. Ao fundo, são visíveis os brasões das câmaras municipais do distrito e, ainda, os retratos de Américo Tomaz e Oliveira Salazar

<sup>138</sup> A julgar pelos depoimentos recolhidos junto de membros de destaque no seio da Assembleia distrital aveirense, o alcance dos poderes (*per se* limitados) do Conselho Distrital era alienado em favor dos próprios representantes dos municípios à Assembleia distrital, o que acabava por transformar aquele órgão consultivo num “elemento decorativo”. Convém ter ainda presente que as sessões da própria Assembleia Distrital de Aveiro foram, numerosas vezes, adiadas por falta de *quorum*, pelo que o respectivo Conselho sofria tal ou ainda pior disfunção.

As funções da Assembleia Distrital de Aveiro eram as seguintes: elaborar o seu regimento; promover a coordenação dos meios de acção distritais; deliberar sobre a criação ou manutenção de serviços que apoiassem tecnicamente as autarquias; promover actividades que visassem o desenvolvimento dos sectores produtivos; deliberar sobre a criação e manutenção de museus etnográficos, históricos e de arte local; deliberar sobre a investigação, inventariação, conservação e divulgação dos valores arqueológicos, históricos, artísticos, folclóricos e etnográficos locais; aprovar o plano anual de actividades, orçamento, relatório e contas do distrito; aprovar o programa anual dos subsídios atribuídos pelo Governo Civil; fixar o quadro de pessoal dos diferentes serviços da Assembleia distrital e o respectivo regime jurídico e remunerações.<sup>139</sup>

Com efeito, a Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, não deixava grande margem de manobra: ao mesmo tempo que, por um lado, reafirmava, sem inovar, as atribuições de fomento, cultura e assistência – cruzadas com o disposto pelo Código Administrativo para as circunscrições distritais, revogava, por outro, muitos dos poderes do Presidente, para os atribuir à totalidade dos dirigentes municipais que constituíam a Assembleia distrital<sup>140</sup>, agora mais “participativa”, por assim dizer.<sup>141</sup>

As diferenças, ao compararmos a Junta distrital com a Assembleia distrital, eram significativas. Não interessa, contudo, para o âmbito deste estudo, analisá-las de maneira exaustiva. Gostaríamos apenas de salientar as mais importantes – que, afinal, acabaram por concorrer para transformar a cúpula dos órgãos da administração distrital numa verdadeira assembleia, neste caso de municípios<sup>142</sup>, apesar da sua “governamentalização” (expressão de César Oliveira)<sup>143</sup>, visto que o poder executivo era desempenhado pelo Governador Civil.

Assim, e a título de exemplo, desapareceu a figura onipotente do presidente da circunscrição distrital, remetido para funções executivas (mais reduzidas), como também se desvaneceu o papel preponderante do Conselho Distrital; o Governador Civil surgiu então

---

<sup>139</sup> LEI nº 79/77, 25 de Outubro de 1977, artigo 87º, p. 2575.

<sup>140</sup> *Idem*, artigo 114º, nº 1; *Código Administrativo* / José da Silva Paixão; Jorge Alberto Aragão Seia; Carlos Alberto Fernandes Cadilha (eds.). 2ª edição. Coimbra: Livraria Almedina, 1981, pp. 149-164.

<sup>141</sup> Cf. *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia* / César Oliveira (dir.), pp. 363-364.

<sup>142</sup> Na nossa opinião, efectivamente alcançada com o determinado no DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro.

<sup>143</sup> *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia* / César Oliveira (dir.), pp. 363-364.

investido de maior poder de intervenção (devido, provavelmente, a uma necessidade de monitorização e controlo pelo governo central nas autarquias distritais); existiu pouco detalhe sobre a organização interna das Assembleias distritais (na prática, a continuação da estrutura anterior).

Mas, avanço de monta (traduzido, na prática, por pouco mais que nada), foi a possibilidade – vasta, mas pouco ambiciosa – de a própria Assembleia Distrital de Aveiro elaborar o “seu” regimento. É sobre esta matéria que nos debruçaremos de seguida.

O regimento<sup>144</sup> da Assembleia Distrital de Aveiro foi fruto da sessão extraordinária de 14 de Fevereiro de 1978, onde, de uma maneira geral, se reafirmaram todas, sem excepção e sem acrescentar nenhuma outra específica, as competências que a referida Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, lhe destinava, no seu artigo 87º, das quais já tivemos oportunidade de mencionar as mais significativas. Novidade introduzida pelo dito regimento foi a especificação das competências da Mesa da Assembleia distrital e do Presidente. A Mesa<sup>145</sup> (constituída pelos primeiro e segundo secretários e ainda o Governador Civil) era eleita por entre os membros da Assembleia distrital e exercia, fundamentalmente, funções de secretariado (conferência das presenças dos membros às sessões e reuniões e respectiva elaboração de actas).

As atribuições do Presidente enquadravam-se, aí, sobretudo, nas de um órgão executivo e regulador, um pouco ao arrepio do que se passara no anterior subsistema, em que concentrava amplos poderes de alcance deliberativo e executório. Assim, eram da sua competência<sup>146</sup>: a utilização de todos os poderes (não especificados nem no regimento, nem na lei reguladora) que lhe fossem conferidos pela lei, pelo regimento ou por deliberação da Assembleia distrital; convocar as sessões da Assembleia distrital; dirigir e disciplinar os trabalhos.

Esse documento orientador da Assembleia Distrital de Aveiro saldou-se, afinal, num esforço que procurou regular o funcionamento da cúpula decisória da Assembleia, mas numa só matéria (discussão e votação, actas, sessões, elegibilidade e mandatos, etc.), pouco adiantando – além do aplicável no diploma legal que regulava a sua actividade e do disposto no Código Administrativo – acerca da sua verdadeira missão e meios de a cumprir, enfim, da

---

<sup>144</sup> ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regimento e legislação complementar*. Aveiro: Assembleia Distrital de Aveiro, 1978.

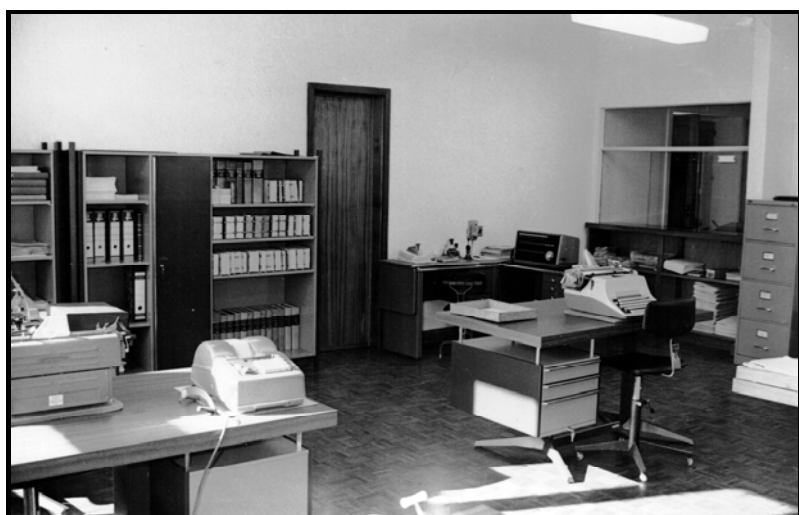
<sup>145</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>146</sup> *Ibidem*, p. 24.

sua estrutura orgânica. Foi o prelúdio da continuação, ao nível da sua estrutura orgânica, da política pouco ambiciosa, porque legal e financeiramente cerceada pelo Poder Central e pelos tempos conturbados que o País atravessava, mas também reveladora do desinteresse e, por conseguinte, das dificuldades que todo o sistema passaria na próxima década.

Resta-nos, à semelhança do que fizemos no subsistema anterior, a análise à evolução institucional das unidades orgânicas e respectiva funcionalidade, de que dispunha a Assembleia Distrital aveirense para a prossecução do propósito que o Estado e a Lei lhe reservara, para podermos revelar a sua estrutura. Para tal, seguiremos o *modus operandi* adoptado para o subsistema Junta Distrital de Aveiro na explicitação da problemática desta pesquisa – o conhecimento integral da organização no que a define e torna singular: a sua missão, a sua estrutura e as suas práticas. Começemos, então, pela tentativa de análise dos serviços de Secretaria e Tesouraria.

Uma vez que desconhecemos quaisquer textos normativos (regimentos, regulamentos, códigos administrativos, decretos regulamentares, ordens internas, projectos de regulamentação, etc.) aplicáveis àqueles serviços para o período 1977-1991, partimos da formulação – verificada na análise da informação produzida por aqueles órgãos – que a regulamentação<sup>147</sup> herdada da Junta distrital se manteve durante a vigência do sistema Assembleia Distrital de Aveiro, pelo que se mantém observável a estrutura orgânico-funcional que descrevemos no quadro de contexto anterior<sup>148</sup>.



*Figura L:* A Secretaria distrital e os seus funcionários foram dos últimos serviços a serem “dispensados” quando a Assembleia Distrital de Aveiro ficou inactiva, o que atesta a centralidade daquela secção no seio da organização

<sup>147</sup> Proveniente das disposições avançadas quer pelo regulamento interno da Secretaria de 1977, quer pela adaptação do *Regulamento da Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dos Corpos Administrativos* de 1971 e ainda pelo *Código Administrativo* / José da Silva Paixão; Jorge Alberto Aragão Seia; Carlos Alberto Fernandes Cadilha (eds.), artigos 134º a 142º, pp. 83-89.

<sup>148</sup> Para aferir a sua estrutura orgânico-funcional, cf. **Quadro de Contexto**, p. 84.

Com o “fim” dos últimos órgãos (os das atribuições assistenciais que eram, ao cabo e ao resto, a razão de ser de todo o sistema neste período), os funcionários do quadro da Secretaria distrital foram sendo desafectados para outros serviços estranhos à Assembleia Distrital de Aveiro, desde 1991, “arrastando-se”<sup>149</sup>, ao que julgamos, até 1998. Quanto à Tesouraria, a respectiva função de Tesoureiro da Assembleia Distrital de Aveiro (acumulada com a de Tesoureiro da Fazenda Pública) cessou no dia 1 de Julho de 1998<sup>150</sup>, por «não haver motivo que justificasse tais serviços».

Continuamos, como fizemos no subsistema precedente, com a análise, em primeiro lugar, das atribuições de Cultura<sup>151</sup> prosseguidas pela Assembleia distrital. Também aqui podemos dizer que houve continuidade, uma vez que a revista *Aveiro e o seu Distrito*<sup>152</sup> continuou a ser produzida nos mesmos moldes, garantiu-se a prossecução dos concursos literários e os incessantes pedidos de auxílio e atribuição de subsídios a associações culturais processaram-se convenientemente, à semelhança do que aconteceu no período 1960-1977.<sup>153</sup> O que se alterou sobremaneira neste particular foram as responsabilidades da Assembleia Distrital de Aveiro para com o Arquivo Distrital de Aveiro.

Ora, como se disse para o subsistema anterior<sup>154</sup>, era à Assembleia distrital que competia, enquanto entidade legal, a gestão administrativa e financeira do Arquivo Distrital de Aveiro. Apesar da Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, não lhe atribuir competências nessa área em particular, o *Código Administrativo* garantia às autarquias distritais esse tipo de ingerência sobre os Arquivos distritais.

Então, a partir de Agosto de 1980, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) substituiu, através do Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação (DBASD)<sup>155</sup>, a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes na superintendência e coordenação dos museus, bibliotecas e arquivos na dependência da

---

<sup>149</sup> Escolhemos este termo pouco elegante devido aos incessantes pedidos de transferência formulados pela Assembleia distrital para que outras organizações da Administração Pública absorvessem as funcionárias daquele serviço.

<sup>150</sup> Segundo despacho da Assembleia distrital aveirense, de 29 de Junho de 1998.

<sup>151</sup> Apesar do artigo 2º da LEI nº 79/77, 25 de Outubro, determinar que, então, tais atribuições se designassem de Cultura e Assistência, preferimos a divisão entre uma e outra devido à sua especificidade temática e sequência lógica da nossa pesquisa, sem, contudo, pretendermos introduzir-lhe divisões artificiais.

<sup>152</sup> Calculamos que o seu último número, o trigésimo sétimo, tenha saído à estampa em 1986.

<sup>153</sup> Cf. **Gráficos**, p. 117.

<sup>154</sup> Cf. **Análise** do Subsistema Junta Distrital de Aveiro, pp. 28-29.

<sup>155</sup> DECRETO REGULAMENTAR nº 34/80, 2 de Agosto, I série, nº 177, artigo 5º, nº 2, alínea f).



Secretaria de Estado da Cultura<sup>156</sup>, como era o caso particular do Arquivo Distrital de Aveiro. Tratou-se, sobretudo, de uma alteração de cariz técnico, embora importante para o desenvolvimento dos serviços superintendidos pelo DBASD.<sup>157</sup>

O “princípio do fim” da ingerência das Assembleias distritais sobre certos Arquivos (nos quais se insere, inevitavelmente, o distrital de Aveiro) aconteceu com a promulgação de um importante diploma – ainda nos nossos dias... – que clarificou premissas básicas do quotidiano dos Arquivos portugueses: o Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de Abril<sup>158</sup>. Com efeito, esse Decreto, no seu artigo 7º, declarou que os Arquivos distritais dependiam do Ministério da Cultura e Coordenação Científica, através do IPPC e das respectivas Assembleias distritais.

Com isto, competia ao IPPC a continuidade da superintendência técnica e administrativa, da nomeação do pessoal e da fixação dos respectivos quadros; mas foi-lhe, então, consignada mais uma atribuição: o encargo financeiro com o pessoal. Quanto às Assembleias distritais, continuaram a: pronunciar-se sobre a nomeação do Director; arrecadar as receitas do respectivo Arquivo distrital e ainda assumir os encargos sobre a sua logística<sup>159</sup>; era-lhes lícito, a partir de então, participar no conselho técnico consultivo.<sup>160</sup>



*Figura M.* Panorâmicas do Arquivo Distrital de Aveiro, instalado, desde 2002 num moderno, funcional e agradável edifício. A criação daquele subsistema foi um facto, mas instalações à altura não passaram de um “cavalo de batalha” das sucessivas equipas que geriram a Junta/Assembleia distrital aveirense

<sup>156</sup> *Idem*, artigo 2º, alínea f), artigo 3º, nº17.

<sup>157</sup> *Cf. ibidem*, artigo 22º; artigo 32º, nº 3.

<sup>158</sup> DECRETO-LEI nº 149/83, 5 de Abril, I série, nº 78, pp. 1150-1152.

<sup>159</sup> Que podia, aliás, ser comparticipada pelo Instituto Português do Património Cultural, «dentro das suas competências e possibilidades orçamentais»; cf. DECRETO-LEI nº 149/83, 5 de Abril, artigo 8º, nº 2.

<sup>160</sup> Cf. DECRETO-LEI nº 149/83, 5 de Abril, artigos 7º a 11º; a propósito do conselho técnico consultivo, apurámos-lhe actividade, embora inconstante, segundo informação da própria Directora do Arquivo Distrital de Aveiro, Dra. Maria Fernanda Amorim Coelho. Porém, não encontramos, no recenseamento do arquivo da Assembleia distrital qualquer documentação por ele produzida.

Embora não se dirigisse explicitamente às Assembleias distritais, o Decreto-Lei nº 152/88, de 29 de Abril<sup>161</sup>, outro marco importante na história dos Arquivos portugueses, extinguiu o IPPC (e, em consequência, o DBASD), atribuindo todas as suas competências ao (saudoso, como certos arquivistas diriam) Instituto Português de Arquivos – IPA.

À Assembleia Distrital de Aveiro, destinou-lhe o referido diploma, no seu artigo 19º, alínea i), que as receitas que o Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de Abril (artigo 17º), lhe atribuiu em tempos, passassem a fazer parte das receitas do próprio IPA. Em 1988, segundo informação dos relatórios de gerência, já não existia qualquer relação “semi-tutelar”, entre o Arquivo Distrital de Aveiro e Assembleia Distrital de Aveiro; havia, sim, pequenas contribuições (entre 5 e 10 “contos”...) para material, mas nada mais além disso.

Depois, foi só esperar pelo fim “oficial” da intervenção da autarquia distrital aveirense no destino do Arquivo distrital da respectiva circunscrição, o que veio a verificar-se com um diploma que extirpou, por completo, qualquer responsabilidade da Assembleia distrital aveirense sobre o Arquivo Distrital de Aveiro. Tratou-se do Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro<sup>162</sup>. Nas competências que este diploma legal delegava às Assembleias distritais, já não existia, nas atribuições ditas de Cultura, o poder de deliberar sobre a «criação e manutenção de (...) arquivos distritais», não havendo, desta feita, Código Administrativo que lhe valesse...<sup>163</sup>

Foi, *de facto* e *de jure*, o fim de uma relação complexa (do tipo “filho - pai adoptivo”, “uns dispõem, outros que paguem”...), que começou em 1965 e que se estendeu até uma altura em que as Assembleias distritais estavam financeiramente exauridas. Convém, para a posteridade, louvar a persistência da então Junta Distrital de Aveiro para que aquele importante serviço cultural pudesse ter a sua génese e, durante todos aqueles anos, garantida continuidade.<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> DECRETO-LEI nº 152/88, 29 de Abril, I série, nº 99, pp. 1710-1717.

<sup>162</sup> DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro, I série - A, nº 6, pp. 91-93; pela sua importância, falaremos dele com maior detalhe.

<sup>163</sup> DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro, artigo 5º, alíneas a) a m); *Código Administrativo* / José da Silva Paixão; Jorge Alberto Aragão Seia; Carlos Alberto Fernandes Cadilha (eds.), p. 159.

<sup>164</sup> Recordemo-nos que alguns dos Arquivos distritais criados pelo DECRETO-LEI nº 46350, 22 de Maio de 1965, como os de Bragança, Beja, Castelo Branco, Guarda e Viana do Castelo, nem sequer tinham chegado a funcionar no início da década de 1980...

À semelhança do que dissemos na análise orgânico-funcional do subsistema Junta Distrital de Aveiro, também no presente sistema o Arquivo Distrital de Aveiro, enquanto subsistiu na “dependência” da Assembleia distrital, se manteve, da perspectiva orgânica e funcional, como subsistema.

Passemos agora à análise das atribuições de Fomento da Assembleia Distrital de Aveiro. Em termos gerais, esta continuou a ser uma parte da organização que, pela sua dimensão, foi das mais financeiramente exigentes à macro estrutura que a geria; só por isso, é inevitável a complexidade, traduzida na própria organização interna, como demos a entender no subsistema Junta Distrital de Aveiro.

Também as atribuições dos distritos na área dita de Fomento foram confirmadas pelo artigo 114º do Decreto-Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, mais uma vez sem lhes introduzir nem retirar incumbências do Código Administrativo. Do seu artigo 312º, a Assembleia distrital aveirense assegurou a continuidade da organização de exposições, a instituição de prémios e grémios para o estímulo do sector agro-pecuário, a instituição de bolsas de fomento à actividade primária, entre outras iniciativas.<sup>165</sup>

Como mencionámos no subsistema anterior, a totalidade da energia e do orçamento para a prossecução das atribuições de Fomento era, efectivamente, destinada a preencher as necessidades dos Serviços Técnicos de Fomento (adiante STF). Porém, neste sistema, havia de permanecer assim apenas até ao ano de 1979: é que os STF foram integrados (por deliberação da Assembleia Distrital de Aveiro) nos Gabinetes de Apoio Técnico (GAT)<sup>166</sup>, dependentes da Comissão Coordenadora Regional do Centro (CCRC) do Ministério da Administração Interna (MAI) – apesar do artigo 87, nº 1, alínea c) do Decreto-Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, ter permitido às Assembleias distritais deliberar sobre a criação ou manutenção de serviços que apoiassem tecnicamente os municípios.

Assim, em acordo de protocolo celebrado, no ano de 1980, entre a Assembleia Distrital de Aveiro e a CCRC, dependente do MAI, ficou disposto que os antigos STF

---

<sup>165</sup> *Código Administrativo* / José da Silva Paixão; Jorge Alberto Aragão Seia; Carlos Alberto Fernandes Cadilha (eds.), artigo 312º, nº 4 a 6, p. 159.

<sup>166</sup> O DECRETO-LEI nº 58/79, 29 de Março, criou os GAT, aos quais incumbia exercer a assessoria técnica solicitada pelos municípios que integrem a área de actuação da circunscrição distrital; aquele diploma legal veria alterados alguns dos seus pontos por legislação ulterior, sem, contudo, anularem a aplicabilidade dos seus mais importantes artigos a esta matéria; o Despacho Normativo nº 389/79, de 31 de Dezembro, regulamentou os GAT's. Cf. DESPACHO NORMATIVO nº 389/79, 31 de Dezembro, I série, nº 300.

(integrados no GAT de Aveiro em 1979) e todas as dotações orçamentais necessárias ao seu normal funcionamento – pessoal e logística – fossem suportadas pelo Ministério da Administração Interna. O pessoal (27 funcionários, aproximadamente) anteriormente ao serviço dos STF foi integrado nos quadros do MAI; as instalações onde funcionaria o GAT de Aveiro eram as mesmas que os STF ocuparam desde sempre, cedidas graciosamente pela autarquia distrital aveirense; a limpeza e a manutenção eram a expensas do MAI. Quanto ao equipamento e o mobiliário, de grande valor, foram cedidos ao Gabinete de Apoio Técnico de Aveiro mediante avaliação prévia e pagamento pelo Ministério da Administração Interna (Comissão Coordenadora Regional do Centro).



*Figura N:* Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Junta/Assembleia Distrital de Aveiro, representando temáticas relacionadas com as actividades de fomento. As intervenções que aquela estrutura promoveu junto dos respectivos municípios eram das mais visíveis, tal o impacto que provocavam no bem-estar das populações

Foi, assim, a melhor solução que a Assembleia distrital aveirense encontrou para poder desonerar-se do pesado encargo que os Serviços Técnicos de Fomento infligiam ao seu orçamento geral. Tratou-se, em última instância, de uma oportunidade para poder desafectar, sem conflitos, uma estrutura vital (e, diga-se em abono da verdade, mal explorada) ao desenvolvimento de um País pobre e limitado de recursos daquela natureza como o Portugal dos anos oitenta. Foi, em suma, mais um sinal de que o fulgor e pujança que caracterizaram o

sistema de intervenção ao dispor da autarquia distrital aveirense se estava a esgotar, inexoravelmente e, também, que o Poder Central não contava com o seu contributo prático, pelo menos a longo prazo, na construção de uma sociedade melhor.

Por fim, refira-se, segundo o que avançámos até aqui, a continuidade dos STF como subsistema na dependência da Assembleia distrital, pelo menos, até à sua “extinção”, tendo em conta a sua organicidade e função serviço/uso.

Analisemos agora a “Obra Maior” da Assembleia distrital aveirense. À semelhança das atribuições anteriores, o Decreto-Lei nº 79/77, de 25 de Outubro, o Código Administrativo e a falta de legislação reguladora, garantiram a continuidade das três Casas da Criança e do Colégio Distrital Dr. Alberto Souto (CDAS – desde Março de 1985) sob administração da Assembleia Distrital de Aveiro.<sup>167</sup> Como apontámos no subsistema anterior, o regulamento de 1968 do CDAS (então Internato Distrital de Aveiro) manteve-se, ao que apurámos, embora tenhamos fortes dúvidas que não tivesse havido novo regulamento interno durante mais de vinte anos, até à cessação desta fase do sistema Assembleia Distrital de Aveiro, em 1991.<sup>168</sup>

Pese embora o que acabámos de expor, a última estrutura orgânico-funcional traçada para o Colégio distrital durante vigência de funções da Junta Distrital de Aveiro é, assim, aplicável ao presente quadro de contexto. É claro que a estrutura se alterou, os seus meios humanos cresceram<sup>169</sup> e a logística complexificou-se, sobretudo a partir de 1972, com a inauguração de um novo edifício, destinado a receber, com mais qualidade, os jovens em risco social do distrito.

Temos, ainda assim, a certeza que a maior diversidade de serviços (comprovada pelos relatórios de gerência) dentro do Internato distrital levou à necessidade de se definir rigorosamente o funcionamento de uma tal estrutura que crescia e, inevitavelmente, se tornava mais difícil de gerir, sobretudo quando usado um instrumento orientador ultrapassado por vários anos de evolução.<sup>170</sup>

---

<sup>167</sup> LEI nº 79/77, 25 de Outubro, artigo 114º, nº 1; *Código Administrativo* / José da Silva Paixão; Jorge Alberto Aragão Seia; Carlos Alberto Fernandes Cadilha (eds.), artigo 314º, p. 160.

<sup>168</sup> De facto, no “Relatório anual” de 1987 do Colégio distrital, é mencionado que tal documento é elaborado no cumprimento do estipulado no nº 1, parágrafo 12º, artigo 15º do Regulamento Interno do CDAS, elemento esse inexistente no Regulamento de 1968.

<sup>169</sup> Cf. **Gráficos**, p. 120.

<sup>170</sup> «A novidade da transformação social [entre 1945 e 1990] está tanto na sua extraordinária rapidez como na sua universalidade» HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos. História breve do século XX. 1914-1991*. Editorial Presença: Lisboa, 2002, p. 285.



*Figura O.* Perspectiva da ala sul e ala oeste do CDAS. Durante muito tempo ao serviço da infância desvalida do distrito de Aveiro, o antigo Internato funciona agora como estabelecimento correcional para menores, como é perceptível nas numerosas grades que cobrem as suas janelas

Em qualquer caso, toda a estrutura do órgão Colégio Distrital Dr. Alberto Souto, após um processo longo e difícil, acabou por ficar sob responsabilidade do Ministério da Justiça, algures durante a década de 1990, isto apesar do acordo de transferência ter sido aprovado em 1987 e novamente reafirmado, por caducidade do anterior, em Novembro de 1991, ficando então à espera da fusão do Instituto de Reinserção Social com a Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores para aí ser desafectado da tutela da Assembleia distrital<sup>171</sup>. Hoje, o antigo Colégio distrital é um estabelecimento correcional para menores, tutelado pelo Ministério da Justiça.

Quanto ao peso do CDAS em toda a estrutura, sem ceder à perniciosa tentação dos números, gostaríamos apenas de referir que ao longo da existência deste sistema (1977-1991), aquele subsistema foi responsável, em média, por cerca de 45-55% da despesa total<sup>172</sup>, o que pode ajudar-nos a compreender o seu alcance e importância, sobretudo social e, também, a insustentabilidade daquela instituição sob dependência da Assembleia distrital aveirense.

Refira-se ainda que, de acordo com a continuidade da sua estrutura orgânica e respectiva funcionalidade, que acabámos de analisar, o Colégio Distrital Dr. Alberto Souto persistiu como subsistema na dependência da Assembleia Distrital de Aveiro, até à sua transferência em 1995.

Finalizamos a análise dos órgãos que levam a cabo as atribuições de Assistência da Assembleia Distrital de Aveiro com as Casas da Criança. Referimos atrás que estas instituições

<sup>171</sup> A transferência desta instituição só se verificou, efectivamente, no dia 4 de Julho de 1995, altura em que o Instituto de Reinserção Social assumiu total e definitivamente a gestão do Colégio Distrital Dr. Alberto Souto, segundo informação presente num ofício de 10 de Outubro de 1995.

<sup>172</sup> Factor que, em última análise, deverá ter obstado à sua transferência para outra tutela; cf. **Gráficos**, pp. 114, 119.

viram a sua missão regulada por um primeiro regulamento, comum, no ano de 1975<sup>173</sup>. Após alguns problemas de funcionamento interno (sobretudo verificados no relacionamento entre as encarregadas-gerais, as Comissões de Pais e a própria Assembleia distrital), foi decidido reformular o referido regulamento no ano de 1980; é sobre este documento que vamos falar agora.

Aprovado em 12 de Dezembro de 1980, este regulamento<sup>174</sup> introduziu mudanças localizadas na estrutura orgânico-funcional das Casas da Criança sob tutela da Assembleia distrital aveirense. Nesta altura, a Casa da Criança de Albergaria-a-Velha tinha 10 funcionárias, a de Águeda o mesmo número de trabalhadoras e na da Mealhada prestavam serviço 9 pessoas. Se os objectivos, as condições de admissão e de frequência se mantiveram, já o próprio funcionamento sofreu alterações.

Desde logo, desapareceu a Comissão de Pais, cuja produção informacional desconhecemos, se é que alguma vez chegou a existir; por outro lado, a Assembleia distrital reforçou o seu controlo ao aumentar a diversidade de funções inerentes aos serviços, por exemplo, através da especificação do que se esperava dos serviços entendidos no anterior regulamento por “pessoal técnico” e “pessoal auxiliar”.



*Figura P.* Casa da Criança de Albergaria-a-Velha. Esta obra tinha por missão o apoio social através da promoção do desenvolvimento integral das crianças, sobretudo as mais desfavorecidas

Assim, a Encarregada-Geral continuou sensivelmente com as mesmas competências delegadas pelo regulamento anterior<sup>175</sup>; por “pessoal técnico” entendia-se as educadoras de infância e técnicas auxiliares sociais e por “pessoal auxiliar” todas as funcionárias que

<sup>173</sup> Cf. **Quadro de Contexto** do subsistema Junta Distrital de Aveiro, p. 46.

<sup>174</sup> ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento das Casas da Criança*. Aveiro: Assembleia Distrital de Aveiro, 1980.

<sup>175</sup> Cf. **Análise** do subsistema Junta Distrital de Aveiro, pp. 41-44.



colaboravam com o pessoal técnico e de cozinha (o novo serviço introduzido pelo regulamento citado).

Ao Pessoal Técnico cabia, em primeiro lugar, o conhecimento do meio social onde a Instituição operava e as circunstâncias familiares e individuais de cada criança, o planeamento e a orientação das actividades diárias das crianças a seu cargo, a organização e manutenção dos registos das fichas psicomotoras e pedagógicas dos utentes e, claro, a estreita colaboração no cumprimento das tarefas da Encarregada-Geral.

Ao Pessoal Auxiliar competia cooperar com os demais serviços no desenvolvimento das respectivas tarefas. Por fim, o Pessoal de Cozinha tinha por função adquirir, gerir e confeccionar os géneros alimentícios, segundo as ementas estabelecidas.<sup>176</sup>

O regulamento de 1980 vigorou, pelo menos, durante onze anos, altura em que a Assembleia Distrital de Aveiro escolheu desafectar as Casas da Criança de Águeda<sup>177</sup>, de Albergaria-a-Velha e da Mealhada para a tutela do Centro Regional de Segurança Social de Aveiro (CRSSA).

Ao exemplo de outros serviços sob a sua responsabilidade, as vicissitudes da década de oitenta, de que falaremos adiante, trouxeram grandes dificuldades à gestão patrimonial e humana da Assembleia distrital aveirense, que entra na década de 1990 em total desaceleração de actividades.

A transferência daquelas instituições foi, por isso, inevitável. O mencionado protocolo (um para cada Casa da Criança, rigorosamente idêntico na sua forma) consistiu, sumariamente, na cedência de todo o património (fixo e móvel) respeitante às Casas da Criança ao CRSSA. Quanto ao pessoal do quadro afecto às Casas da Criança, o protocolo destinava-lhes lugar nos QEI's<sup>178</sup>. Finalmente, dispunha o protocolo entre a Assembleia Distrital de Aveiro e o Centro Regional de Segurança Social de Aveiro que, durante o período em que as Casas da Criança fossem geridas, transitória e directamente, pelo CRSSA, competia

---

<sup>176</sup> Alterações insuficientes para que aqueles serviços possam ser considerados, na nossa opinião, como subsecção dentro da secção caracterizada, uma vez que a sua introdução não sortiu, na prática, qualquer alteração orgânica, o que se comprova pelo facto de não ter sido produzida qualquer documentação, em particular, por aqueles serviços (artificiais, portanto). Assim, no nosso entender, a sua criação deveu-se a critérios de ordem prática, com vista a uma melhor distribuição dos trabalhos.

<sup>177</sup> Apesar do processo que concretizou legalmente a desafecção ter sido, ao que pensamos, extraviado, estamos em crer que a Casa da Criança de Águeda se orientou pelo mesmo processo que as outras duas.

<sup>178</sup> Quadros de Excedentes Interdepartamentais, ao abrigo do artigo 13º do DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro.



a este organismo exercer o poder hierárquico e disciplinar. A transferência das três Casas da Criança do distrito de Aveiro para o CRSSA concretizou-se em Outubro de 1991.



*Figura Q.* Casa da Criança da Mealhada. Numa época (1960-1991) em que existiam poucas unidades de apoio à primeira e segunda infância, as Casas da Criança eram obras bastante concorridas, pelas vantagens que ofereciam aos seus utentes (horário, alimentação, preço, recursos qualificados, entre outras)

Terminava, assim, outra relação com cerca de trinta anos, como está prestes a terminar, igualmente, a análise da evolução institucional e das estruturas orgânicas sob dependência do subsistema Assembleia Distrital de Aveiro.<sup>179</sup>

Apesar do fim ou a reformulação das Assembleias Distritais ainda (!) não ter sido decidido *de jure*, temos a consciência que o seu epílogo – *de facto* – se encontra, inequivocamente, no supracitado Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, por entre a análise que fizemos à produção informacional do sistema Assembleia Distrital de Aveiro<sup>180</sup> e, finalmente, no que ocorreu durante a década de 1990, resultante, sobretudo, da acção dos municípios do Distrito de Aveiro, responsáveis pela Assembleia distrital, como veremos.

Com efeito, o Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, em vigor a partir de 8 de Março desse ano, implicou a necessidade de se proceder a alterações ao regime jurídico das Assembleias distritais, nomeadamente quanto à sua composição, actualização de

<sup>179</sup> Mesmo que a Assembleia Distrital de Aveiro tenha, eventualmente, prestado auxílio financeiro pontual, até 1995 às Casas da Criança sob sua anterior influência, fazendo fé no que conseguimos determinar nos *Orçamentos de receita e despesa* daquela autarquia distrital.

<sup>180</sup> Mesmo antes da promulgação do DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro, os sinais do desinvestimento (a desafectação de estruturas e funcionários, as constantes queixas de falta de recursos pelos seus dirigentes, entre outros) naquela estrutura distrital por parte da administração central eram evidentes.

competências, duração de mandatos, regimes financeiros<sup>181</sup> e patrimonial, organização e funcionamento jurídico. Aí, a Assembleia distrital era composta pelos presidentes das Câmaras municipais e por dois membros de cada Assembleia municipal. O Presidente da Mesa e o do Conselho Consultivo eram eleitos de entre os presidentes das Juntas de Freguesia do distrito.

A partir de Março de 1991, a Assembleia distrital foi acometida a funções deliberativas, tendo um Conselho Consultivo, a que assistia o Governador Civil, cargo à altura exercido pelo actual presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Gilberto Madaíl, que opinou, então, sobre a missão da Assembleia Distrital de Aveiro, o seguinte: «na prática, [...] será um fórum de debate dos problemas do distrito, dos concelhos, das infra-estruturas, de tudo o que for necessário discutir na área do distrito de Aveiro»<sup>182</sup>.

Porém, podemos ainda perscrutar o crepúsculo da primeira fase das Assembleias distritais (1977-1991) em três diplomas legais que fizeram soar o alarme. São eles o Decreto-Lei nº 288/85, de 23 de Julho<sup>183</sup>, a Lei nº 14/86, de 30 de Maio<sup>184</sup>, que altera, por ratificação, o anterior e, sobretudo, a Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro<sup>185</sup>.

Assim, dispõe o primeiro daqueles diplomas legais que «funcionam na dependência dos órgãos distritais serviços (...) que, tanto pela sua natureza como pela especificidade requerida pela respectiva gestão, cada vez menos se coadunam com as competências que tais órgãos deverão exercer»<sup>186</sup>.

Reconheceu o Decreto-Lei nº 288/85, de 23 de Julho, que as actuações do foro do Fomento, Segurança Social e Saúde, face à sua «especificidade e heterogeneidade», seriam melhor asseguradas pelos serviços já existentes ao nível da administração central ou das autarquias locais, uma vez que às Assembleias distritais estava destinado uma matriz «eminentemente representativa»<sup>187</sup>, financiada claro está, através de dotações provenientes

---

<sup>181</sup> Neste particular, a grande responsável pela falência das Assembleias distritais nos moldes até então seguidos, foi, na nossa opinião, a Lei das Finanças Locais, LEI nº 1/87, 6 de Janeiro, que, ao destinar às autarquias municipais o grosso das receitas até aí destinadas às circunscrições distritais, precipitou a sua reformulação pelo DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro.

<sup>182</sup> "Casa do Dr. Alberto Souto receberá Arquivo Distrital". *Jornal de Aveiro*. (14 Mar. 1991) p. 6.

<sup>183</sup> DECRETO-LEI nº 288/85, 23 de Julho. I série, nº 167, pp. 2165-2167.

<sup>184</sup> LEI nº 14/86, 30 de Maio. I série, nº 123, pp. 1287-1290.

<sup>185</sup> LEI nº 1/87, 6 de Janeiro. I série, nº 4, pp. 35-40.

<sup>186</sup> DECRETO-LEI nº 288/ 85, 23 de Julho, "Preâmbulo", p. 2165.

<sup>187</sup> *Idem*.

dos municípios – alteração motivada e conduzida pela racionalização de recursos, sobretudo humanos.

Por fim, dispunha aquele Decreto que o “princípio” que deveria nortear os responsáveis nesse processo era, inevitavelmente, o da «transição do pessoal para os serviços ou organismos que vierem a absorver as respectivas actividades»<sup>188</sup>, *i. e.*, promovendo a colocação dos funcionários do quadro das Assembleias distritais em vagas dos quadros dos governos civis, da administração central ou das autarquias locais.

Com a promulgação da Lei nº 14/86, de 30 de Maio, foi dado às Assembleias distritais um sério aviso: deviam determinar quais os serviços que pretendiam continuar a assegurar. No caso do distrito de Aveiro, o único organismo mantido sob administração directa, depois de 1991, foi o Colégio Distrital Dr. Alberto Souto, que, aliás, não conseguiu transferir antes de meados da década de 1990, porque nenhuma outra entidade (Câmara Municipal de Aveiro, Segurança Social, entre outras) com poderes para tal rejeitou as responsabilidades de gestão da estrutura e respectiva missão. Ora, o acordo com os serviços sob tutela do Ministério da Justiça, que previa a alienação total de bens, missão e pessoal em favor daquele organismo da administração central do Estado, demorou cerca de uma dezena de anos (!) a entrar em vigor.

Através daquele diploma legal, o pessoal do quadro dos serviços distritais passou ser remunerado pelo próprio Orçamento de Estado – caso as Assembleias não decidissem a sua situação ou se, entretanto, não transitasse para outros serviços que prosseguissem com as actividades anteriormente desempenhadas pela Assembleia distrital<sup>189</sup>. O artigo que possibilitou, por exemplo, a transferência das Casas da Criança de Albergaria e da Mealhada para outra entidade tutelar, o artigo 9º (Protocolo de cedência de instalações e bens móveis), também foi um “convite” para a alienação das circunscrições distritais em áreas de actuação tradicional.

Finalmente, a Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro, veio retirar às Assembleias distritais a grande fatia (de 75 a 85 por cento das receitas totais) dos capitais que lhes permitiam sobreviver, mesmo numa altura em que a situação orçamental era já claramente deficitária.<sup>190</sup> Então, o Ministério da Administração Interna resolveu alienar as suas receitas tradicionais (as

---

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> LEI nº 14/86, 30 de Maio, artigo 1º, nº 3, p. 1287; artigo 5º, p. 1288.

<sup>190</sup> Cf. **Gráficos**, p. 110.

mais rentáveis, como a Contribuição Predial e a Sisa) a favor dos municípios, compensando a quebra acentuada de receitas das circunscrições distritais, através do reforço das “transferências correntes” provenientes do Orçamento Geral do Estado (dotação que vinha acontecendo desde 1981, cada vez com maior intensidade, mas que atinge o auge nesta altura). Ora, era justamente das autarquias locais que as reformuladas (Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro) Assembleias distritais deveriam esperar pelo indispensável suporte financeiro (na integra)...<sup>191</sup>

Mas, o que precipitou a transferência de muitas das actividades fundamentais na área do Fomento, Segurança Social e Cultura que a Assembleia Distrital de Aveiro vinha desenvolvendo há mais de trinta anos foi, de facto, o Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro. Com efeito, este diploma fez subsistir a divisão distrital, mas com o emergir do poder municipal (dotado de condições financeiras e administrativas cada vez mais significativas) e as limitações que impôs à administração distrital, ficou bem vincado que lhe restaria curto espaço de manobra para uma actuação eficaz.



*Figura R.* Fachada do edifício onde o sistema Assembleia Distrital de Aveiro prossegue, há mais de quarenta anos, a sua actividade, apesar de, desde a década de 1990, se encontrar bastante descaracterizada, pela perda dos serviços que vinha desenvolvendo até àquela data

<sup>191</sup> Cf. DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro, artigo 14º, p. 92.

Para tal, redimensionou a composição, as competências e as normas de funcionamento das Assembleias distritais. Em todo o caso, esta redefinição foi suficiente para dar origem a uma nova fase (1991-...) no sistema que agora analisamos. Porém, no nosso caso, optámos por analisar apenas o sistema Assembleia Distrital de Aveiro durante o período 1960-1991. Tal opção vem no sentido de proporcionar uma compreensão que, apesar de incompleta, será mais consistente, já que, como dissemos, só “sobreviveu” àquele diploma legal o Colégio Distrital Dr. Alberto Souto – embora por pouco tempo e sob circunstâncias muito específicas.

Trata-se, na realidade, de uma existência dificilmente caracterizável, devido à indefinição que marca o sistema, após 1991, traduzida num esparso e confuso conjunto de informação em que, basicamente, não dispomos de instrumentos de suporte mínimos para a sua aferição, enquanto sistema produtor de informação. Para tal, relembramos que a produção informacional da Assembleia Distrital de Aveiro, custodiada no Arquivo Distrital de Aveiro e no período pós 1991, resume-se a algumas dezenas de caixas e pastas contendo correspondência, documentos de despesa, orçamentos. Além disso, o sistema Assembleia Distrital de Aveiro continua activo, pelo que a transferência daquelas unidades para o referido arquivo especializado provocou, a nosso ver, um corte grave (falta saber se irremediável) na continuidade das séries informacionais.

De facto, o esvaziamento de condições financeiras e a ingerência de outros órgãos do Estado nas competências anteriormente “pertença” da Assembleia Distrital de Aveiro foram suficientes para que se gerasse uma situação inoportável a partir de 1991, que se traduziu na “agonia” dos anos seguintes, entre outros argumentos até aqui debatidos.

A impossibilidade de contrair empréstimos, combinada com a fraca capacidade de obtenção de receitas próprias (era, fundamentalmente, financiada pelo produto das contribuições de cada município da sua circunscrição distrital) e ainda o pesado encargo com a manutenção dos serviços e respectivo pessoal do quadro privativo, que não conseguiu desafectar para outros organismos da Administração Pública foi, em última instância, o “cantar do cisne” da primeira fase do sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991).<sup>192</sup>

Ainda que continuasse a colaborar através do auxílio de prestações financeiras aos órgãos (apenas de Assistência) que tutelou, sabemos de antemão que Gilberto Madaíl acertou

---

<sup>192</sup> Cf. DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro, artigos 9º, 10º, 13º, 14º e 15º, pp. 91-92.

“em cheio” quando preconizava para a Assembleia distrital aveirense funções de plenário. Nos quatro anos seguintes à sua última reformulação, aqueles em que podemos ter algumas certezas, visto dispormos ainda de dados concretos, assistiu-se a um desinteresse cada vez mais acentuado nas possibilidades daquela estrutura do poder distrital.

Ao que conseguimos apurar<sup>193</sup>, a última reunião da Assembleia Distrital de Aveiro aconteceu em 30 de Janeiro de 2003. Antes desta data, os plenários entre os dirigentes municipais do distrito processaram-se com uma periodicidade bastante irregular. Aos 23 de Fevereiro de 1999, foi assinado entre o então presidente da Assembleia Distrital de Aveiro, Manuel da Silva Soares, e o também então presidente do Conselho de Administração da Associação dos Municípios da Ria (AMRia), Alberto Souto Miranda, um protocolo que colocou, efectivamente, em *stand by*, a Assembleia distrital aveirense.

Daquela importante documento resultou, em primeiro lugar, a cedência, em regime de comodato e por tempo indeterminado, da gestão das instalações da Assembleia distrital (incluindo os terrenos envolventes que lhe pertencem, e excluindo uma parte do edifício onde ainda labora o Gabinete de Apoio Técnico de Aveiro, antigos Serviços Técnicos de Fomento). Em contrapartida, a AMRia comprometeu-se a integrar, no seu mapa de pessoal, a única funcionária remanescente do quadro da Assembleia distrital e ainda a assegurar o expediente administrativo (ofícios, conta de gerência, plano e orçamento) da Assembleia Distrital de Aveiro. Se, eventualmente, a Assembleia distrital necessitasse do retorno do pleno usufruto das instalações, em virtude de um hipotético reforço legal das suas funções e competências, o Protocolo entre as duas organizações públicas cessaria. É assim que ainda hoje se mantém.

Enfim, pensamos que o próprio evoluir do Poder, Local e/ou Central, em Portugal, eivado de cepticismo nos dias que correm, acabou por levar ao desprezo uma instituição que, em última instância, acabaria por concorrer em redundância de intervenção, prometida mas nunca concretizada, num País órfão de pensamento esclarecido, planeamento eficiente e acção transparente e eficaz.

---

<sup>193</sup> Com base nos amáveis e preciosos contributos de Maria del Cielo Adrian, funcionária da Associação dos Municípios da Ria (AMRia) encarregue dos assuntos respeitantes à Assembleia Distrital de Aveiro e Manuel da Rocha Galante, Administrador-Delegado da AMRia.

QUADRO DE CONTEXTO DO SISTEMA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1977-1991)

Denominação Social	Objecto Social	Órgãos	Funções
Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991)	Tinha por atribuição tudo o que dissesse respeito aos respectivos interesses. Designadamente: de administração de bens próprios e sob sua jurisdição; de Fomento; de abastecimento público; de Cultura; de Assistência; de salubridade pública. Esta estrutura, que ainda funciona (embora tenha sido reformulada em 1991), deu nome ao sistema e integrou o subsistema anterior	Conselho Distrital	Órgão de carácter consultivo, competia-lhe dar parecer sobre todos os assuntos que lhe fossem submetidos pelo Governador Civil e/ou pela Assembleia distrital ou ainda por imposição legal. Era composto pelo Governador Civil (que presidia), de cinco presidentes da Câmara municipal (eleitos pela Assembleia municipal) e de três cidadãos ilustres (nomeados pelo Conselho de Ministros, sob proposta do Governador Civil)
		Assembleia Distrital	Órgão deliberativo, era o corpo administrativo do distrito, composto pelo Governador Civil do distrito – que presidia, sem direito de voto, e executava as deliberações –, pelos presidentes das Câmaras municipais do distrito de Aveiro e, ainda, por dois membros de cada assembleia municipal da circunscrição distrital. Tinha por funções: elaborar o seu regimento; promover a coordenação dos meios de acção distritais; deliberar sobre a criação ou manutenção de serviços que apoiassem tecnicamente as autarquias; promover actividades que visassem o desenvolvimento dos sectores produtivos; aprovar o plano anual de actividades, orçamento, relatório e contas do distrito; fixar o quadro de pessoal dos diferentes serviços da autarquia distrital e o respectivo regime jurídico e remunerações
		Presidente	Era o órgão executivo e regulador da administração distrital. Tinha por funções: utilizar todos os poderes que lhe fossem conferidos pela lei, pelo regimento ou por deliberação da Assembleia distrital; convocar as sessões da Assembleia distrital; dirigir e disciplinar os trabalhos

Secções	Funções	Subsecções	Funções
Secretaria / Chefe da Secretaria	Tinha por funções: assegurar todo expediente da Assembleia distrital; executar as deliberações distritais e os despachos e ordens do Presidente; autenticar todos os documentos e actos oficiais da Assembleia distrital; organizar o cadastro do pessoal ao serviço da Assembleia distrital; organizar as contas de gerência; prestar informações sobre o estado dos serviços de tesouraria ao presidente da Assembleia; fiscalizar a responsabilidade do tesoureiro; redigir as actas do Conselho e da Assembleia distritais e, ainda, manter o registo de expediente	Expediente	Tinha como funções: registar, através do seu processamento e arquivo, toda a correspondência recebida e expedida; organizar o cadastro de todo o pessoal da Assembleia distrital; redigir as actas e passar as certidões requeridas e manter actualizado o cadastro dos móveis e imóveis
		Contabilidade	Tinha por funções: executar as tarefas todas as autorizações de pagamento; colaborar na elaboração dos orçamentos ordinário e suplementares; elaborar as contas de gerência e executar todas as tarefas respeitantes à contabilidade distrital
		Dactilografia	Tinha por funções: elaborar todo o trabalho de dactilografia correspondente às demais secções da Secretaria distrital e dactilografar a matéria respeitante às publicações da Assembleia distrital
Casa da Criança de Águeda	Tinha por função auxiliar e colaborar com as famílias na promoção da saúde e na educação da criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal. Para tal, competia-lhe: assegurar os cuidados higiénicos adequados; promover o desenvolvimento integral da criança; colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança; estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social e preparar a transição da criança do meio familiar para a escola primária		
Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	Tinha por função auxiliar e colaborar com as famílias na promoção da saúde e na educação da criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal. Para tal, competia-lhe: assegurar os cuidados higiénicos adequados; promover o desenvolvimento integral da criança; colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança; estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social e preparar a transição da criança do meio familiar para a escola primária		
Casa da Criança da Mealhada	Tinha por função auxiliar e colaborar com as famílias na promoção da saúde e na educação da criança, assegurando as condições necessárias para o seu desenvolvimento normal. Para tal, competia-lhe: assegurar os cuidados higiénicos adequados; promover o desenvolvimento integral da criança; colaborar com as famílias na promoção da saúde da criança; estimular o convívio entre as crianças como forma de integração social e preparar a transição da criança do meio familiar para a escola primária		
Tesouraria	As funções da Tesouraria eram: a arrecadação das receitas virtuais e eventuais; a guarda dos fundos e valores; o pagamento das despesas, de folhas de vencimento ou salários e quaisquer outros movimentos de verbas da Assembleia Distrital de Aveiro; entregar e processar os documentos de cobrança aos contribuintes e manter em ordem os livros e papéis que compõem o arquivo da Tesouraria. Uma vez que a Assembleia Distrital de Aveiro não possuía Tesouraria privativa, as suas funções eram asseguradas pela Tesouraria da Fazenda Pública do concelho de Aveiro		

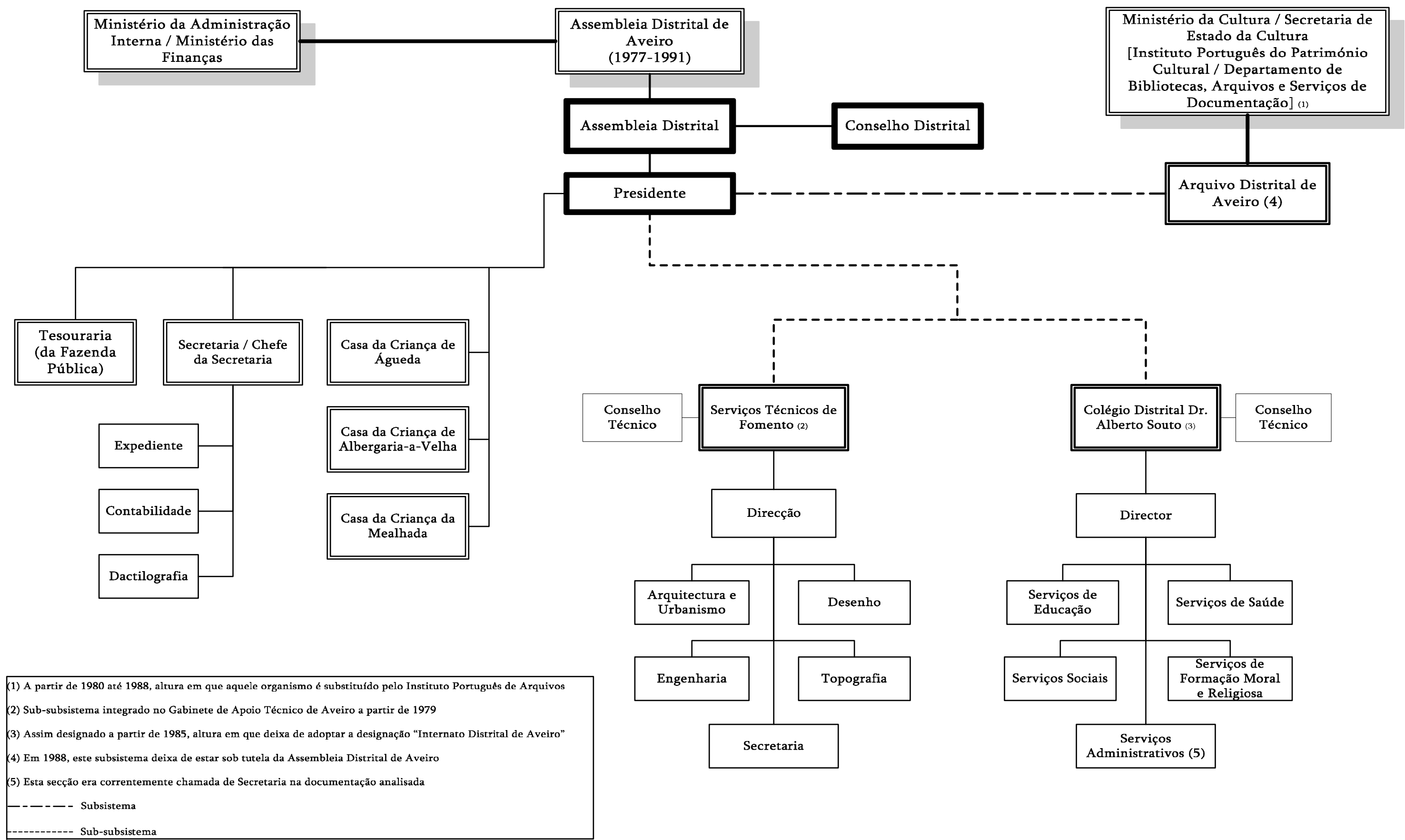


Subsistema	Objectivos	Secções	Funções
<b>Colégio Distrital Dr. Alberto Souto</b>	Tinha por funções: manter e educar, em regime de internato, crianças e adolescentes do sexo masculino, domiciliadas no distrito de Aveiro, que se encontrassem em situação de abandono por orfandade, desamparo moral, insuficiência económica familiar, exclusão social, etc. Através da educação e instrução, visavam assegurar, ao educando, o desenvolvimento físico, a formação moral e cívica, intelectual e profissional, assim como a criação de hábitos de trabalho que lhe permitisse angariar meios de subsistência. Tratava-se, na realidade, de uma estrutura dotada de relativa autonomia orgânico-funcional, equivalente a um subsistema	<div>Director</div> <div>Conselho Técnico</div> <div>Serviços Administrativos</div> <div>Serviços de Educação</div> <div>Serviços de Formação Moral e Religiosa</div> <div>Serviços de Saúde</div> <div>Serviços Sociais</div>	<div>Tinha por funções: dirigir o funcionamento de todos os serviços do CDAS, coordenando todas as actividades do pessoal; fiscalizar todas as dependências das instalações; prestar todas e quaisquer informações que lhe fossem pedidas pela Assembleia distrital; elaborar o relatório mensal de actividades; elaborar o plano de acção a desenvolver em cada ano lectivo, submetendo-o à superior apreciação do Conselho Técnico e aprovação da Assembleia distrital; organizar e manter actualizados os registos e fichas dos internados na instituição; preparar as matrículas dos internados que frequentassem os estabelecimentos de ensino; fazer e manter actualizado o registo estatístico da frequência dos internados nas escolas e oficinas de trabalho/aprendizagem; organizar as folhas de ponto do pessoal do CDAS e, ainda, requisitar à Secretaria da Assembleia distrital todo o expediente necessário ao serviço do Colégio distrital, etc.</div> <div>Tratava-se de um órgão de avaliação e consulta, competindo-lhe apresentar propostas de melhorias a introduzir nos serviços</div> <div>Tinha por função assegurar o apoio necessário às actividades de natureza técnica</div> <div>Serviço da responsabilidade dos educadores e auxiliares de educação, que tinham por missão: orientar educativa e socialmente os educandos, tomar conhecimento das circunstâncias familiares e individuais; acompanhar o desenvolvimento escolar e profissional dos internados e vigiar e desenvolver hábitos de higiene e compostura, assim como velar pela sua saúde</div> <div>Tinham por funções: formar o carácter e consistência dos educandos, competindo ao capelão a regência de aulas e de formação moral. O religioso ainda assistia o Director na integração dos internados nas organizações existentes no meio</div> <div>Da responsabilidade de um médico pediatra e de uma enfermeira, trabalhando em regime de tempo parcial, competia-lhes: proceder a exames regulares de saúde aos internados, candidatos a internados e também ao pessoal funcionário do CDAS; promover e executar medidas profilácticas específicas ao pessoal e aos internados</div> <div>Da responsabilidade de uma assistente social ou de uma auxiliar, em regime de meio tempo ou como simples consultora. As suas funções eram: assegurar as relações entre educandos e respectivas famílias; informar os restantes serviços do CDAS das condições familiares e pessoais de cada educando e promover a reintegração familiar e social dos internados</div>

Subsistema	Objectivos	Secções	Funções
Serviços Técnicos de Fomento	Tinham por funções: elaborar estudos e projectos de obras e melhoramentos; prestar assistência técnica (quer aos serviços da Assembleia aveirense, quer às câmaras municipais da respectiva circunscrição distrital); acompanhar a evolução técnica das competências da sua função, com vista à actualização de conhecimentos e optimização de procedimentos. Tratava-se, efectivamente, de uma estrutura dotada de uma relativa autonomia orgânico-funcional, equivalente a um subsistema. Foi transferido, em 1980, para o Gabinete de Apoio Técnico de Aveiro, tutelado pela Comissão Coordenadora Regional do Centro	Direcção / Director	Tinha por funções: superintender as secções de Arquitectura e Urbanismo, Desenho, Engenharia, Topografia, Secretaria; ao Director dos serviços estavam reservadas funções de: presidir do Conselho Técnico; despachar os processos; apresentar o relatório anual de actividades dos STF; assistir às reuniões da Assembleia Distrital de Aveiro e prestar toda a cooperação que lhe fosse ordenada pela Presidência; coordenar e distribuir de todo o serviço dos STF, processar toda a informação relativa aos funcionários que dirigia (livros de ponto, férias, vencimentos) e, também, providenciar o fornecimento da logística necessária aos STF
		Conselho Técnico	Constituído pelo Director dos serviços e por um representante de cada serviço, competia-lhe uma função coordenadora, consultiva e programática, visando uma maior rentabilidade e eficiência dos serviços
		Arquitectura e Urbanismo	Tinha por função: elaborar estudos, pareceres e projectos de arquitectura e planos gerais e parciais de urbanização
		Desenho	Tinha como funções: executar desenhos (à escala) de plantas, alçados e cortes de edifícios; calcular áreas e volumes; calcular cadernetas taqueométricas; copiar ou decalcar qualquer desenho e pormenorizar elementos desenhados de um projecto
		Engenharia	Tinha por funções: elaborar estudos, pareceres e projectos do seu foro; prestar assistência técnica às câmaras municipais e à Assembleia distrital e elaborar as medições e os orçamentos das áreas da sua responsabilidade
		Secretaria	Tinha como funções: assegurar todo o trabalho dactilográfico de expediente e de peças dos STF; organizar e manter em ordem o registo e arquivo de expediente dos STF e manter actualizados os mapas de inventário de materiais afectos aos STF
		Topografia	Tinha por funções: executar levantamentos topográficos; traduzir, em desenho (à escala), uma caderneta de campo calculada; executar desenhos (à escala) de plantas, perfis e cortes de estradas, pontes, terreno e canais; calcular áreas e volumes e, ainda, executar nivelamentos geométricos

Subsistema	Objectivos
Arquivo Distrital de Aveiro	<p>As suas funções prendiam-se com a recolha, a instalação, a inventariação e a disponibilização ao público dos “núcleos documentais” dispersos no distrito. Era à Assembleia distrital que competia, enquanto entidade legal, a gestão administrativa e financeira do Arquivo Distrital de Aveiro, situação que se verificou até à promulgação do Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de Abril. De facto, no seu artigo 7º, afirma-se que os Arquivos distritais dependiam do Ministério da Cultura e Coordenação Científica, através do IPPC e das respectivas Assembleias distritais. Assim, passava a competir ao IPPC a continuidade da superintendência técnica e administrativa, da nomeação do pessoal e da fixação dos respectivos quadros, sendo-lhe ainda atribuído o encargo financeiro com o pessoal. Quanto às Assembleias distritais, continuavam a: pronunciar-se sobre a nomeação do Director; arrecadar as receitas do respectivo Arquivo distrital e ainda assumir os encargos sobre a sua logística; era-lhes lícito, a partir de então, participar no conselho técnico consultivo. Porém, em 1988 já não existia qualquer relação “semi-tutelar” entre o Arquivo Distrital de Aveiro e Assembleia Distrital de Aveiro; havia pequenas contribuições para aquisição de material, mas nada mais além disso. Por fim, o Decreto-Lei nº 5/91, de 8 de Janeiro, já não atribuía às Assembleias distritais, nas competências de Cultura, a manutenção de arquivos distritais. Tratava-se, de facto, de um organismo dotado de uma estrutura orgânico-funcional equivalente a um subsistema</p>

ORGANIGRAMA DO SISTEMA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1977-1991)



## QUADRO ORGANIZACIONAL DO SISTEMA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1960-1991)

	Código de Acesso
<b>Subsistema Junta Distrital de Aveiro (1960-1977)</b>	<b>JDA</b>
Conselho do Distrito	A
Mesa da Junta Distrital	B
Presidente	C
Secretaria	C a
Contabilidade	C aa
Dactilografia	C ab
Expediente	C ac
Casa da Criança de Águeda	C b
Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	C c
Casa da Criança da Mealhada	C d
Tesouraria	C e
Sub-subsistema Internato Distrital de Aveiro	JDA - IDA
Director	IDA a
Serviços Administrativos	IDA aa
Serviços de Educação	IDA ab
Serviços de Formação Moral e Religiosa	IDA ac
Serviços de Saúde	IDA ad
Serviços Sociais	IDA ae
Conselho Técnico	IDA b
Sub-subsistema Serviços Técnicos de Fomento	JDA - STF
Direcção / Director	STF a
Arquitectura e Urbanismo	STF aa
Desenho	STF ab
Engenharia	STF ac
Secretaria	STF ad
Topografia	STF ae
Conselho Técnico	STF b
Subsistema Arquivo Distrital de Aveiro	JDA - ADA
<b>Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991)</b>	<b>ADA</b>
Assembleia Distrital	A
Conselho Distrital	B
Presidente	AA
Secretaria	AA a
Contabilidade	AA aa
Dactilografia	AA ab
Expediente	AA ac
Casa da Criança de Águeda	AA b
Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	AA c

Casa da Criança da Mealhada	AA d
Tesouraria	AA e
Subsistema Colégio Distrital Alberto Souto	ADA - CDAS
Director	CDAS a
Serviços Administrativos	CDAS aa
Serviços de Educação	CDAS ab
Serviços de Formação Moral e Religiosa	CDAS ac
Serviços de Saúde	CDAS ad
Serviços Sociais	CDAS ae
Conselho Técnico	CDAS b
Subsistema Serviços Técnicos de Fomento	ADA - STF
Direcção / Director	STF a
Arquitectura e Urbanismo	STF aa
Desenho	STF ab
Engenharia	STF ac
Secretaria	STF ad
Topografia	STF ae
Conselho Técnico	STF b
Subsistema Arquivo Distrital de Aveiro	ADA - ADA

## INVENTÁRIO DO SISTEMA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO (1977-1991)

	Datas Extremas	Qtd. / UI <sup>194</sup>	Cód. de Acesso
<b>Assembleia Distrital</b>			<b>A</b>
SR.:			
01 – Actas da Assembleia Distrital	1978 - 1979; 1983 - 1991	2 Lv	
02 – Assuntos para Serem Tratados em Reuniões	1983 - 1989; 1989 - 1991	2 Pt; 1 Pt	
03 – Constituição da Assembleia Distrital. Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	1990 - ...	1 Mç	
04 – Conta de Gerência dos Bombeiros Voluntários	1977 - 1985	2 Cx; 2 Pt	
05 – Conta de Gerência dos Bombeiros Voluntários de Arouca	1991	1 Pt	
06 – Conta de Gerência dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga	1978 - 1979	2 Mç	
07 – Minutas de Actas das Reuniões da Assembleia Distrital	1978 - 1980; 1982 - 1983	2 Pt; 1 Mç	
08 – Registo de Acórdãos de Contas de Gerência de Pessoas Colectivas de Utilidade Pública (Bombeiros)	1979 - 1983	2 Lv	
09 – Reuniões Ordinárias e Extraordinárias	1988 - 1989	1 Cx	
10 – Subsídios a Conceder a Várias Instituições	1984 - 1987	1 Cx	
11 – Subsídios Concedidos a Bandas de Musica, Ranchos Folclóricos e Agrupamentos Culturais	1981 - 1983	3 Cx	
<b>Conselho Distrital</b>			<b>B</b>
SR.:			
01 – Actas do Conselho Distrital	1978	1 Lv	

<sup>194</sup> Abreviaturas para “Quantidade” (Qtd) e “Unidade de Instalação” (UI).

**Presidente**

**AA**

SR.:

01 – Alvarás de Nomeação	... 1977 - 1979	1 Pt
02 – Assuntos Confidenciais. Ofícios e Outros Documentos	1980 - 1981	1 Pt
03 – Circulares Diversas	1979 -1983	1 Pt
04 – Conta de Gerência de 1986 (Remetida ao Tribunal de Contas)	1986	1 Pt
05 – Editais	1980	1 Pt
06 – Editais e Avisos	1983 - 1986	1 Pt
07 – Estudo da Situação das Casas da Criança e do Colégio Distrital para Possível Transferência para o Centro Regional de Segurança Social de Aveiro	1991	1 Pt
09 – Inquérito aos Actos da Junta de Freguesia de César	1981	1 Mç
10 – Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública	1984	1 Pt
11 – Orçamento Ordinário da Assembleia Distrital	1980 - 1983	1 Pt
12 – Orçamentos de Receita e Despesa (Ordinários e Extraordinários)	... 1977 - ...	1 Cx; 13 Pt
13 – Orçamentos e Planos de Actividades	1980 - 1984	2 Pt
14 – Ordens de Serviço	1986	1 Pt
15 – Ordens de Serviço e Despachos	1980 - 1982	1 Pt
16 – Planos de Actividades da Assembleia Distrital de Aveiro	... 1977 - 1983	1 Cx
17 – Processos de Inquérito ao Pessoal	1980 - 1981	1 Pt
18 – Regulamentos, Despachos e Ordens de Serviço da Presidência para os Serviços Técnicos de Fomento	... 1977 - 1979	1 Cx
19 – Relatórios da Gerência	... 1977 - 1989	1 Mç



20 – Relatórios e Mapas Mensais das Despesas das Casas da Criança e do Internato	1983	1 Pt
21 – Termos de Posse	... 1977 - 1987	1 Pt

#### Secretaria

AA a

SR.:

01 – Certidões Passadas pela Assembleia Distrital	1981 - 1990	3 Pt
02 – Livro de Ponto da Secretaria Distrital	... 1977 - 1984	2 Lv
03 – Processo das Obras de Remodelação da Casa da Criança da Mealhada	1990 - 1991	1 Pt
04 – Processos de Menores que Deixaram de Frequentar as Casas da Criança de Albergaria e Mealhada	... 1977 - 1978	1 Cx
05 – Registo de Alvarás de Nomeação	... 1977 - 1980	1 Lv
06 – Registo de Cartões de Identidade dos Funcionários	1984	1 Lv
07 – Registo de Certidões e Emolumentos Cobrados	... 1977 - 1986	1 Lv
08 – Registo de Emolumentos e Selo	... 1977 - 1983	1 Lv
09 – Registo de Património (Bens Móveis) do Edifício-Sede e Casas da Criança	... 1977 - 1983	1 Lv
10 – Registo de Propostas de Fornecimento	... 1977 - 1978	1 Lv
11 – Requisições de Fornecimento das Casas da Criança e do Internato	... 1977 - 1978	1 Cx

#### Contabilidade

AA aa

SR.:

01 – Autorizações de Pagamento de Despesas e de Vencimentos dos Funcionários	... 1977 - ...	160 Cx
02 – Conta-Corrente com os Fornecedores. Fichas	1983 - 1986	1 Lv
03 – Conta-Corrente das Despesas	... 1977 - 1985	10 Lv
04 – Conta e Relatório da Gerência	1982 - 1985; 1988 - 1989	5 Pt; 2 Pt

05 – Contas de Gerência	... 1977 - ...	7 Pt; 2 Cx
06 – Contas de Gerência e Orçamento	1990 - ...	4 Pt
07 – Declarações para o IRS	1989	1 Mç
08 – Despesas com as Remunerações do Pessoal	1990 - 1991	1 Pt
09 – Documentos de Despesa	1991 - ...	16 Cx; 8 Pt
10 – Documentos Referentes ao IRS	1989	1 Pt
11 – Livro Auxiliar para Movimento de Entradas e Saídas	1984 - 1985	1 Lv
12 – Mapas de Descontos da Segurança Social	1991 - 1998	3 Cx
13 – Ordens de Pagamento	1991 - ...	4 Cx; 6 Pt
14 – Registo de Autorizações de Pagamento	... 1977 - ...	7 Lv
15 – Registo de Despesas Efectuadas por Conta do Fundo Permanente	... 1977 - 1987	1 Lv
16 – Registo de Facturas	1977 - 1979; 1982	2 Lv
17 – Registo de Facturas de Fornecimentos	1982	1 Lv
18 – Registo de Operações de Tesouraria	1984 - 1985	1 Lv
19 – Registo de Pagamentos Efectuados	... 1977 - 1980	3 Lv
20 – Registo de Prestações de Assistência (Recibos e Facturas)	1988	1 Lv
21 – Registo de Receitas Arrecadadas	... 1977 - 1985	3 Lv
22 – Registo de Recibos e Facturas pela Prestação de Assistência	1980 - 1983	1 Lv
23 – Registo de Vencimentos dos Funcionários	s/d	1 Cx
24 – Vencimentos	1991 - ...	6 Cx

Dactilografia

AA ab

SR.:

01 – Artigos e Fotografias da Revista <i>Aveiro e o seu Distrito</i>	s/d	11 Cx
--	-----	-------

Expediente

AA ac

SR.:

01 – Gestão de Recursos Humanos da Assembleia Distrital

SSR.:

01 – Assuntos de Pessoal (Colégio Distrital Dr. Alberto Souto)	1988	1 Pt
02 – Cartões da ADSE dos Funcionários da Assembleia Distrital	s/d	1 Cx
03 – Concurso de Provimento de Uma Vaga de Escriurário-Dactilógrafo	1983	1 Pt
04 – Contratos de Pessoal	1977 - 1990	2 Lv
05 – Declarações de IRS dos Funcionários	1989	2 Pt
06 – Documentos dos Funcionários	1980 - 1991	1 Mç
07 – Faltas e Licenças	... 1977 - 1983	2 Pt
08 – Folhas de Ponto dos Funcionários	1980 - 1984	2 Pt
09 – Listagem dos Funcionários	1987	1 Pt
10 – Planos de Férias do Pessoal	1980 - 1983; 1983	2 Pt
11 – Prestações dos Descontos para a Caixa Geral de Aposentações	1984 - 1986	1 Mç
12 – Processos de Abono de Família	... 1977 - 1986	1 Mç
13 – Processos de Contratados	1988 - 1990	2 Pt
14 – Processos de Funcionários para Efeitos de Aposentação	1989 - 1990	1 Pt
15 – Reclassificações do Pessoal	1987	2 Mç
16 – Registo de Assiduidade dos Funcionários do Colégio Distrital	1991 - ...	1 Pt
17 – Registo de Recibos e Facturas pela Prestação de Assistência (ADSE)	1980 - 1983	1 Lv
18 – Relações de Faltas dos Funcionários	... 1977 - 1978	1 Cx
19 – Relações de Frequência	1988	1 Pt
20 – Relações de Frequência dos Funcionários	1978 - 1984; 1989 - 1990	2 Mç; 5 Pt
21 – Relações de Frequência dos Funcionários da Casa da Criança de Águeda	1989 - 1990	1 Pt

22 – Relações de Frequência dos Funcionários da Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	1989 - 1990	1 Pt
23 – Relações de Frequência dos Funcionários da Casa da Criança da Mealhada	1989 - 1990	1 Pt
24 – Relações de Frequência dos Funcionários do Arquivo Distrital de Aveiro	1985	1 Pt
25 – Relações de Frequência dos Funcionários do Colégio Distrital	1989 - 1990	1 Pt
26 – Relações dos Beneficiários da ADSE	1986 - 1987	1 Pt
27 – Relações dos Funcionários Inscritos na ACASA	1983 - ...	1 Pt
02 – Correspondência		
SSR.:		
01 – Copiador de Correspondência Expedida	... 1977 - 1984	13 Lv
02 – Cópias de Ofícios	1986 - 1989	5 Pt
03 – Cópias de Ofícios Expedidos	1985 - 1989	1 Mç
04 – Correspondência Interna	... 1977 - 1980	1 Pt
05 – Correspondência Recebida e Expedida	... 1977 - ...	93 Cx
06 – Livro de Protocolo (Registo de Entrega de Correspondência)	1977 - 1983; 1980 - 1989	2 Lv
07 – Ofícios Expedidos (2 <sup>as</sup> vias)	1978	1 Pt
08 – Registo de Correspondência	... 1977 - 1981	1 Lv
09 – Registo de Correspondência Recebida	1985 - 1987	2 Lv
10 – Registo de Correspondência Recebida e Expedida	... 1977 - 1984	8 Lv
11 – Registo de Documentos Recebidos	1990 - ...	1 Lv
12 – Registo de Entradas	1985 - 1989	3 Lv
03 – Registo de Alvarás	1986	1 Lv
04 – Registo de Certidões e Emolumentos de Certidões	... 1977 - 1986	1 Lv
05 – Registo de Chamadas Telefónicas	... 1977 - 1986	3 Lv

06 – Registo de Editais	1980 - 1984	1 Lv
07 – Registo de Propostas de Fornecimentos	... 1977 - 1978	1 Lv
08 – Registo do Património de Bens Móveis	... 1977 - 1983	1 Lv
09 – Registo do Património do Colégio Distrital	s/d	1 Lv

#### Casa da Criança de Águeda

AA b

SR.:

01 – Assuntos dos Funcionários	1982 - 1988	1 Pt
02 – Correspondência Recebida e Expedida	... 1977 - 1987	2 Cx; 1 Pt
03 – Folhas de Ponto dos Funcionários	1985 - ...	1 Pt
04 – Guias de Admissão de Menores	1980 - 1989	2 Cx
05 – Livro de Ponto do Pessoal	1986 - 1991	1 Lv
06 – Processos de Admissão de Menores	1977 - 1990	6 Cx; 2 Mç
07 – Processos de Menores que Deixaram de Frequentar a Casa da Criança de Águeda	... 1977 - 1988	6 Mç
08 – Relação das Despesas da Casa da Criança de Águeda	... 1977 - 1979	1 Lv
09 – Relações de Frequência dos Funcionários	1985 - 1988	1 Pt

#### Casa da Criança de Albergaria-a-Velha

AA c

SR.:

01 – Correspondência Recebida e Expedida	1987 - 1991	13 Pt
02 – Folhas de Ponto do Pessoal	1985 - ...	1 Pt
03 – Guias de Admissão de Menores	... 1977 - 1989	1 Cx
04 – Processos de Admissão de Menores	... 1977 - 1990	3 Mç; 3 Cx
05 – Processos de Menores que Deixaram de Frequentar a Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	... 1977 - 1983; 1987 - 1988	5 Mç
06 – Relação das Despesas da Casa da Criança de Albergaria-a-Velha	... 1977 - 1979	1 Lv
07 – Relações de Frequência dos Funcionários	1989	1 Pt

#### Casa da Criança da Mealhada

AA d

SR.:

01 – Correspondência	1987; 1991	10 Pt
02 – Folhas de Ponto da Casa da Criança da Mealhada	1985 - 1991	1 Pt
03 – Guias de Admissão de Menores	... 1977 - 1989	1 Cx
04 – Livro de Ponto dos Menores	1980 - 1981	1 Lv
05 – Processos de Admissão de Menores	1977 - 1991	3 Cx; 2 Pt
06 – Processos de Crianças que Saíram da Casa da Criança da Mealhada	... 1977 - 1987	6 Mç
07 – Relação das Despesas da Casa da Criança da Mealhada	... 1977 - 1979	1 Lv
08 – Relações de Frequência dos Funcionários	1985 - 1990	2 Pt

## Tesouraria

## AA e

SR.:

01 – Balancetes	... 1977 - ...	11 Cx; 13 Mç
02 – Conta-Corrente das Operações de Tesouraria	1989 - 1991	1 Pt
03 – Conta-Corrente das Operações de Tesouraria e Diário da Receita	1986	1 Cx
04 – Conta da Responsabilidade do Tesoureiro	1981; 1982; 1984	1 Mç; 2 Cx
05 – Contas-Correntes com as Despesas Orçamentais	1980 - 1988	7 Lv
06 – Cópias das Guias de Receita Eventual	1986	1 Cx
07 – Diário da Despesa. Fichas	1991 - ...	1 Cx
08 – Diário da Receita e da Despesa	1986 - ...	5 Cx
09 – Guias de Receita	1987 - 1988; 1990 - ...	15Pt
10 – Guias de Receita e Recibos Provisórios	1986 - 1988	1 Cx
11 – Guias de Receita Eventual	1987 - ...	1 Cx
12 – Guias de Transferência de Despesa Paga	... 1977 - 1986	1 Mç
13 – Livro da Responsabilidade do Tesoureiro	1977-1985	1 Lv
14 – Mapas de Receitas Consignadas	1991 - ...	1 Pt
15 – Receita Eventual (Guias de Modelo nº 7)	1982 - 1983	1 Cx
16 – Receitas Consignadas	... 1977 - ...	7 Cx; 7 Mç

17 – Registo da Conta-Corrente da Despesa. Fichas	1988 - 1989	2 Cx
18 – Registo da Conta-Corrente da Receita e Despesa. Fichas	1986 - 1991	4 Cx
19 – Registo da Conta-Corrente da Receita. Fichas	1988; 1991 - ...	3 Cx
20 – Registo da Receita e Despesa Diária na Tesouraria (Livro Caixa - Modelo nº 9 T)	... 1977 - 1985	3 Lv
21 – Registo de Movimento dos Fundos (Operações de Tesouraria)	1984 - 1985	1 Lv
22 – Registo de Operações de Tesouraria	1984 - 1985	1 Lv
23 – Relações de Cobrança e Guias de Transferência	1977 - 1985	3 Cx

#### Subsistema CDAS – Director

#### ADA - CDAS a

SR.:

01 – Abono de Família e Caixa de Previdência dos Internados	... 1977 - 1991	16 Pt
02 – Aproveitamento Escolar dos Internados	... 1977 - 1983	6 Pt
03 – Assuntos Judiciais dos Internados	1977; 1985; 1991	2 Pt
04 – Avisos, Declarações e Circulares	1978 - 1989	4 Pt
05 – Banda de Música	1978 - 1980; 1983 - 1984	5 Pt
06 – Depósitos Bancários dos Internados	... 1977 - 1991	18 Pt
07 – Documentos dos Internados	... 1977 - 1985	3 Pt
08 – Guias de Admissão de Menores	... 1977 - ...	16 Pt
09 – Guias de Saída de Internados	... 1977 - 1991	16 Pt
10 – Internamentos	... 1977 - 1991	15 Pt
11 – Mapas de Movimentos de Menores	... 1977 - 1991	15 Pt
12 – Propostas, Orçamentos, Fornecimentos e Aquisições	... 1977 - 1989	13 Pt
13 – Relação das Despesas do Internato Distrital de Aveiro	... 1977 - 1979	1 Lv

14 – Relatórios Mensais e Anuais	... 1977 - 1990	2 Pt; 1 Mç
15 – Reparações	1979	1 Pt
16 – Subsídios e Ofertas	... 1977 - 1991	11 Pt

#### Serviços Administrativos

CDAS aa

SR.:

01 – Assuntos com o Centro Regional de Segurança Social	1978 - 1979; 1988 - 1991	5 Pt
02 – Assuntos Diversos	... 1977 -1991	17 Pt
03 – Correspondência Recebida	1991 - ...	1 Pt
04 – Correspondência Recebida e Expedida	1991 - ...	1 Pt

05 – Gestão dos Recursos Humanos do Colégio  
Distrital Dr. Alberto Souto

SSR.:

01 – Assuntos de Pessoal	... 1977 - ...	18 Pt
02 – Faltas e Férias dos Funcionários	1988	1 Pt
03 – Fichas Individuais de Trabalhadores do Colégio Distrital Dr. Alberto Souto	1985	1 Mç
04 – Folhas de Ponto dos Funcionários	1983 - 1986; 1990	2 Pt
05 – Folhas de Ponto e Mapas de Frequência dos Funcionários	1982 - 1983; 1989	2 Pt
06 – Livro de Ponto dos Funcionários	1988 - ...	2 Lv
07 – Mapas de Frequência do Pessoal	... 1977 - 1981; 1986 - 1988	5 Pt
08 – Mapas de Ponto dos Funcionários	1985 - 1991	7 Pt
09 – Mapas Mensais de Despesas e Folhas de Ponto dos Funcionários	1978 - 1979	2 Pt
10 – Registo de Assiduidade do Pessoal	1991 - ...	2 Cx
11 – Registo de Assiduidade do Pessoal Eventual	1991 - ...	1 Cx
12 – Relações de Frequência do Pessoal	1985 - 1990	3 Pt
06 – Livro de Registo de Chamadas Telefónicas	1987 - 1991	2 Lv
07 – Mapas Mensais de Despesas	... 1977 - 1991	11 Pt
08 – Minutas da Correspondência Geral	... 1977 - 1991	8 Cx



<b>Serviços Sociais</b>			<b>CDAS ae</b>
SR.:			
01 – Actividade Profissional dos Internados	1978	1 Pt	
02 – Fichas Resumo da Situação Familiar dos Internados	1985	1 Mç	
03 – Pedidos de Internamento	1983	1 Mç	
04 – Processos de Admissão de Menores	... 1977 - 1991	142 Pt	
05 – Processos de Menores Saídos	... 1977 - 1980	1 Mç	
06 – Processos Individuais dos Internados	... 1977 - 1991	124 Pt	
<b>Subsistema STF – Direcção / Director</b>			<b>ADA - STF a</b>
SR.:			
01 – Notas de Despesas Relativas a Trabalhos Efectuados	... 1977 - 1980	1 Pt	
02 – Obras de Restauro (Internato, Casa da Criança e Sede da Junta Distrital)	... 1977 - 1979	1 Pt	
03 – Requisições de Material	... 1977 - 1978	1 Pt	
<b>Secretaria</b>			<b>STF ad</b>
SR.:			
01 – Assuntos de Pessoal	... 1977 - 1979	1 Pt	
02 – Cópias de Ofícios Expedidos	1977 - 1979	3 Cx	
03 – Correspondência dos Serviços Técnicos de Fomento (Assinada pelo Eng.º Chefe)	1980 - 1981	1 Pt	
04 – Correspondência Recebida e Expedida Respeitante a Trabalhos Executados para as Câmaras Municipais			
SSR.:			
01 – Assistência Técnica à Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha	1977 - 1980	1 Pt	
02 – Correspondência Respeitante à Câmara Municipal de Sever do Vouga	1977 - 1979	1 Pt	

03 – Trabalhos de Saneamento da Vila de Albergaria-a-Velha	... 1977 - 1980	1 Pt
04 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha	1979 - 1980	1 Pt
05 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Estarreja	1978 - 1979	1 Pt
06 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Ílhavo	... 1977 - 1979	1 Pt
07 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Mealhada	... 1977 - 1979	1 Pt
08 – Trabalhos para a Câmara Municipal da Murtosa	1979	1 Pt
09 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	... 1977 - 1980	1 Pt
10 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Sever do Vouga	1979	1 Pt
11 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Vagos	... 1977 - 1980	1 Pt
12 – Trabalhos para a Câmara Municipal de Vale de Cambra	... 1977 - 1979	1 Pt

Subsistema **Arquivo Distrital de Aveiro**

**ADA -**  
**ADA**

SR.:

01 – Fotocópias dos Recibos das Certidões Passadas pelo Arquivo Distrital de Aveiro	1981 - 1983	1 Cx
02 – Receitas do Arquivo Distrital de Aveiro	1985	1 Pt
03 – Relações de Frequência dos Funcionários do Arquivo Distrital de Aveiro	1978 - 1980	1 Mç

## GRÁFICOS

A informação que se segue, que convencionámos representar sob a forma de gráficos, foi conseguida, sobretudo, através da análise de documentação produzida pelos vários serviços que, ao longo do período 1960-1991 (quando disponível, avançamos mais no tempo; recuar é quase impossível), serviram os propósitos da Junta Distrital de Aveiro e, posteriormente, da Assembleia Distrital de Aveiro. Essa informação foi alvo de sintetização e cruzamento – na medida do possível – por entre a documentação que esteve na sua origem: relatórios e contas de gerência, orçamentos de receita e de despesa, despachos, editais, ordens de serviço, livros de ponto, folhas de assiduidade, relações de faltas, relações e processos de funcionários, contratos de pessoal, entre outros.

Lamentamos as lacunas – imensas – que impossibilitam uma leitura mais completa e, por isso, conclusiva. Serve isto para dizer que os gráficos que compilámos poderão, foi esse o nosso objectivo, ajudar a alcançar, juntamente com todos os instrumentos de leitura e análise que desenvolvemos nesta pesquisa, o sentido holístico pretendido para qualquer trabalho de investigação na área da Arquivística. Deste modo, os indicadores que este tipo de representação da informação (gráficos) nos oferece, poderão ser bastante úteis para uma mensura mais ou menos correcta da estrutura organizacional em causa, com dados relativos a um número significativo de aspectos que caracterizam a informação e a estrutura que a produziu.

Essas representações têm por base, quase sempre, números e, por isso, reflectem a limitação deste género de análise. Com elas, quisemos completar, como referimos, este trabalho, para que quem o leia, possa ter uma outra dimensão – talvez mais humana, mais concreta – do que foi e o que produziu o sistema de informação/arquivo Assembleia Distrital de Aveiro.

Assim, avançamos dados (quantitativos apenas, insistimos) relativos ao pessoal que prestou serviço nos órgãos do sistema Assembleia Distrital de Aveiro, utentes que beneficiaram do seu apoio e as dotações financeiras que tornaram possível a missão que, ao longo de três décadas, esta estrutura assegurou.

Gráfico A: Relação dos Internados no Colégio Distrital

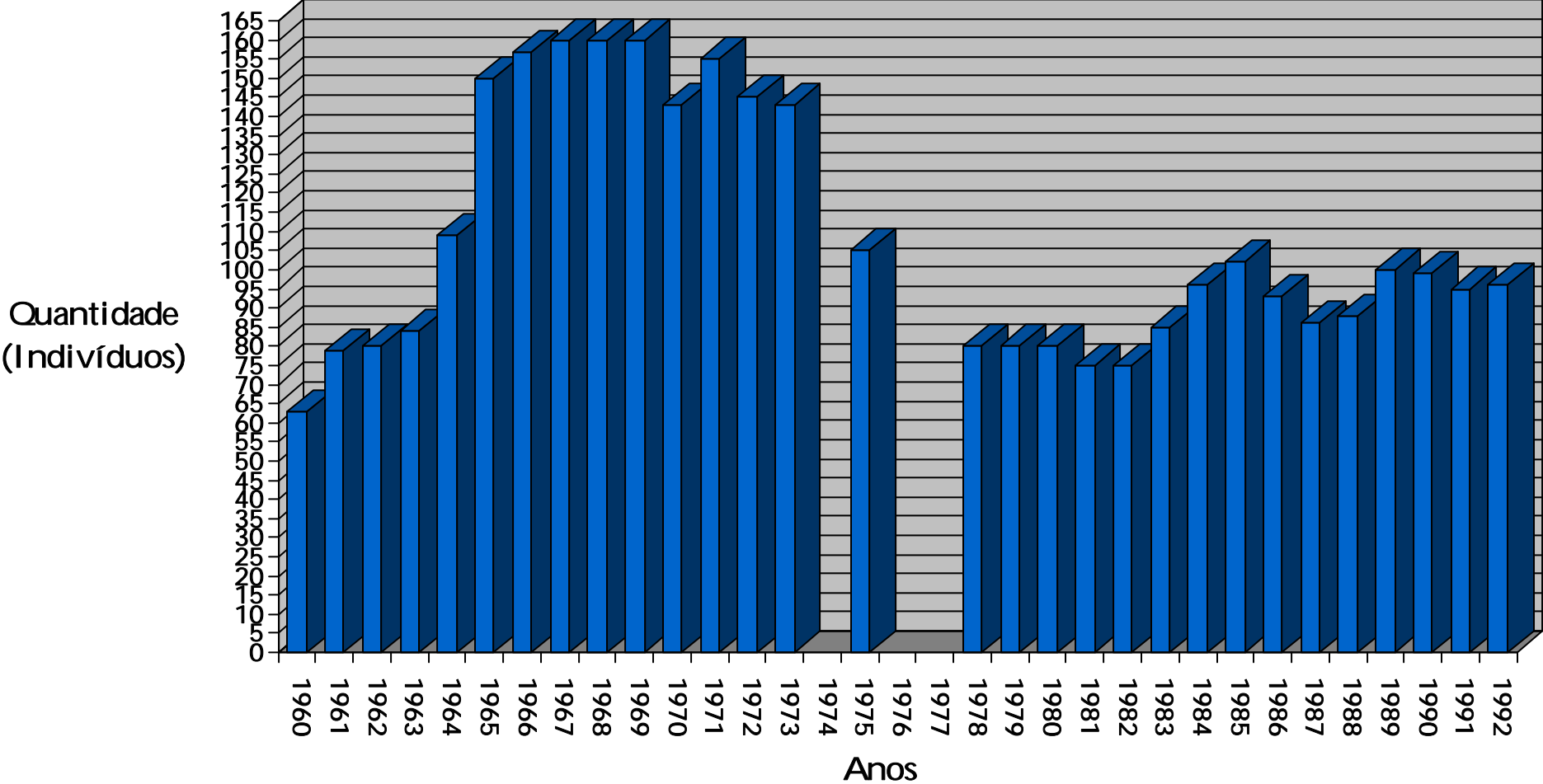


Gráfico B: Relações de frequência das Casas da Criança

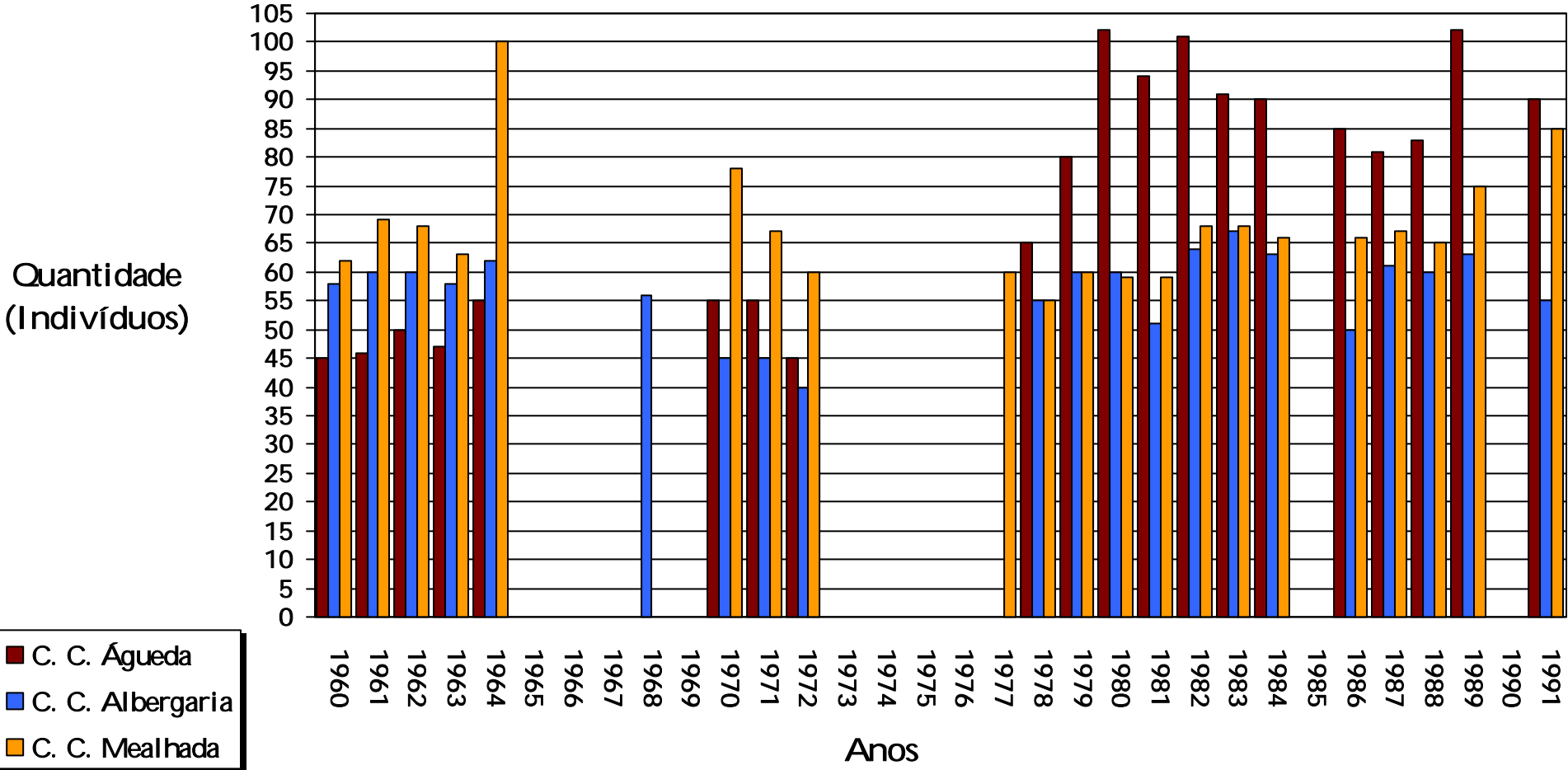


Gráfico C: Evolução das Despesas com os Serviços Técnicos de Fomento

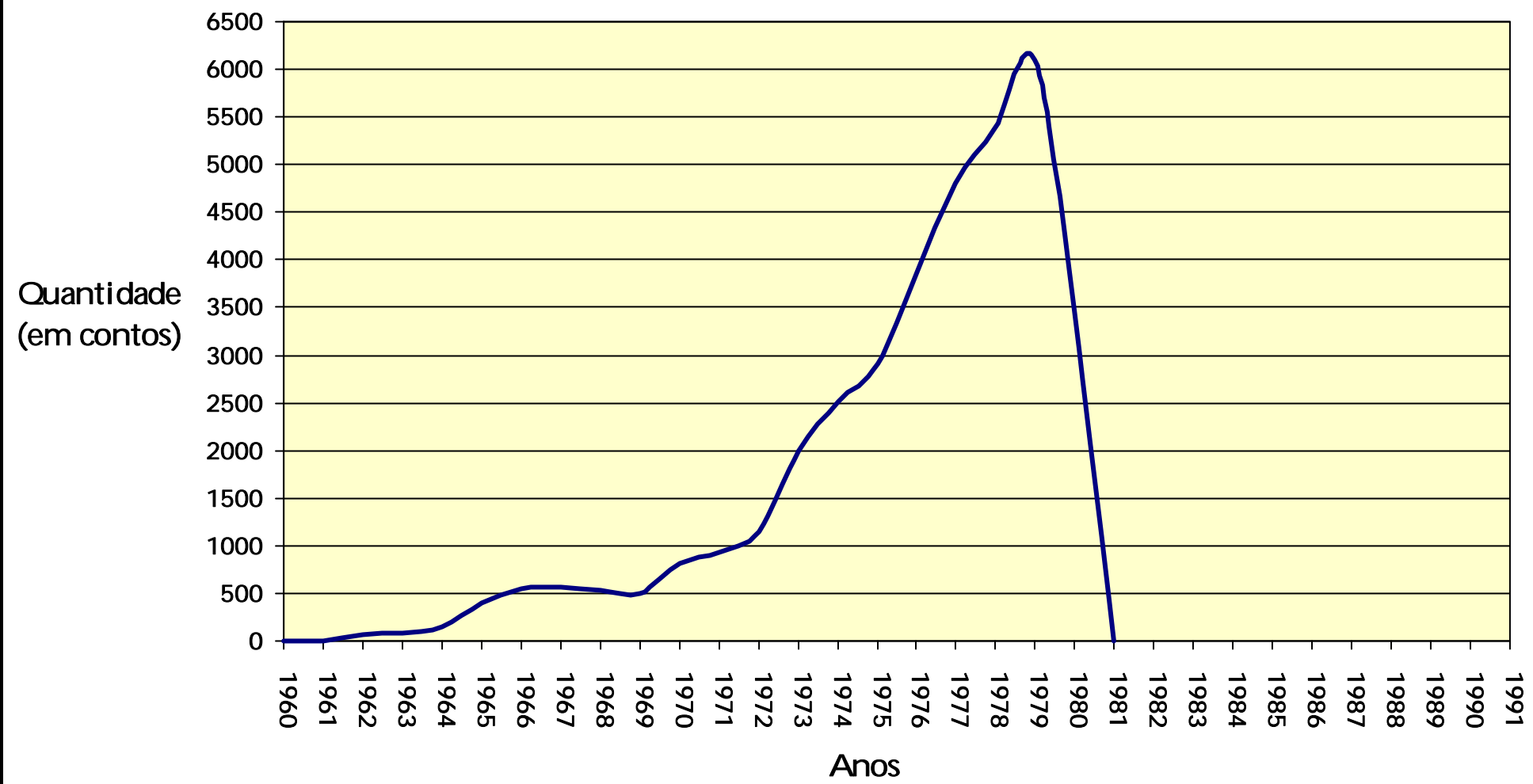


Gráfico D: Evolução de Projectos elaborados pelos Serviços Técnicos de Fomento

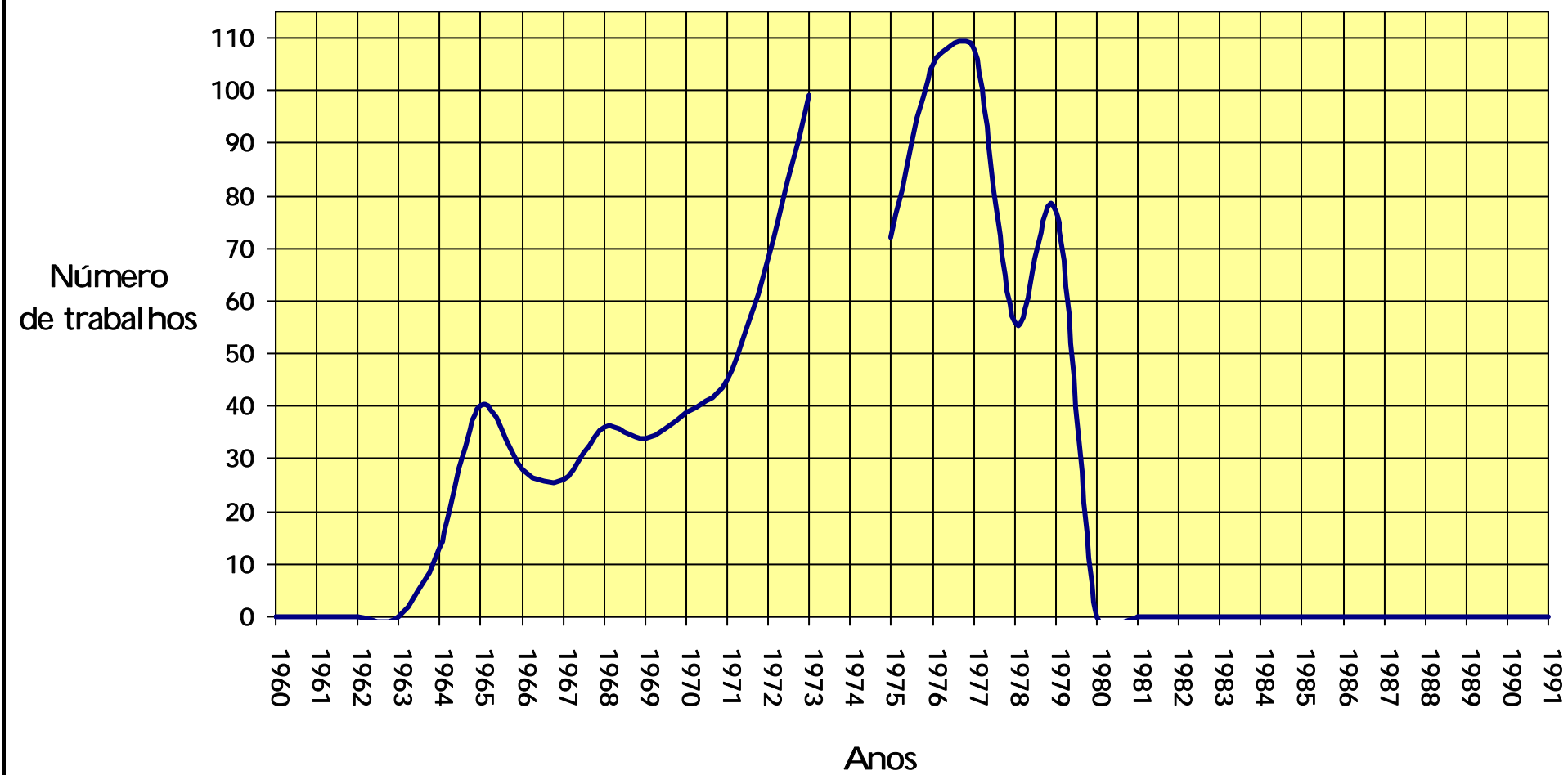




Gráfico E: Relação da Receita e Despesa total do Sistema Assembleia Distrital de Aveiro

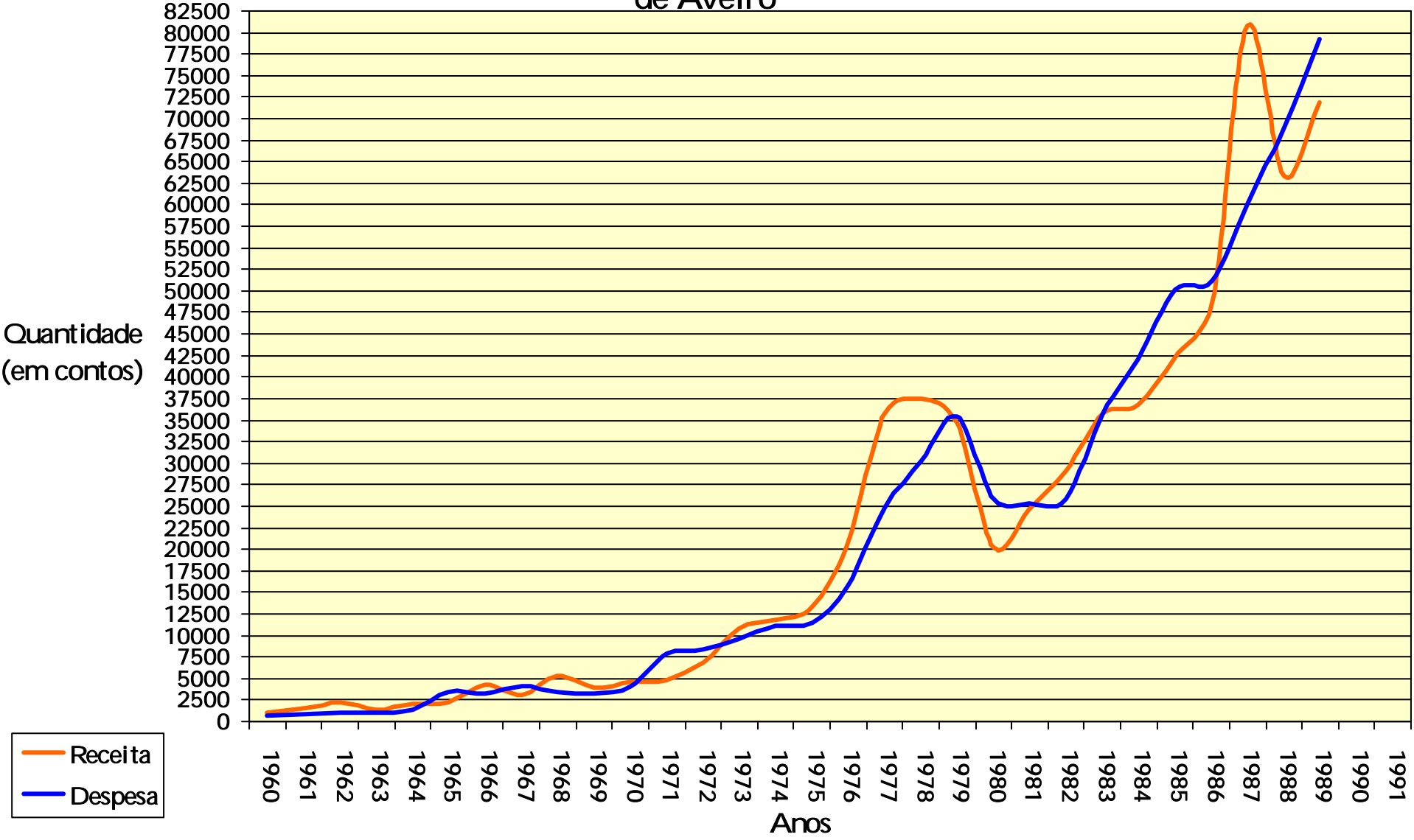


Gráfico F: Evolução da Despesa com a Presidência da Assembleia Distrital de Aveiro

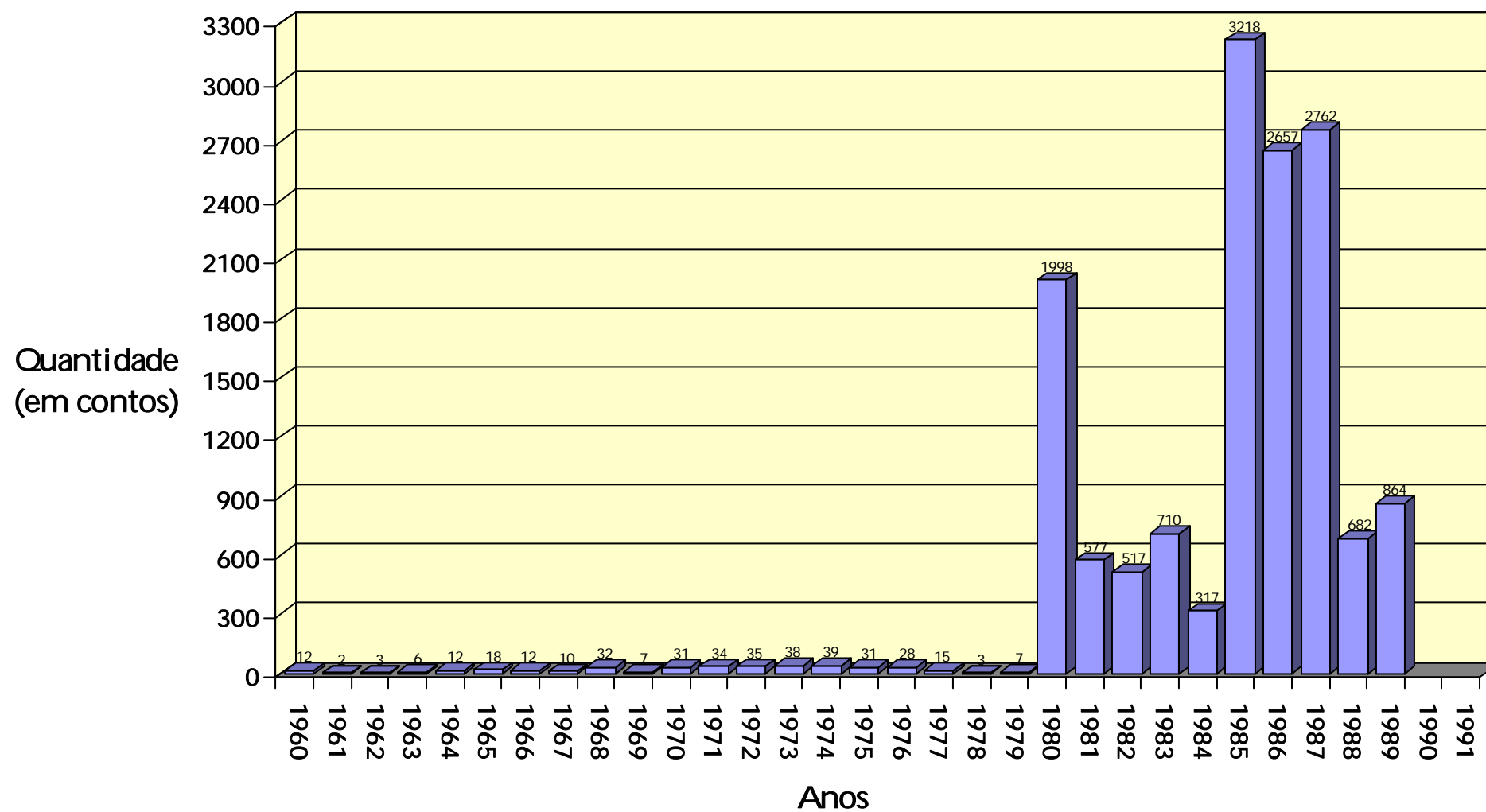


Gráfico G: Evolução da Despesa com a Tesouraria da Assembleia Distrital de Aveiro

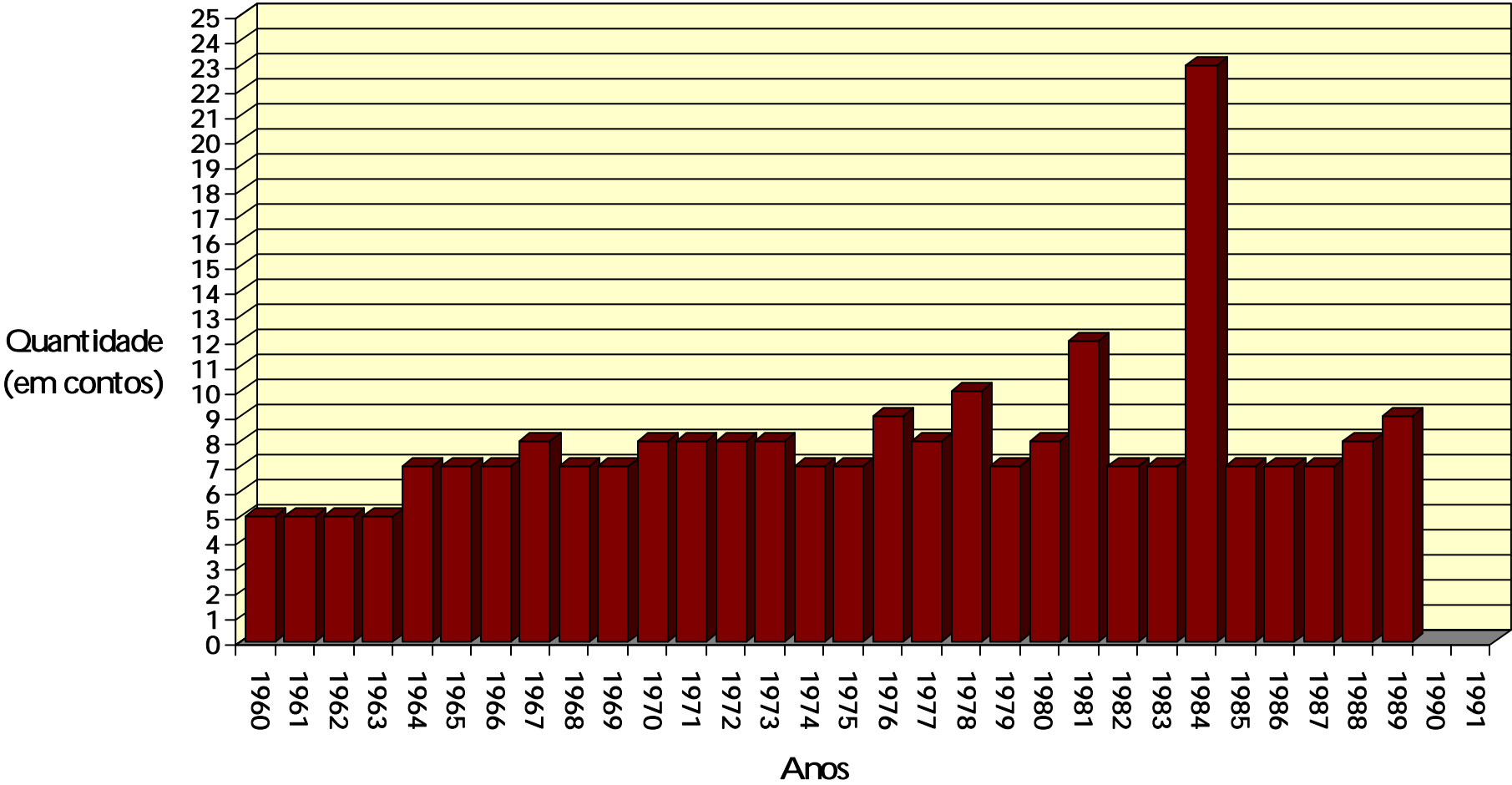


Gráfico H: Evolução da Despesa com a Secretaria da Assembleia Distrital de Aveiro

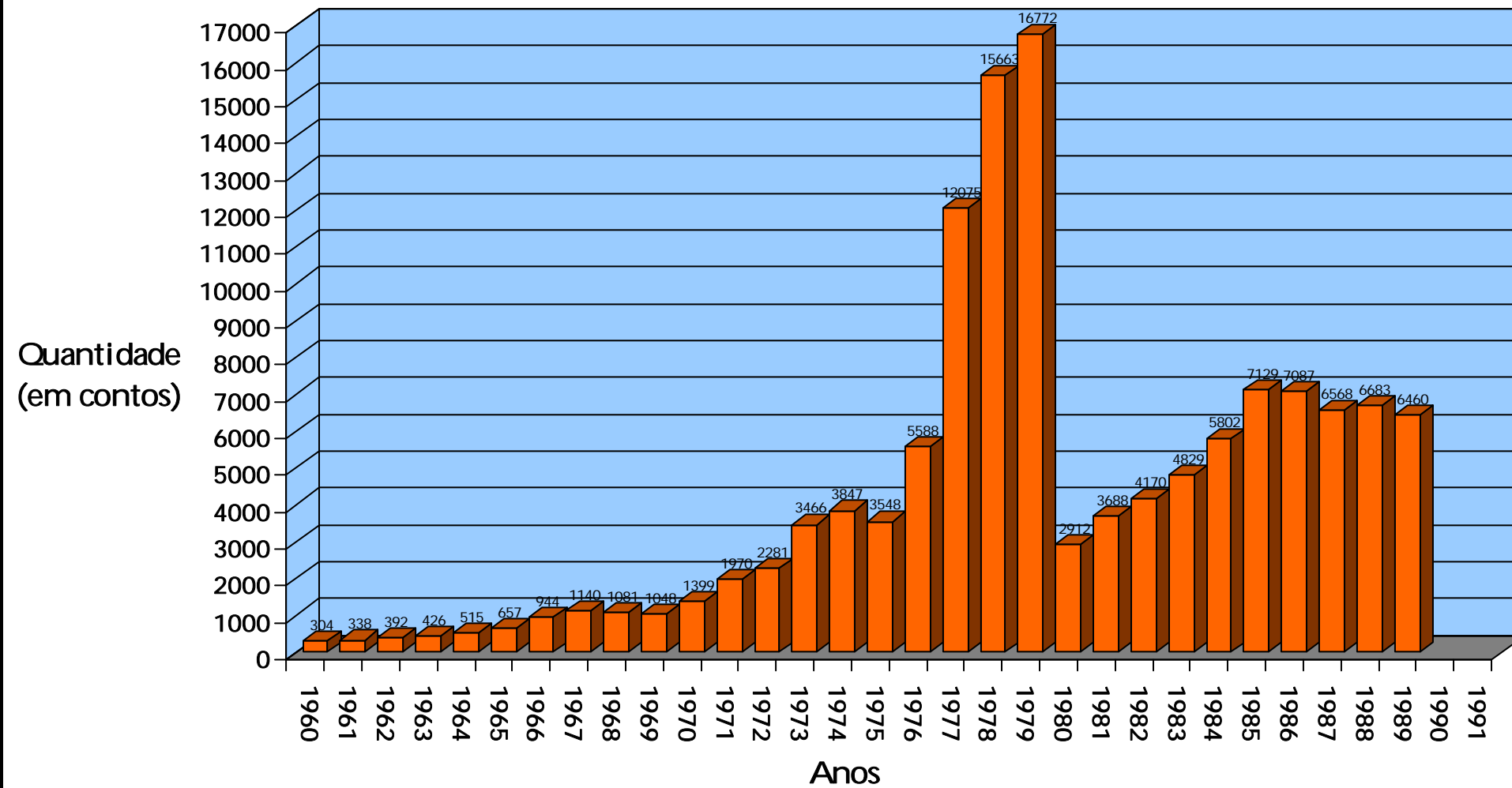


Gráfico I: Evolução da Despesa com o Colégio Distrital

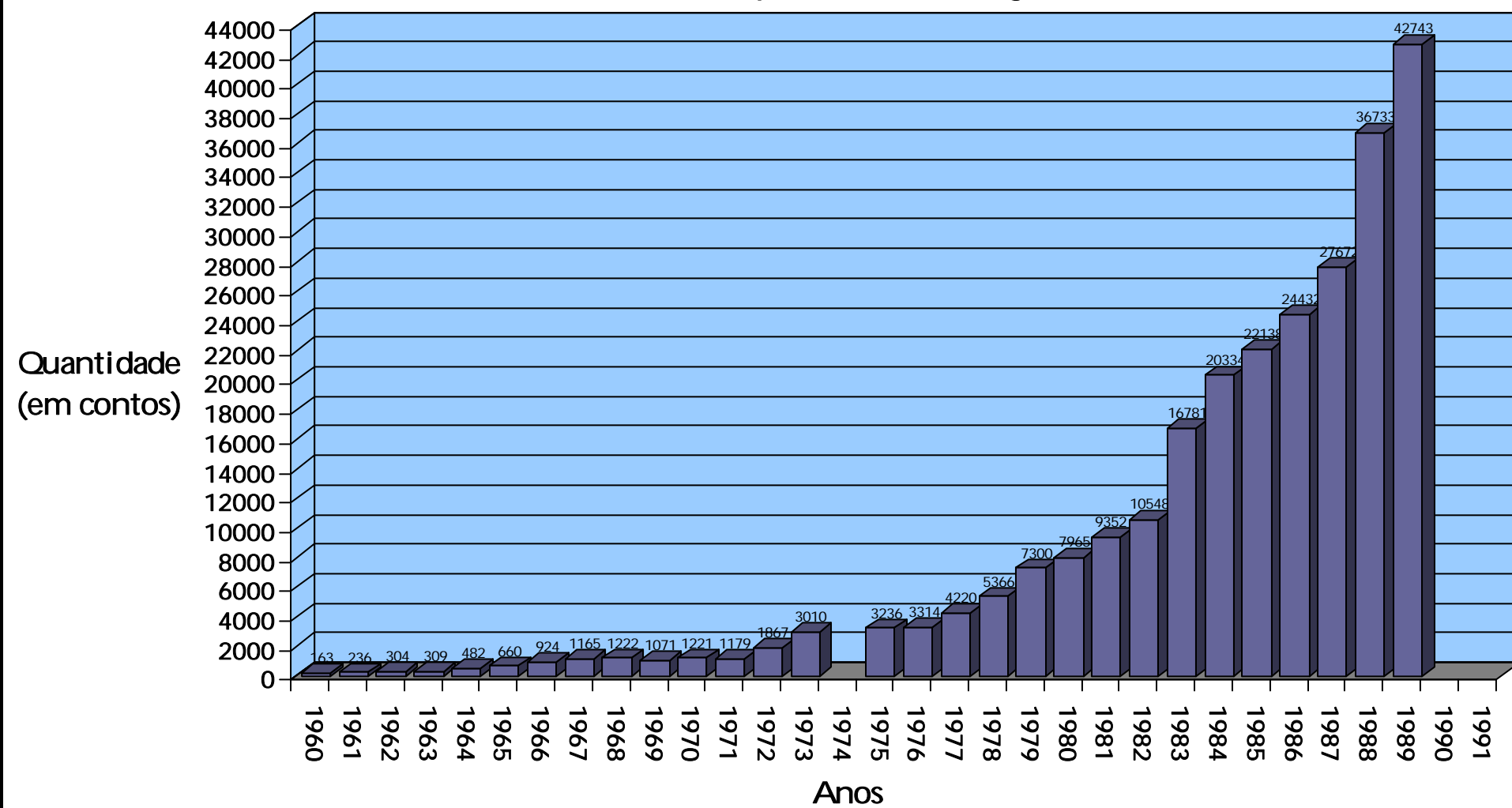


Gráfico J: Evolução da Despesa da Assembleia Distrital de Aveiro com as Atribuições de Assistência

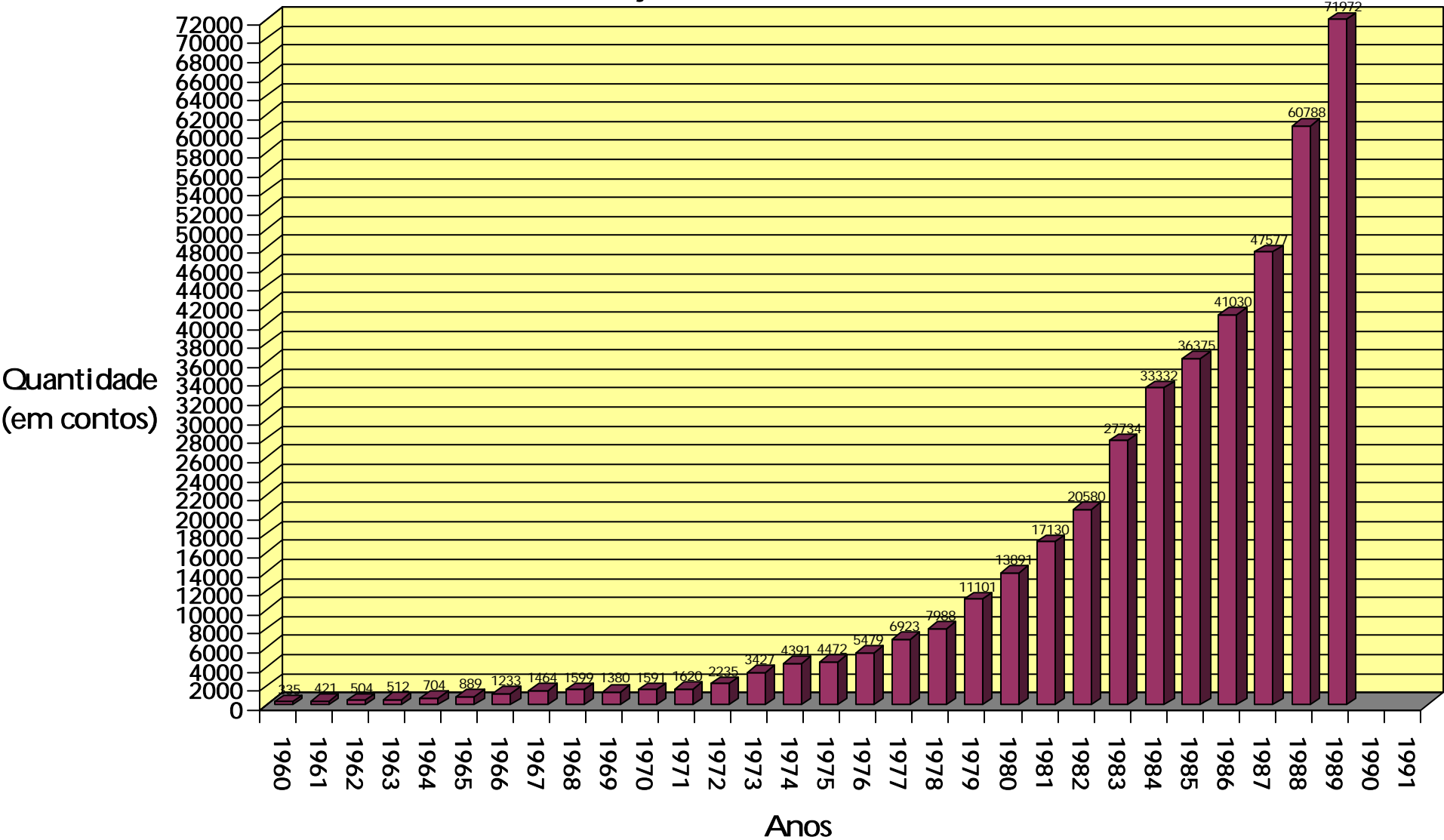


Gráfico L: Evolução da Despesa da Assembleia Distrital de Aveiro com as Atribuições de Fomento

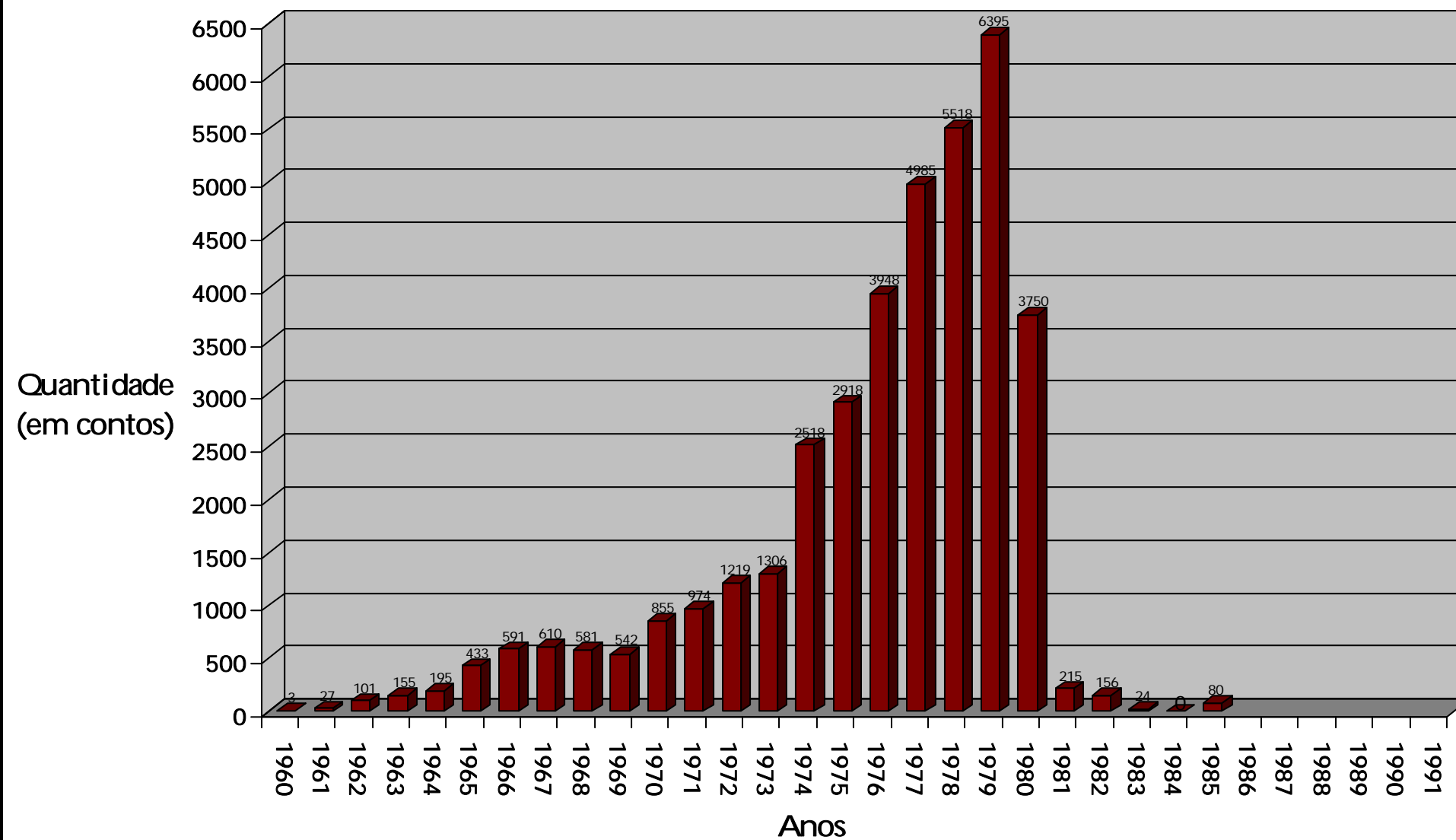


Gráfico M: Evolução da Despesa da Assembleia Distrital de Aveiro com as Atribuições de Cultura

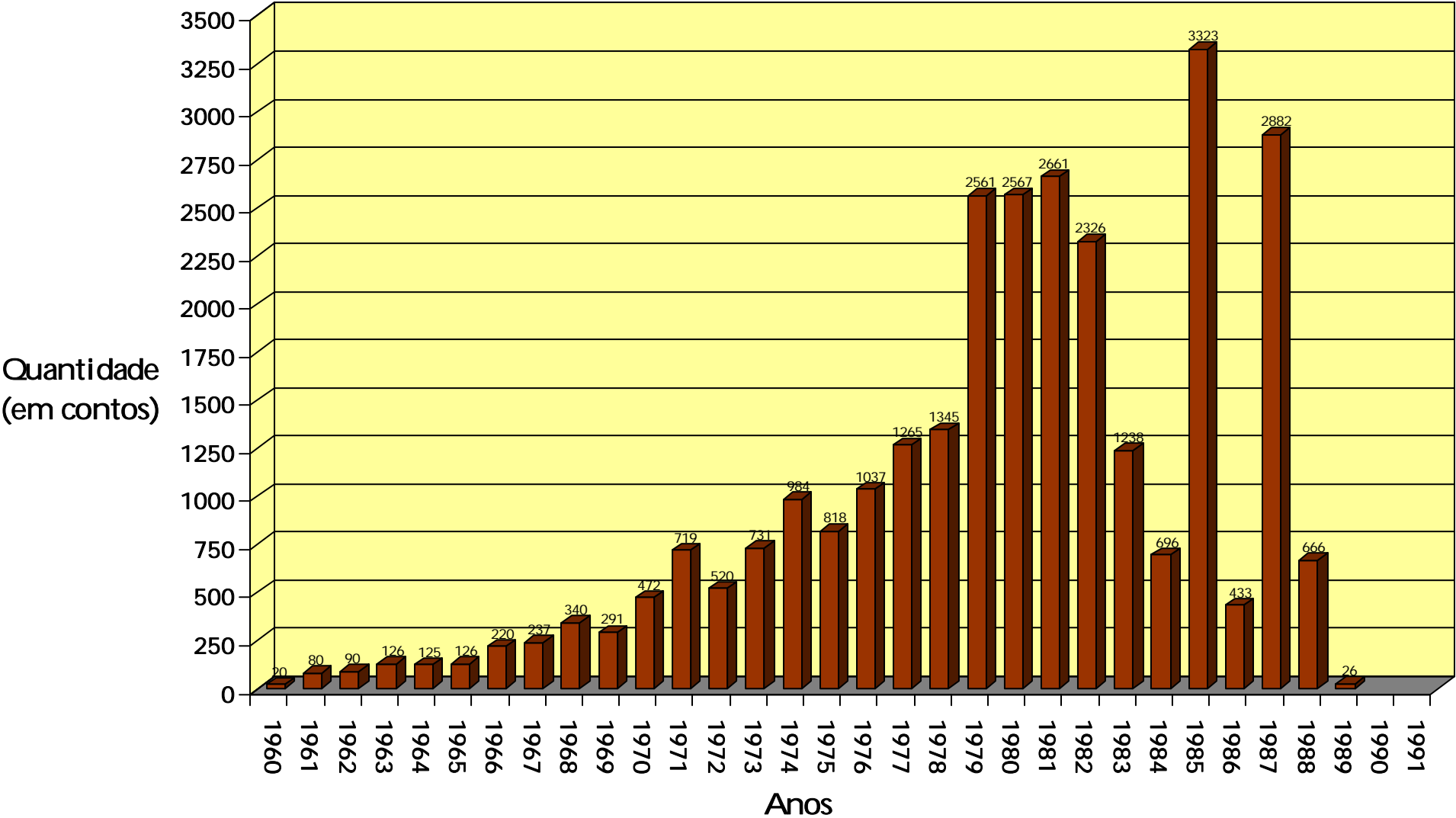




Gráfico N: Evolução da Despesa da Assembleia Distrital de Aveiro com as Casas da Criança

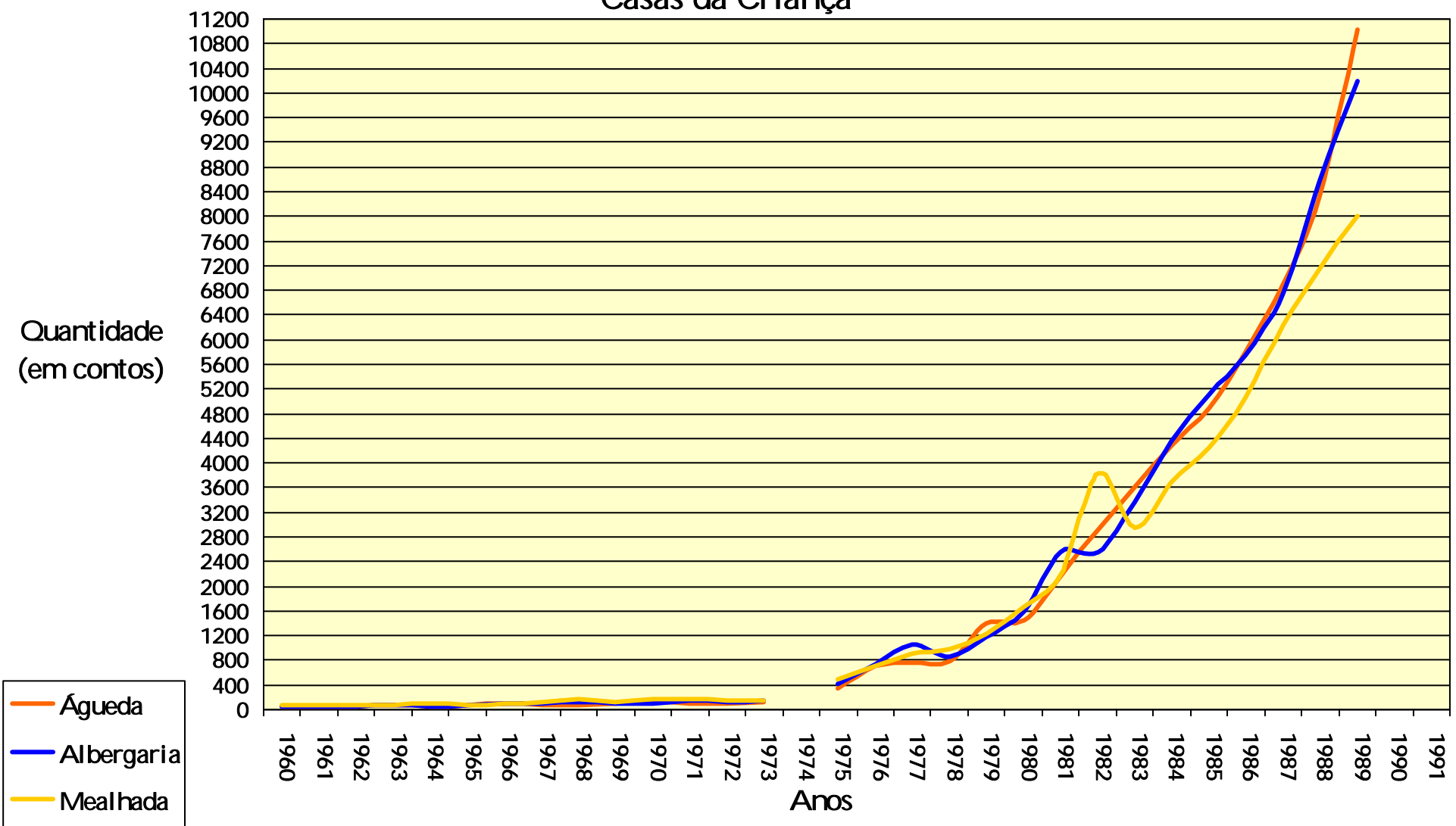


Gráfico O: Evolução da Despesa (por Atribuições) do sistema Assembleia  
Distrital de Aveiro

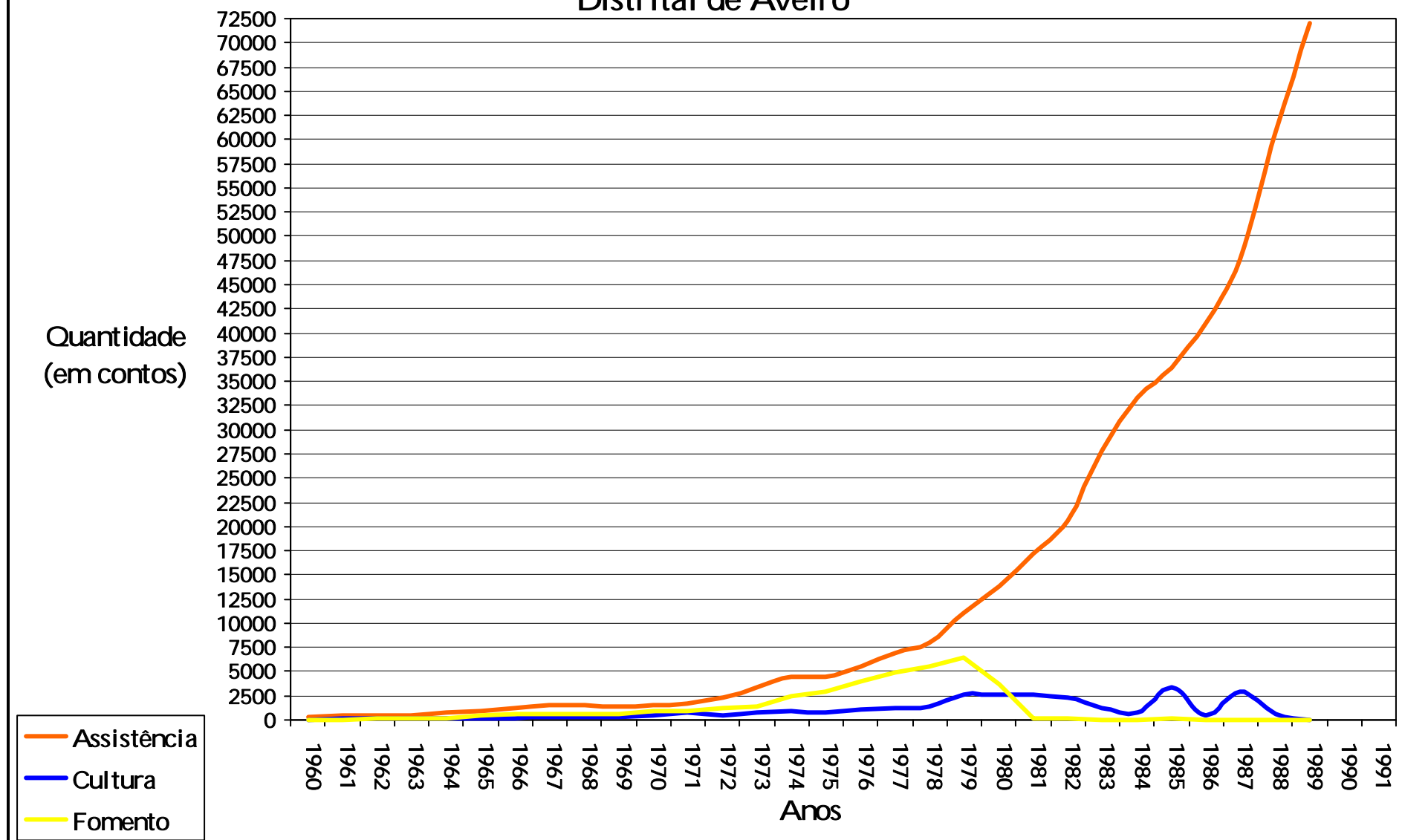


Gráfico P: Evolução dos Funcionários ao Serviço do Colégio Distrital

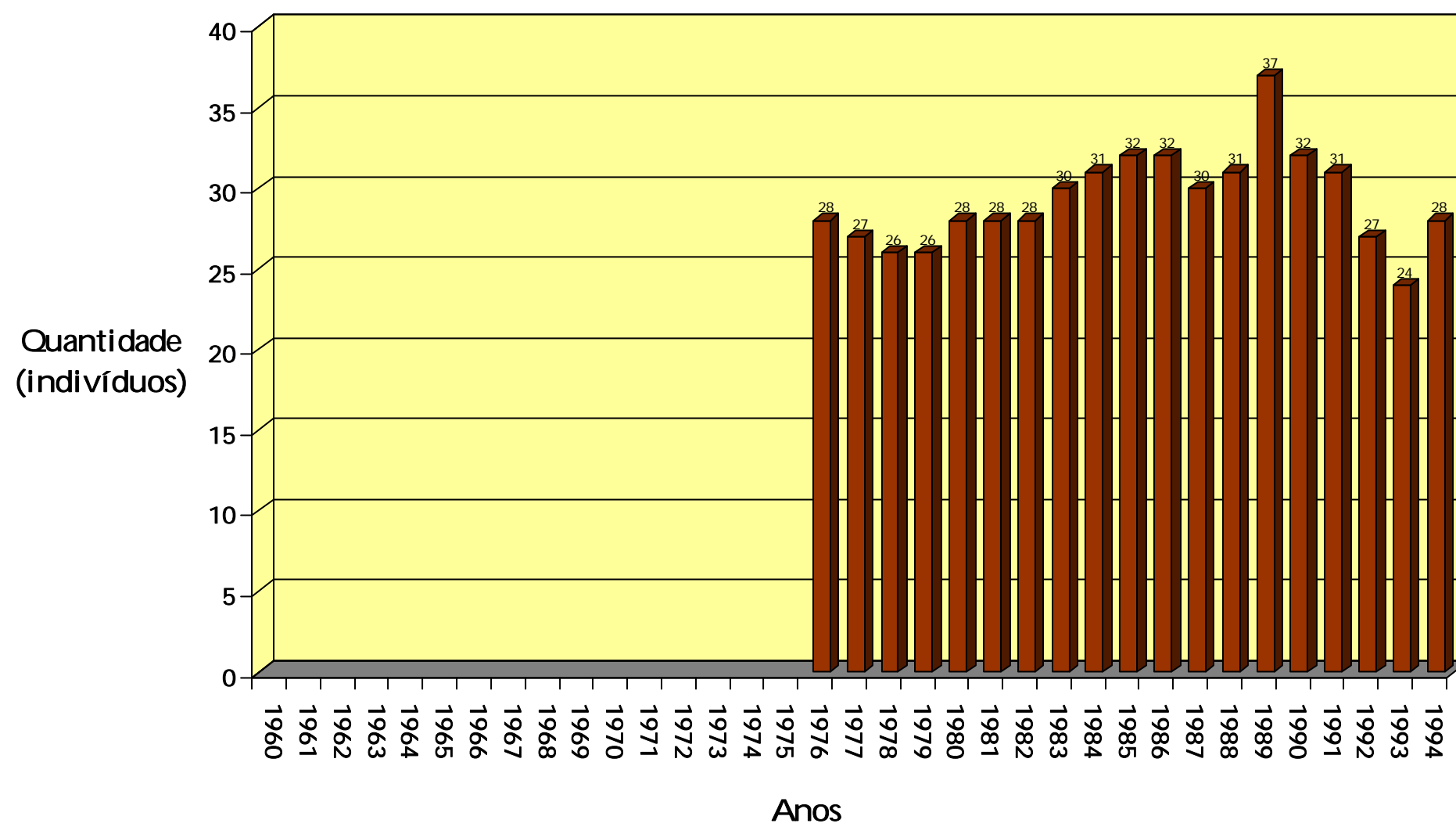


Gráfico Q: Evolução dos Funcionários ao Serviço da Casa da Criança de Águeda

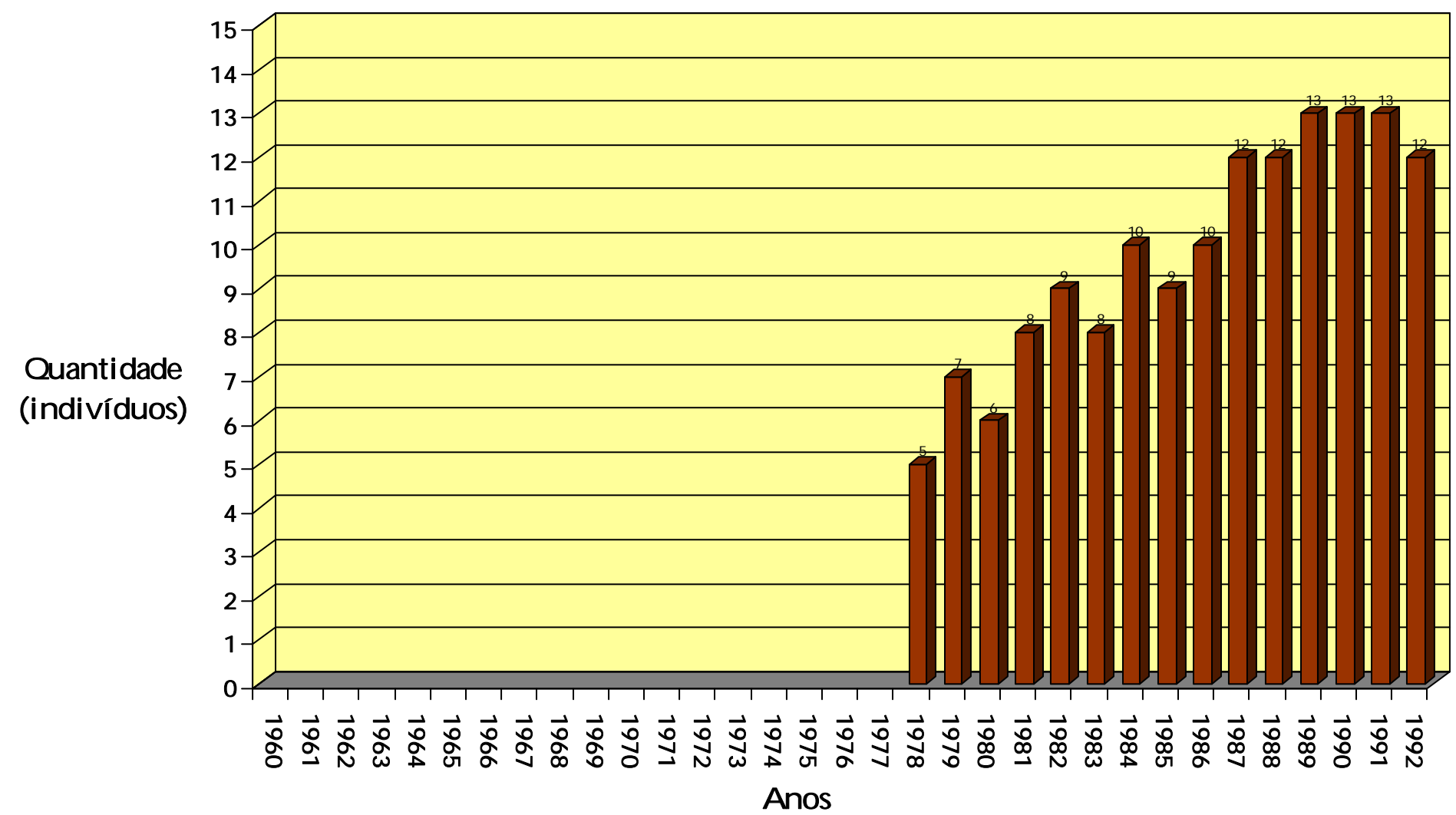


Gráfico R: Evolução dos Funcionários ao Serviço da Casa da Criança de Albergaria-a-Velha

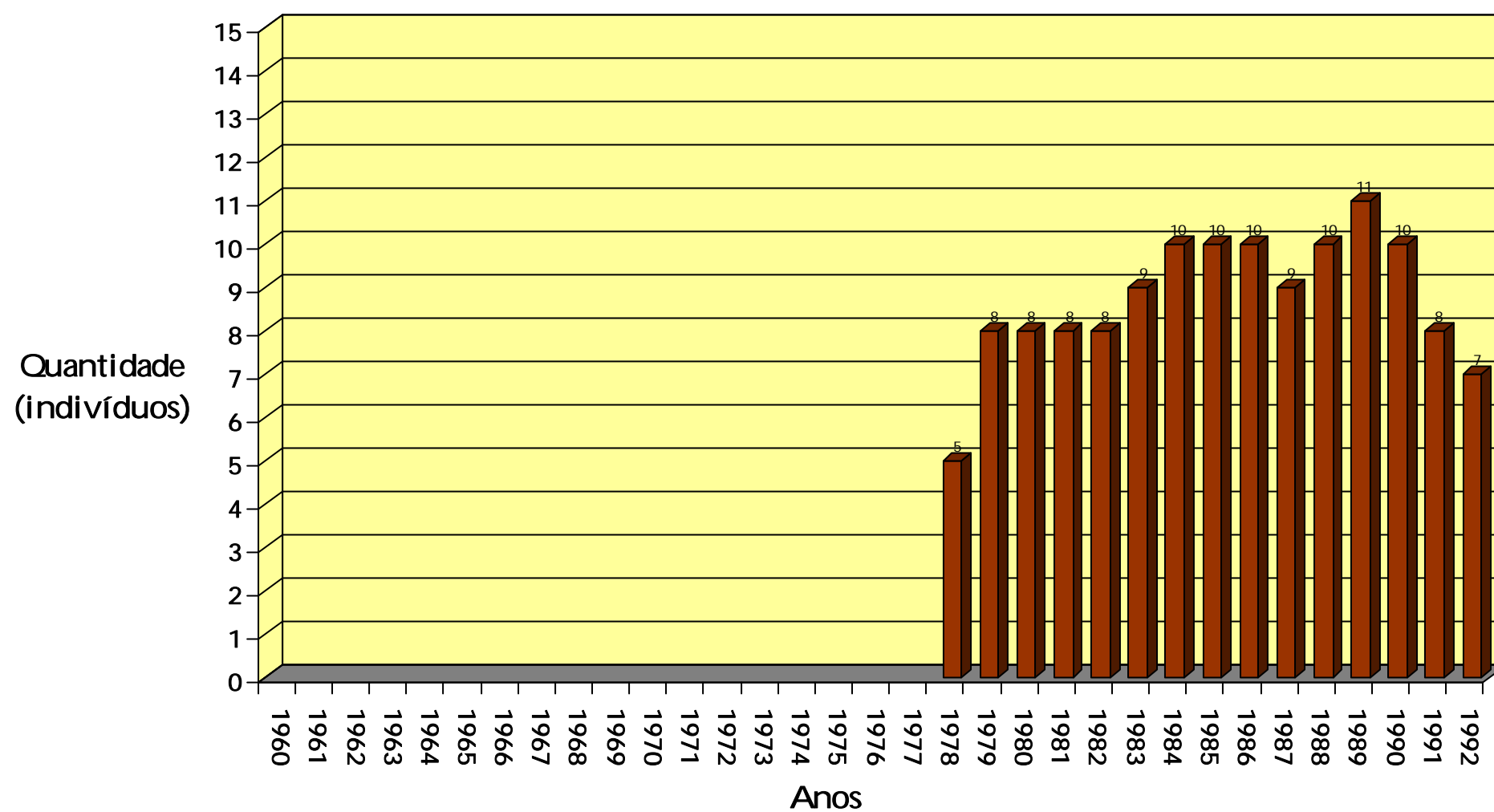


Gráfico S: Evolução dos Funcionários ao Serviço da Casa da Criança da Mealhada

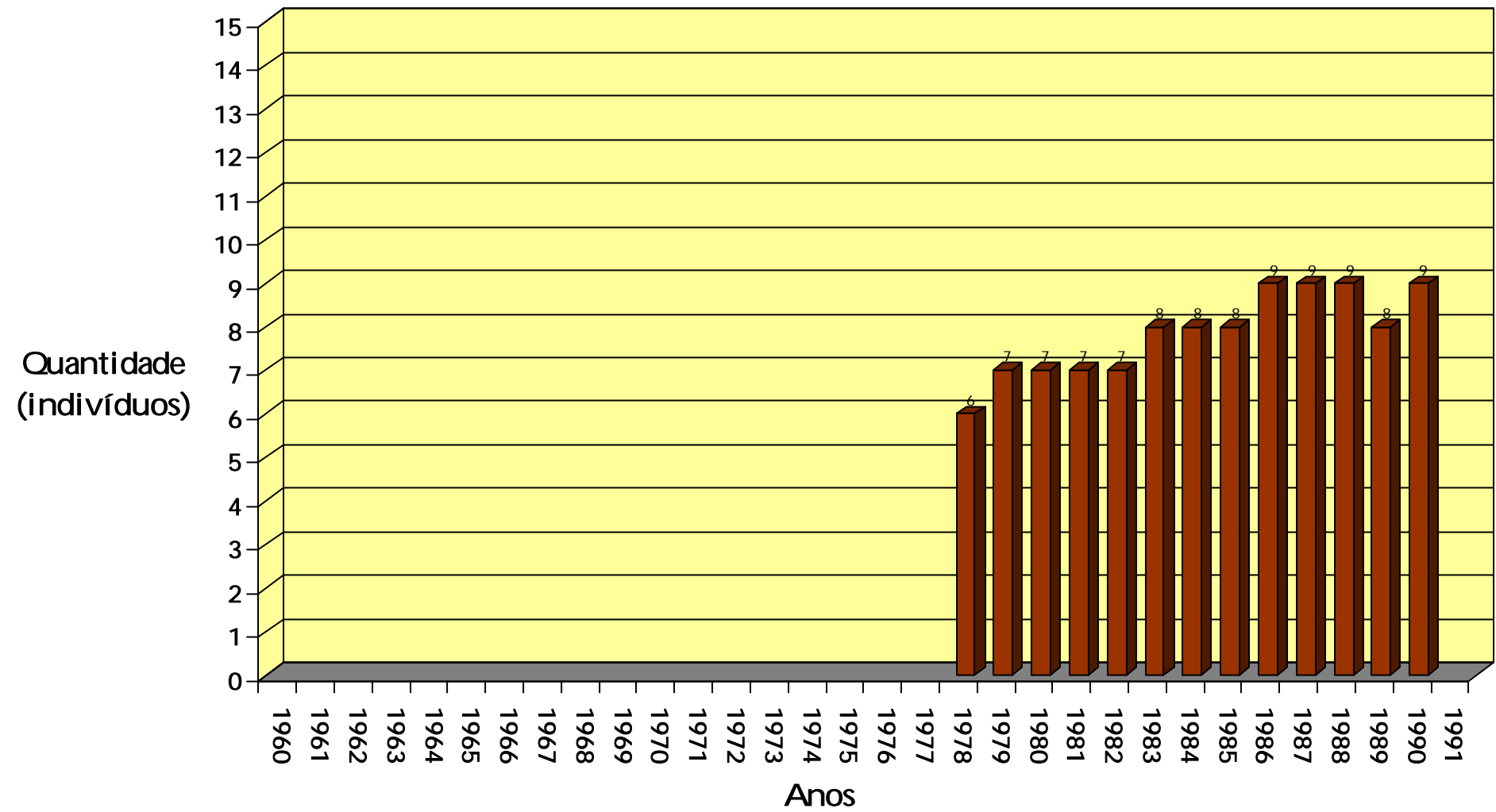


Gráfico T: Evolução dos Funcionários ao Serviço da Secretaria Distrital

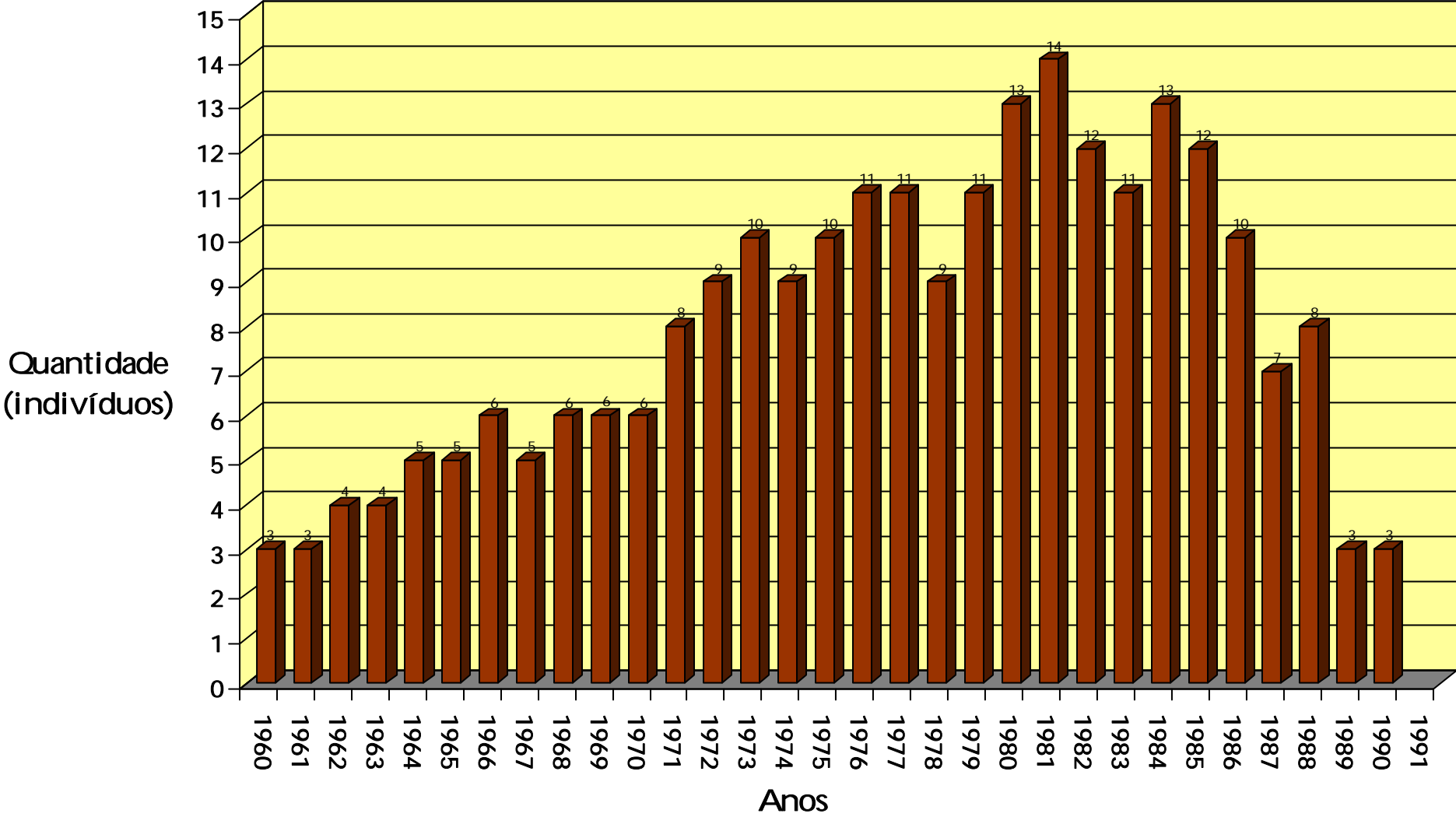


Gráfico U: Evolução dos Funcionários ao Serviço dos Serviços Técnicos de Fomento

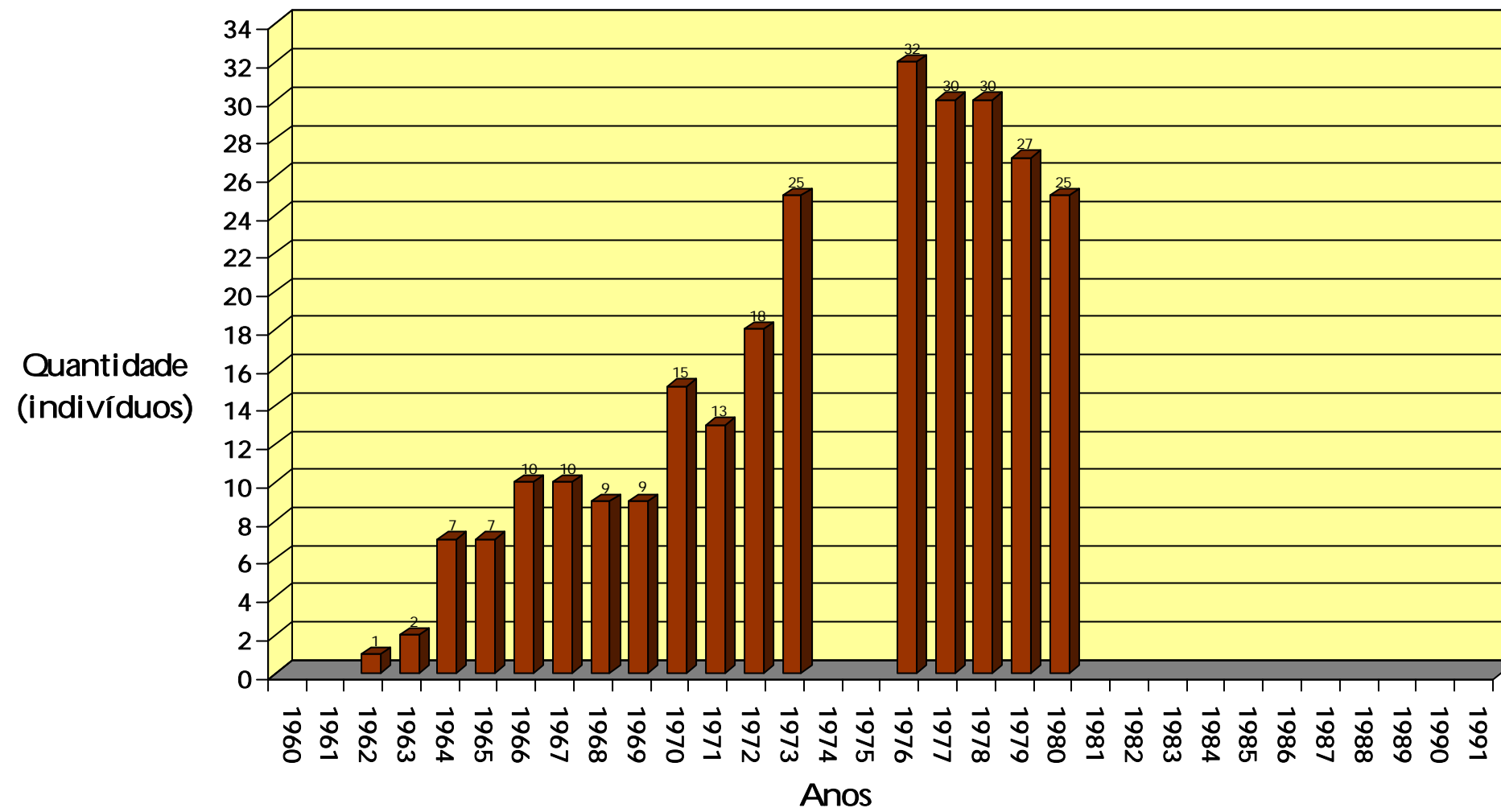
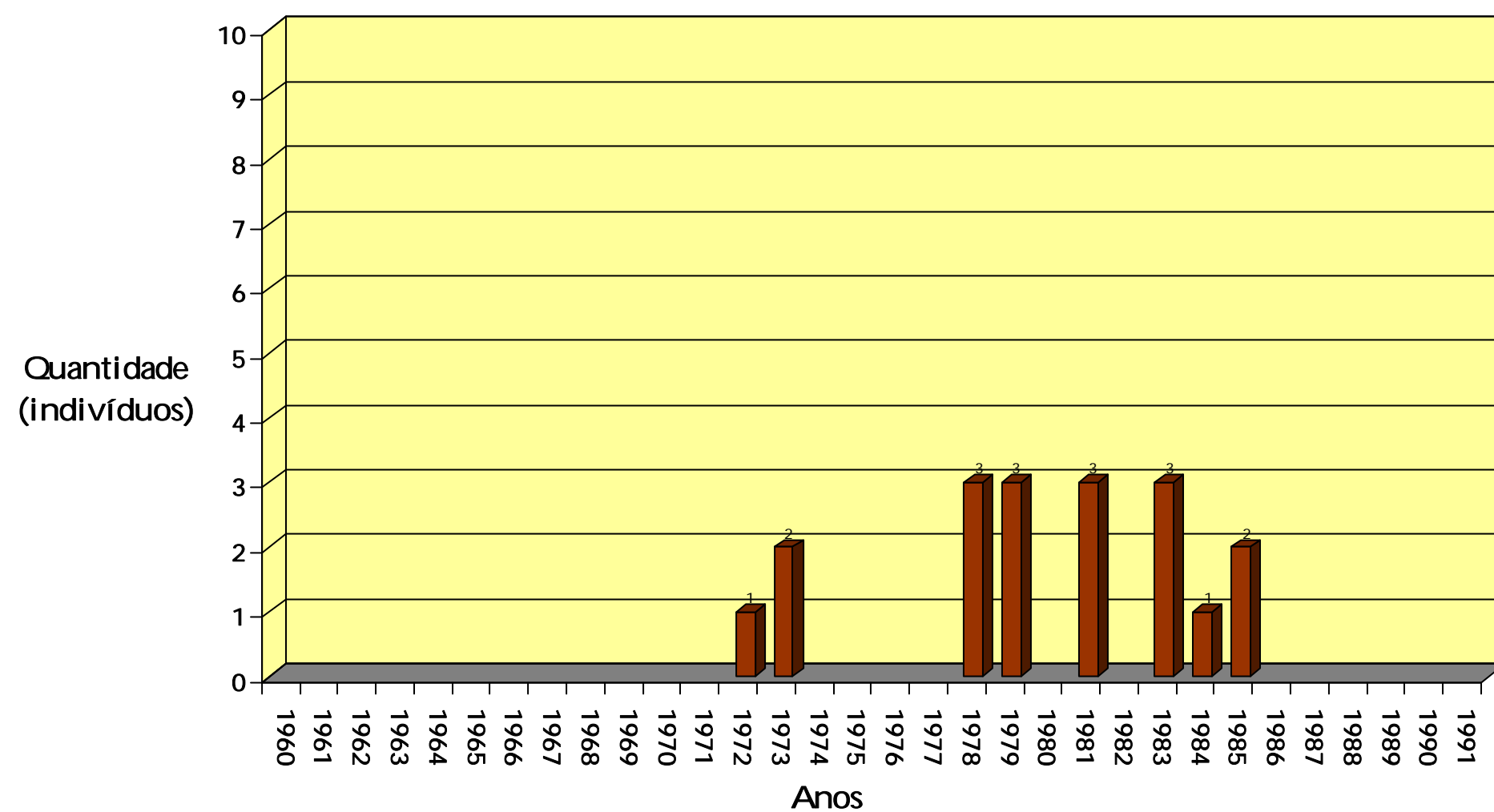




Gráfico V: Evolução dos Funcionários ao Serviço do Arquivo Distrital de Aveiro



## CONCLUSÃO

O que acabámos de propor ao longo destas páginas foi, assim pugnámos, uma abordagem teórico-prática ao estudo de uma organização, dos seus agentes, das suas práticas, da sua dimensão estrutural e, também, do seu legado. Para tal, baseámo-nos numa certa interpretação científica da Arquivística, que só recentemente começou a dar os primeiros frutos e cujo sucesso e aceitação carecem de mais e melhor explanação prática (estudos de caso, por exemplo), como se intenta na presente investigação. Mais uma vez, tomámos como condições essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa a assunção da Arquivística como disciplina aplicada da Ciência da Informação, disciplina que possui como objecto a informação social estruturada em sistemas (semi-)fechados e, como método, o método quadripolar.

Uma das manifestações da actividade humana é, entre outras, a escrita, surgida da necessidade que o Homem tem de registar informações, conhecimentos ou sentimentos e perpetuar memórias. Os registos escritos materializam a memória individual e colectiva da humanidade. Isto leva-nos à tomada de consciência de que é indispensável conservar esses testemunhos; nesta medida, é lícito afirmar que os arquivos acabam por ter origem com a própria escrita. Mas, no presente trabalho, não foi a salvaguarda do valor testemunhal da informação que constituiu o seu principal móbil.

Procurámos, com o estudo de caso – a análise orgânico-funcional do sistema de informação/arquivo Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991), contribuir para a compreensão progressiva do processo informacional que envolve e perpassa toda e qualquer organização, para o conhecimento sistémico dessas organizações, para a acumulação do conhecimento arquivístico através da aplicação e validação dos seus pressupostos teóricos e, finalmente, para a consolidação e divulgação da Arquivística enquanto corpo de saber.

Apresenta-se ainda, no epílogo desta investigação, a necessidade de afirmar e, se necessário, reafirmar, o carácter actual, indispensável e premente que a aplicação dos postulados da disciplina podem ter no futuro de qualquer organização que tenha por objectivo triunfar num mundo extremamente globalizado e competitivo como o dos nossos dias.

Serve isto para dizer que, apesar de certos preconceitos<sup>195</sup>, a Arquivística pela qual nos batemos é uma área do saber caracterizada pelo dinamismo, pela optimização de recursos, pela abertura, por uma sólida matriz epistemológica, pela inovação, por uma intervenção crítica e potenciadora de resultados, etc. Deste modo, a “nova” Arquivística pode, e deve, incidir em aspectos organizativos tão diversos como os procedimentos, as formas de gestão, os recursos humanos e materiais, a estrutura organizacional, entre outros.

Tal só será possível quando, primeiramente, os próprios arquivistas tomarem consciência do que se exige da disciplina e de tudo o que eles podem oferecer às organizações, uma vez que a formação dos profissionais de informação do século XXI contempla, inevitavelmente, intervenções fortemente orientadas para a tecnologia (pesquisa e desenvolvimento), factor essencial para o sucesso organizacional. Depois, é uma questão de sensibilização das partes interessadas (utentes/clientes, empresas, instituições, organismos coordenadores, profissionais de áreas relacionadas), tarefa que não se avizinha nada fácil, já que num país em que a cultura organizacional (pública ou privada) virada para os objectivos e para os resultados é, ainda, pouco comum, a integração dos profissionais de arquivo em áreas que não as tradicionais (arquivos distritais e locais, por exemplo) será, pensamos, gradual, se todos os agentes interessados forem, para tal, instruídos nas vantagens e no impacto que a presença de um profissional com tal perfil poderá sortir em qualquer organização.

Resta-nos tecer algumas considerações concernentes à investigação que acabámos de promover. A Assembleia Distrital de Aveiro, no período entre 1960 e 1991, foi um dos organismos da administração pública encarregue de actuar, ao nível distrital, em áreas como a cultura, o fomento e a assistência, como pólo de intervenção e coordenação supra-camarário e infra-governamental.

Porém, neste trabalho não se procurou saber se conseguiu ou não atingir os seus objectivos. Como se pôde constatar, orientámos os nossos esforços para o conhecimento sistémico da organização, dos seus agentes, das suas actividades, da sua produção informacional, das suas relações. Para quê? Se o sistema Assembleia Distrital de Aveiro funcionasse nos nossos dias como laborou durante as décadas em análise – tal a complexidade

---

<sup>195</sup> “Os arquivos são depositários de documentação sem valor pertinente, que só servem para o *métier* dos historiadores e/ou só possuem valor probatório; os arquivistas lidam essencialmente com livros (papel) e o seu campo de actuação centra-se nos arquivos e nunca nas organizações (estrutura e processos); o arquivo não tem um papel activo na eficiência e na economia das organizações, etc.”

que encerrou – seríamos capazes de mapear procedimentos e caracterizar toda a organização, desde a sua macroestrutura até à mais simples tramitação processual. Deste modo, estaríamos habilitados a proceder a ajustamentos, reformas, alterações, enfim, poderíamos otimizar aspectos localizados ou gerais da organização, com vista ao seu funcionamento eficiente e eficaz.

A presente investigação não tratou, contudo, sobre suposições. Baseou-se em factos concretos, daí estarmos em posição de avançar que o sistema de informação/arquivo Assembleia Distrital de Aveiro é, em primeiro lugar, um bom exemplo da tradição altamente burocratizada da administração pública portuguesa: duplicação e, muitas vezes, triplicação da informação da série Correspondência<sup>196</sup>, por exemplo; tramitação dos processos bastante complexa (sobretudo, entre as secções e os órgãos que compunham o sistema); obrigação de subordinação hierárquica incontornável (excepto nos sub-sistemas, onde só careciam de confirmação/rejeição determinados casos previstos na regulamentação interna); vícios administrativos – desconhecimento ou inexistência de normas de organização dos processos, deficiente manutenção do arquivo, mistura de documentação, falta de planos de avaliação da informação, etc.).

É, igualmente, um sistema que, dada a dimensão da sua estrutura e a diversidade de competências, possuía um corpo de agentes numeroso (no pico da sua actividade – finais dos anos 70 – chegou a empregar mais de 100 pessoas), heterogéneo e estável, o que, naturalmente, se reflectiu na maneira como a informação se produzia e armazenava. Apesar das práticas de organização interna da informação estarem, à partida, sinteticamente definidas e serem respeitadas, foi vulgar, durante o recenseamento, depararmos com critérios vagos e aleatórios de classificação que levaram a uma amálgama de assuntos reunidos sob a mesma entrada.

O problema não está em fazer classificações *a posteriori*; ele reside antes em não ter em conta a organização e a estrutura interna da entidade produtora quando esses quadros são feitos. Mas esta não é a única dificuldade para quem lida nestes sistemas. Entre as vicissitudes que assolam os sistemas de informação nos nossos dias podemos referir, a título de exemplo, a acumulação de grandes massas documentais dispersas por vários locais, desordem, falta de

---

<sup>196</sup> Registo da correspondência, registo do teor das missivas, copiadores gerais de correspondência, registo duplo em várias secções, subsecções e sub-sistemas, etc.

cuidado e interesse, inexistência de pessoal qualificado, ausência de planificação e controlo informacional, dificuldades de localização e ausência de instrumentos de pesquisa, entre outras. Mas, como verificámos acontecer no sistema Assembleia distrital, estas deficiências são o espelho da própria gestão interna das organizações.<sup>197</sup>

Esperamos com este trabalho de investigação em Arquivística dar um contributo para o conhecimento da realidade sistémica dos arquivos e das organizações, em geral, e ajudar à compreensão da orgânica e da funcionalidade desses sistemas tão pouco estudados que são as Assembleias distritais, em particular. Esperamos, ainda, que quem leia esta investigação possa tirar tanto proveito dela como nós tirámos de todos os momentos da sua construção e do prazer que nos deu a fazer.

---

<sup>197</sup> A este propósito, veja-se o interessante ensaio de CHOO, Chun Wei – *Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, A. Martins – *Princípios fundamentais da organização política e administrativa da Nação*. Lisboa: Gomes e Rodrigues, 1960

BAJOUCA, Arménio – *Distrito de Aveiro: quem somos do Douro ao Buçaco*. Aveiro: Governo Civil de Aveiro, 1995

BARRETO, Fernando Bissaia – *Uma obra social realizada em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1970-1971

CAETANO, Marcello – *Manual de Direito Administrativo*. 9ª. edição. Coimbra: Livraria Almedina, 1982-1983

CAPELO, Ludovina Cartaxo; HENRIQUES, Isabel Maria – “Inventário do arquivo da Assembleia Distrital de Coimbra”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. XIX-XX, 1999-2000

“Casa do Dr. Alberto Souto receberá Arquivo Distrital”. *Jornal de Aveiro*. (14 Mar. 1991)

CHOO, Chun Wei – *Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente*. Lisboa: Editorial Caminho, 2003

*Estatísticas históricas portuguesas* / Nuno Valério (coord.). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001

FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra: estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa: Gabinete de Estudos Arquivos & Bibliotecas, 2004

FRANÇA, Paula – *O Governo Civil do distrito de Viseu. Nota histórica e documentação*. Governo Civil de Viseu: Viseu, 1992

*História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia* / César Oliveira (dir.). [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996

HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos. História breve do século XX. 1914-1991*. Editorial Presença: Lisboa, 2002

MELLA, Piero – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Angeli, 1997

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – “Gestão integrada do Sistema de Informação Municipal: um estudo de caso”. *Páginas: arquivos & bibliotecas*. 12, 2003

RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à Informação nos Arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003

RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto: estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação de Arquivo*. Porto: Universidade do Porto, 2001

SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1998

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica”. *Páginas: arquivos & bibliotecas*. 5, 2000

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002

SUBTIL, José – *O Ministério das Finanças (1801-1996): estudo orgânico e funcional*. Lisboa: Ministério das Finanças, 1996

## Legislação

*CONSTITUIÇÃO política da monarchia portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822

*CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1976

DECRETO nº 23, 16 de Maio de 1832

DECRETO de 18 de Julho de 1835

DECRETO de 8 de Janeiro de 1836

DECRETO de 26 de Junho de 1867

DECRETO de 6 de Agosto de 1892

DECRETO-LEI nº 19952, 27 de Junho de 1931, I série, nº 147

DECRETO-LEI nº 27424, 31 de Dezembro de 1936, I série, nº 306

LEI nº 2100, 29 de Agosto de 1959, I série, nº 198

DECRETO-LEI nº 42536, 28 de Setembro de 1959, I série, nº 223

DECRETO-LEI nº 46350, 22 de Maio de 1965, I série, nº 114

DESPACHO do Ministro da Administração Interna de 31 de Janeiro de 1975. 8 de Fevereiro de 1975, II série, nº 33



LEI nº 79/77, 25 de Outubro, I série, nº 247

DECRETO-LEI nº 58/79, 29 de Março, I série, nº 74

DESPACHO NORMATIVO nº 389/79, 31 de Dezembro, I série, nº 300

DECRETO REGULAMENTAR nº 34/80, 2 de Agosto, I série, nº 177

DECRETO-LEI nº 149/83, 5 de Abril, I série, nº 78

DECRETO-LEI nº 288/85, 23 de Julho, I série, nº 167

LEI nº 14/86, 30 de Maio, I série, nº 123

LEI nº 1/87, 6 de Janeiro, I série, nº 4

DECRETO-LEI nº 152/88, 29 de Abril, I série, nº 99

DECRETO-LEI nº 288/85, 23 de Julho, I série, nº 167

DECRETO-LEI nº 5/91, 8 de Janeiro, I série - A, nº 6

### **Códigos, Regulamentos e Normas**

*Código Administrativo e estatuto dos distritos autonomos das ilhas adjacentes* / Jaime Lopes Dias (ed.). Lisboa: Império, [19-?]

*Código Administrativo* / Henrique Martins Gomes (ed.). 3ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1960

*Código Administrativo* / José da Silva Paixão; Jorge Alberto Aragão Seia; Carlos Alberto Fernandes Cadilha (eds.). 2ª edição. Coimbra: Livraria Almedina, 1981

*REGULAMENTO do Asylo-Escola Districtal de Aveiro*. Aveiro: Officina Typographia do Campeão das Províncias, 1908

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento do Asilo-Escola Distrital de Aveiro*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1962

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento do Internato Distrital de Aveiro*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1968

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento Interno dos Serviços Técnicos de Fomento*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1971

*Regulamento da Contabilidade, Orçamento e Tesouraria dos Corpos Administrativos*. [Coimbra]: [Direcção Geral da Administração Política e Civil], [1971]

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento das Casas da Criança*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1975

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento Interno da Secretaria privativa da Junta Distrital de Aveiro*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro, 1977

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regimento e legislação complementar*. Aveiro: Assembleia Distrital de Aveiro, 1978

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO – *Regulamento das Casas da Criança*. Aveiro: Assembleia Distrital de Aveiro, 1980

NP 405-1. 1995

## CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

**Figura da Capa** – Pormenor do vitral situado nas escadarias da Assembleia Distrital de Aveiro, da autoria de Camarinha [c. 1970]. Fotografia do Autor, 2005

**Figura A** – Pormenor da fachada do edifício da Assembleia Distrital de Aveiro. Fotografia do Autor, 2005

**Figura B** – Placa comemorativa da (provável) construção e do restauro do edifício da Assembleia Distrital de Aveiro, situada à entrada para as escadarias. Fotografia do Autor, 2005

**Figura C** – Sala de Reuniões da Assembleia Distrital de Aveiro. Fotografia do arquivo da Assembleia Distrital de Aveiro, autor anónimo, s/d

**Figura D** – Perspectiva da Secretaria da Assembleia Distrital de Aveiro. Fotografia do arquivo da Assembleia Distrital de Aveiro, autor anónimo, s/d

**Figura E** – Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Assembleia Distrital de Aveiro, com a inscrição “CVLTVRA”, da autoria de Camarinha [c. 1970]. Fotografia do Autor, 2005

**Figura F** – Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Assembleia Distrital de Aveiro, com a inscrição “FOMENTO”, da autoria de Camarinha [c. 1970]. Fotografia do Autor, 2005

**Figura G** – Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Assembleia Distrital de Aveiro, com a inscrição “ASSISTENCIA”, da autoria de Camarinha [c. 1970]. Fotografia do Autor, 2005

**Figura H** – Registo fotográfico da inauguração do edifício do Internato Distrital de Aveiro. Fotografia do arquivo da Assembleia Distrital de Aveiro, autor anónimo, 1972

**Figura I** – Perspectiva da fachada da Casa da Criança de Águeda. Fotografia retirada de BARRETO, Fernando Bissaia – *Uma obra social realizada em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1970-1971

**Figura J** – Panorâmica do Salão Nobre da Assembleia Distrital de Aveiro. Fotografia do arquivo da Assembleia Distrital de Aveiro, autor anónimo, s/d

**Figura L** – Panorâmica da Secretaria da Assembleia Distrital de Aveiro. Fotografia do arquivo da Assembleia Distrital de Aveiro, autor anónimo, s/d

**Figura M** – Perspectivas da fachada do edifício do Arquivo Distrital de Aveiro. Fotografia do Autor, 2005

**Figura N** – Pormenor do vitral localizado nas escadarias do edifício-sede da Assembleia Distrital de Aveiro, com a inscrição “OBRAS PVBLICAS”, da autoria de Camarinha [c. 1970]. Fotografia do Autor, 2005

**Figura O** – Perspectiva da ala sul e ala oeste do antigo Colégio Distrital Dr. Alberto Souto. Fotografia do Autor, 2005

**Figura P** – Perspectiva da Casa da Criança de Albergaria-a-Velha. Fotografia do arquivo da Assembleia Distrital de Aveiro, autor anónimo, s/d

**Figura Q** – Perspectiva da Casa da Criança da Mealhada. Fotografia retirada de BARRETO, Fernando Bissaia – *Uma obra social realizada em Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1970-1971

**Figura R** – Fachada do edifício da Assembleia Distrital de Aveiro. Fotografia do Autor, 2005

SUMÁRIO

Introdução ----- 1

**Parte I**  
**Teoria, Método e Contexto**

Pressupostos Teóricos e Metodológicos ----- 8

Classificação do Objecto de Estudo na Perspectiva Sistémica ----- 15

**Parte II**  
**Análise Orgânico-Funcional e Arquivística**

Análise Orgânico-Funcional e da Evolução Institucional do Sistema de Informação/Arquivo Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991)

1. Subsistema Junta Distrital de Aveiro (1960-1977) ----- 20

Quadro de Contexto do Subsistema Junta Distrital de Aveiro (1960-1977) ----- 45

Organigrama do Subsistema Junta Distrital de Aveiro (1960-1977) ----- 50

Quadro Organizacional do Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991) ----- 51

Inventário do Subsistema Junta Distrital de Aveiro (1960-1977) ----- 53

Análise Orgânico-Funcional e da Evolução Institucional do Sistema de Informação/Arquivo Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991)

2. Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991) ----- 63

Quadro de Contexto do Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991) ----- 84

Organigrama do Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991) ----- 89

Quadro Organizacional do Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1960-1991) ----- 90

Inventário do Sistema Assembleia Distrital de Aveiro (1977-1991) ----- 92

Gráficos ----- 104

Conclusão ----- 127

Bibliografia ----- 131

Créditos Fotográficos ----- 136

Sumário ----- 138